

Anais do Fórum Acadêmico:
Pensando a Violência

V.1, n. 1
Recife, 2006

editora

DADOS PARA CONTATO COM EDITOR: Prof Geraldo Pereira

E-Mail: pereira@elogica.com.br

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO

Prof. Amaro Lins
Reitor da UFPE 5

PREFÁCIO

Prof. Geraldo Pereira
Professor da UFPE, Presidente do Fórum Acadêmico:
Pensando a Violência 7

ASPECTOS SOCIOEPIDEMIOLÓGICOS DA VIOLÊNCIA

Palestrante: Dra. Ednilza Ramos de Sousa
Coordenadora Executiva do Centro Latino-Americano de
Estudos da Violência e Saúde Jorge Carrelo 13

MAPA DA VIOLÊNCIA

Palestrante: Dr. Júlio Jacobo
Coordenador Regional da UNESCO 84

MODELO DE GESTÃO: PROPOSTAS E AÇÕES NO ENFRENTAMENTO DA CRIMINALIDADE.

Palestrante: João Braga
Secretário de Defesa Sócia
do Estado de Pernambuco 152

APRESENTAÇÃO

Amaro Henrique Pessoa Lins

No início de um novo milênio o homem contempla fascinado conquistas importantes, que foram obtidas graças aos avanços vertiginosos da ciência e da tecnologia. As modernas tecnologias da informação e da comunicação transformaram o mundo numa aldeia global. Os avanços na genética, na biotecnologia, nas modernas técnicas da medicina, entre outros, permitiram ao homem viver cada vez mais tempo e em melhores condições de vida. Tudo isso, leva-nos a pensar que, finalmente, o sonho do paraíso na terra está prestes a ser realizado.

Infelizmente, ao lado dos benefícios gerados pela criatividade humana, contrariando as expectativas otimistas sobre o nosso futuro, um grande desconforto paira entre as pessoas e nações devido à onda crescente de violência em todos os recantos do globo. Originada pelos mais diferentes motivos, a violência ceifa a vida de milhares de jovens nas grandes cidades e no interior, superando, em determinadas faixas de idade, na ordem das causalidades de óbitos, males terríveis como doenças do coração e o câncer. Esta triste constatação tem mobilizado pessoas e organizações para decifrar as suas causas e apontar soluções duradouras para o problema.

Nesse sentido, a UFPE, reconhecendo a necessidade de articular o conhecimento gerado na academia com aquele desenvolvido na sociedade, através dos governos, empresas, sindicatos, ONG's e variados órgãos e instituições, criou o Fórum Acadêmico: Pensando a Violência. Esse Fórum tem por objetivo ser um agente articulador e catalisador de propostas direcionadas à solução dos problemas gerados pela violência na nossa sociedade. O Fórum foi instalado no Núcleo de Saúde Pública e Desenvolvimento Social (NUSP/UFPE), em setembro de 2000, sob a coordenação competente e entusiasmada do vice-reitor, Prof. Geraldo José Marques Pereira. Ao longo desses 6 anos de existência do Fórum,

vários debates foram organizados, envolvendo representantes da academia e dos diferentes atores sociais, agregando representantes de instituições internacionais, secretários de governos, médicos, psicólogos, professores, reunindo experiências diversificadas que em muito contribuíram para se construir um quadro mais nítido da dimensão da violência, das suas causas e das possíveis alternativas para superar esse mal.

As palestras e os debates desenvolvidos ao longo dos encontros do Fórum foram sistematicamente gravados e transcritos, de modo a permitirem a sua posterior editoração e divulgação mais ampla nos diversos setores da sociedade. Parte do resultado deste trabalho, apresentado neste primeiro volume, forma um mosaico bem articulado e vivo das contribuições valiosas que se somaram neste esforço pioneiro e indispensável para a construção de uma sociedade de paz.

Como atual reitor da UFPE, coube-me a honra e a satisfação de apresentar esta obra que demonstra a relevância da universidade pública para a definição de políticas que atendam às necessidades de uma sociedade complexa e em permanente transformação. Ao mesmo tempo em que me congratulo com os coordenadores e participantes do Fórum Acadêmico: Pensando a Violência, espero que todo este material resultante de tantos debates possa servir de fonte para pesquisas acadêmicas ou referência para o estabelecimento de ações de redução da violência no nosso estado e no País.

PREFÁCIO

GERALDO PEREIRA

A violência urbana no Brasil tornou-se a vilã, por assim dizer, do já difícil exercício de viver neste País de tantas desigualdades e de tantas injunções. Os números são crudelíssimos e ultrapassam qualquer expectativa, chegam a superar informações obtidas a propósito das baixas em nações que se encontram em franco processo de beligerância. Para se ter uma idéia, no ano de 1979 registrou-se no território nacional um total de 11.190 homicídios, mas em 2004 os registros chegaram a 48.374 pessoas. Um extraordinário crescimento nas ocorrências, acima dos 300%. Assusta, entretanto, saber que a grande maioria dos que morrem em consequência da agressividade humana está entre os 15 e os 24 anos, em plena idade produtiva, no ápice das possibilidades de introjetarem novos conhecimentos e novos saberes. Chega a tal ponto esse obituário precoce, que já estão sendo encontradas certas repercussões na chamada pirâmide de população e alterados dados alentadores da expectativa de vida. Ora, no Brasil chega-se aos 74 anos, em média, mas os índices seriam maiores se os jovens fossem preservados.

O Estado de Pernambuco e particularmente a sua capital, o Recife, têm aparecido nas estatísticas como lugares de violência reconhecida, senão na primeira colocação neste “ranking” funesto, na segunda ou na terceira, a depender da casuística examinada. Contribuíram para a situação que se tem e se assiste não apenas a precariedade econômica e social em que vivem e sobrevivem milhares de pessoas, mas um processo migratório que expulsou, verdadeiramente, da área rural o interiorano fustigado pelas privações. O matuto submetido às injunções do latifúndio, à monotonia do canavial, à sazonalidade do emprego e do trabalho nas plantações, nos engenhos e nas usinas; mas sobretudo um matuto sujeito à precariedade da habitação, à falta de educação e o acesso prejudicado à chamada atenção à saúde. Gente que saiu dos interiores e veio habitar as periferias insalubres das metrópoles, sem casa pra morar e sem

saneamento básico, sem água encanada e sem a coleta satisfatória do lixo. Gente a se sustentar com o trabalho da dona-de-casa, empregada doméstica no mais das vezes, cujos filhos nasceram e nascem de parceiros diversos, meninos e meninas com mãe, porém sem pai. Crianças sem o elementar direito à fantasia, ao lúdico da infância, às brincadeiras da idade. Levadas a trabalhar muito cedo, iludidas pelo tráfico, pagas com o salário da maconha ou da cocaína, envolvidas com armas de fogo, que não simulam os revólveres dos folguedos infantis, mas uma realidade cruel: a da morte.

Pernambuco teve uma mortalidade por Causas Externas, em 1979, da ordem de 3371 ocorrências, das quais 945 casos foram registrados como homicídios, isto é 28,03%, enquanto os acidentes de trânsito mataram 964 pessoas, 28,59% da casuística. Em 2004 aquele total subiu para 7407, sendo que os assassinatos – as mortes por agressões - representaram 56,35% dos óbitos e os acidentes de transporte 19,57%. O Recife contribuiu no primeiro dos anos com 813 mortes, das quais 24,47% foram incluídas como homicídios, enquanto os acidentes de transportes significaram 27,92%. Os mesmos dados para o ano de 2004 eram: 64,26% e 15,2%. Os encontros referidos demonstram, claramente, como a agressividade humana tem crescido no Estado e na Capital. Esta inversão – maiores registros para os assassinatos que os acidentes de trânsito – parece ter se consolidada no Brasil a partir dos anos 80, nota-se, entretanto, um decréscimo no Recife dos dados de mortalidade por acidentes de trânsito desde 1997, quando foi criado o novo Código Nacional de Trânsito. Essa possibilidade de punição e o conseqüente aumento no valor das multas fez diminuir as infrações e promoveu uma queda na incidência de eventos fatais. Isso consubstancia a necessidade que se tem da aplicação de medidas punitivas mais severas aos culpados pelos crimes de morte (os homicídios), afastando-se a pecha de impunidade que mancha o país.

Com esse quadro de criminalidade disseminada no Brasil, mas particularmente em Pernambuco e no Recife, sendo Vice-Reitor da

Universidade Federal de Pernambuco, entre 1996 e 2004, convidei um grupo de professores de diversos departamentos, de formas a ter garantida a pluralidade e sobretudo a multidisciplinaridade, para realizar seminários nos quais a questão da violência pudesse contar com um espaço de discussão e debate no seio da academia. Aquele núcleo inicial de docentes aprovou fossem as reuniões realizadas a cada mês, respeitando-se o recesso escolar e mais, nomeou o encontro – ou os encontros – de *Fórum Acadêmico: Pensando a Violência*. Decidiu-se, de igual forma, contassem os seminários com a participação da sociedade em geral, a partir das lideranças comunitárias, mas contando com autoridades policiais, representantes do judiciário e do legislativo, sem esquecer os empresários dos diversos setores, do comércio, da indústria e dos serviços, além de sacerdotes e pastores. Diferentes conferencistas e convidados ocuparam o auditório Jorge Lobo, do Centro de Ciências da Saúde, a partir do seminário de abertura. Foram realizadas 35 reuniões entre os anos de 2000 e 2004. O *Fórum*, a seguir, desde o começo de 2006, foi descentralizado, atendendo o interesse de cidades do interior, principalmente aquelas incluídas em projetos do Núcleo de Saúde Pública e Desenvolvimento Social (NUSP/UFPE), instituto que desde cedo acolheu a iniciativa.

Agora, o NUSP/UFPE, contando com recursos do Ministério da Saúde, de um projeto voltado, especificamente, para a violência, selecionou algumas sessões do *Fórum* e trás a lume certos assuntos da maior valia no entendimento do problema no Brasil, mas notadamente em Pernambuco. Este primeiro volume dos *Anais do Fórum Acadêmico: Pensando a Violência*, possibilitou veicular três seminários distintos. Os encontros, como poderá concluir o leitor, eram ou são longos e se estendem das 9 horas da manhã ao meio-dia e mais do que isso até. A temática eleita sempre foi exaustivamente debatida e discutida, inclusive pelos ouvintes da Rádio Universitária AM, que vinha e vem transmitindo as palestras e as intervenções, com interação telefônica com os ouvintes. A primeira dessas conferências, a de abertura, foi proferida pela

pesquisadora Edinilza Ramos de Souza, da Fiocruz, cujo conteúdo aponta para uma perspectiva da causalidade e numa linha do reconhecimento da violência como um dos grandes problemas de saúde pública para o País. A segunda, a do Dr. Júlio Jacobo, ilustre representante local da UNESCO, autor de mais de um dos chamados mapas da violência no Brasil, nos quais são dissecados aspectos peculiares da epidemiologia dessa injunção social, mostra o último desses estudos, cujos dados atualizam os informes até 2002. E, finalmente, o Dr. João Braga, que foi Secretário de Defesa Social em Pernambuco, cuja finalidade óbvia foi a de trazer à discussão e ao debate as medidas locais de enfrentamento policial da questão.

Foi árdua a tarefa de colher todo esse material que agora se transforma em livro, transcrevendo as fitas e oferecendo a melhor das possibilidades de redação. Uma coisa, há de reconhecer o leitor, é falar e gravar, em fita de vídeo ou em cassete, outra bem diferente é passar para o papel a exposição e depois as intervenções. Guardou-se, no mais que se pôde, a fidelidade das palavras e especialmente a fidelidade do pensamento, de forma a oferecer, com esta publicação, um retrato do que se passou em cada uma das sessões. Foi impossível publicar toda a série – os 35 seminários –, seja pela quantidade do material até agora reunido, seja pela exigência em termos de horas de trabalho para a transcrição dantes comentada. Tudo isso demanda um custo que não é modesto. Um outro volume estará, igualmente, sendo impresso, um pouco menor, talvez, mas com a atualidade necessária em temática dessa relevância. Foi impossível pedir a todos os participantes, conferencistas, debatedores e o público em geral uma revisão de cada texto, de cada uma das intervenções. A fidelidade, como foi comentado, é a mais próxima possível do que foi dito.

O papel da universidade é este, o de levantar a problemática que aflige a sociedade, discutindo e debatendo aspectos causais e soluções plausíveis, contemplando o tema com investigações científicas e programas de extensão, inserindo também detalhes do impasse no conteúdo programático das disciplinas com as quais se relaciona. Nada

pode ser mais plural e tão interdisciplinar quanto a violência. Quase todos, senão todos os ramos da ciência e dos saberes têm o que ver com a injúria humana, seja no enfoque do coletivo ou na individualidade da visão ou ainda no fracionamento, tantas vezes indesejável, das matérias e das disciplinas. Interessa ao filósofo, ao antropólogo e ao sociólogo, mas de igual forma ao médico e ao dentista, ao enfermeiro e ao fisioterapeuta. Enfim, a todos.

Espero que este esforço acadêmico, de muitas mãos e de vários pensares, seja útil de alguma forma à compreensão e ao enfrentamento, sob todas as óticas, da violência urbana que se abate sobre o País.

*Geraldo Pereira é médico, Professor da UFPE,
Presidente do Fórum Acadêmico: Pensando a Violência.*

FÓRUM ACADÊMICO: PENSANDO A VIOLÊNCIA

CONFERÊNCIA DE ABERTURA

ASPECTOS SOCIOEPIDEMIOLÓGICOS DA VIOLÊNCIA

Dra. Ednilza Ramos de Sousa - Coordenadora Executiva do Centro Latino-Americano de Estudos da Violência e Saúde Jorge Carrelo

MESTRE DE CERIMÔNIA

Senhoras e Senhores, bom dia. Neste momento, tem início a solenidade de abertura do Fórum Acadêmico Pensando a Violência.

O Núcleo de Saúde Pública da Universidade Federal de Pernambuco, diante da violência crescente no mundo inteiro e que, particularmente, tem sido um problema da maior relevância no Brasil e especialmente, em Pernambuco, tomou a iniciativa de criar esse fórum. Trata-se de um espaço que se imagina seja mensal, no qual, representantes de diversos segmentos sociais, além de pesquisadores da instituição, possam promover reflexões sobre esse impasse da modernidade. Da casualidade ampla, e muitas facetas e de encaminhamento social largo.

Para presidir essa solenidade, em nome da Universidade Federal de Pernambuco, tenho o prazer de convidar o magnífico reitor professor Mozart Neves Ramos. Convido ainda as seguintes autoridades: excelentíssimo senhor coronel Iran Pereira dos Santos, secretário de Defesa Social do Estado de Pernambuco; excelentíssimo senhor vice-reitor da Universidade Federal de Pernambuco e coordenador do Fórum, professor Geraldo José Marques Pereira; ilustríssimo senhor professor Gilson Edmar Gonçalves e Silva, diretor deste Centro; ilustríssima senhora professora Rosa Carneiro, coordenadora do Núcleo de Saúde Pública; ilustríssimo senhor Dr. Júlio Jacobo, coordenador regional da

Unesco, ilustríssima senhora pesquisadora Dra. Ednilza Ramos de Sousa, coordenadora executiva do Centro-Latino Americano de Estudos de Violência e Saúde Jorge Carrelo.

Registramos a presença, ainda, do Dr. Dirceu de Lavour, representante do Cremepe; o Dr. Adriano Ernesto de Oliveira, presidente da Sociedade de Medicina de Pernambuco; professor Marcionilo Lins, ex-reitor desta casa; Dr. Nelson Loreto, representando Dr. Efreim Maranhão, secretário de Educação e Desportos do Estado de Pernambuco; Dr. Bertoldo Kruse, representante da Academia Pernambucana de Medicina.

Senhoras e Senhores, neste momento, ouviremos a palavra do vice-reitor e coordenador deste fórum, professor Geraldo José Marques Pereira.

GERALDO PEREIRA

Magnífico reitor, professor Mozart Neves Ramos; senhor secretário de Defesa Social; senhor representante da Unesco no Nordeste; professor Gilson, diretor deste Centro; professora Rosa, coordenadora do Núcleo de Saúde Pública; ilustre convidada da Fundação Oswaldo Cruz, Ednilza Ramos de Sousa. Senhores que integram na condição de membros efetivos o Fórum Acadêmico Pensando a Violência. Minhas senhoras, meus senhores, colegas, professores, alunos, convidados em geral.

Neste dia e nesta manhã, magnífico reitor, a Universidade Federal de Pernambuco cumpre o seu papel social: o de discutir com a comunidade, com as lideranças da casa e com as lideranças da sociedade o mais grave de todos os problemas de saúde pública do mundo, que é a violência. E a segunda causa de morte no Brasil, em Pernambuco, e no Recife, sobretudo a criminalidade será objeto desses encontros marcados, para que ocorram mensalmente, reunindo aqui professores de diversos saberes e representantes da comunidade de variados setores. Pessoas do empresariado, pessoas que representam as lideranças comunitárias;

representantes da Secretaria de Defesa Social, jornalistas, representantes do Ministério Público, juízes e representação, particularmente falando, da Polícia Militar e da Polícia Civil.

Desejamos apenas pensar a violência. É o papel da Academia. A Academia, que é o celeiro de todos os saberes, não é monopolizadora do conhecimento. A Academia precisa deste intercâmbio que aqui se faz e se fará, entre o saber, que é fruto da investigação, do conhecimento gerado, do estudo e aquele outro saber, que é o da prática do desenvolvimento das ações de prevenção e de reparo da violência.

Aqui há gente da prevenção, gente que cuida de reprimir a violência, mas gente também que trata dos que são agredidos e atingidos por essa injunção da hora, por essa injúria do momento.

Eu agradeço profundamente aos meus colegas professores, pelo apoio que deram, pela adesão imediata, mas agradeço, sobretudo, aos que integram a sociedade, que são líderes, formadores de opinião, pela adesão igualmente pronta a este fórum, que deseja como disse Pensar a Violência.

Muito Obrigado.

Convidamos a professora Rosa Carneiro, coordenadora do Núcleo de Saúde Pública, para o seu pronunciamento.

ROSA CARNEIRO

Professor Mozart Neves Ramos, reitor da Universidade Federal de Pernambuco, e demais componentes desta mesa. Componentes do Fórum Pensando a Violência, aqui presentes; meus senhores, minhas senhoras.

Nada mais oportuno, no momento em que vivemos, em que a violência chega cada vez mais perto de cada um de nós, e que toma já contornos de uma verdadeira guerra civil não declarada, a instalação deste Fórum Pensando a Violência. Teremos a oportunidade de pensar novos caminhos que restaurem valores como a solidariedade humana, o problema da exclusão social, da grave exclusão social que vivemos, e que consigamos chegar a algum resultado.

Eu estava pensando num livro de ficção científica que foi escrito por Azimov, na década de 1960. Ele imagina uma sociedade em que as pessoas têm contato entre si apenas de um modo virtual. E que para a execução de todas as tarefas, dependem de robôs. E eu não posso deixar de pensar que diante do grande avanço tecnológico, por um lado, e pelo grande problema da exclusão social, do outro, talvez a gente esteja chegando a uma época em que uma casta precisa se tornar, ter contato apenas virtual com seus semelhantes. E isso é uma coisa terrível. No livro de Azimov, os robôs se rebelam. Então, eu espero que esse fórum chegue a mostrar um caminho e que possamos resolver esses graves problemas que vivemos hoje.

MESTRE DE CERIMÔNIA

Convidamos o professor Gilson Edmar Gonçalves e Silva, diretor deste Centro, para o seu pronunciamento.

GILSON EDMAR GONÇALVES E SILVA

Magnífico reitor da Universidade Federal de Pernambuco, professor Mozart Neves Ramos; excelentíssimo senhor secretário de Defesa Social, demais autoridades presentes à mesa, minhas senhoras, meus senhores, professores, estudantes.

Sinto-me muito feliz hoje em sediar, aqui no Centro de Ciências da Saúde, o qual eu dirijo, a abertura desse Fórum Pensando a Violência.

Fico feliz porque o assunto tem relevância social, pelas graves repercussões que a violência traz para todos nós, para cada um de nós. Esse tema praticamente nasceu do temário científico do Fórum de Ciências da Saúde, há dois anos, quando algumas das pessoas aqui presentes, inclusive o vice-reitor, a coordenadora do Núcleo de Saúde Pública do CCS, aqui presentes, participaram. E daí nasceu a idéia de se discutir dentro da universidade a violência e propor, talvez, através das discussões, soluções que venham minimizar esse malefício que hoje atinge a sociedade. Portanto, o Centro de Ciências da Saúde fica muito satisfeito e muito feliz, nesse momento. E saúda todos, desejando que esse fórum se prolongue e que realmente traga resultados positivos, resultados que todos nós esperamos.

Muito obrigado.

MESTRE DE CERIMÔNIA

Senhoras e senhores, neste momento ouviremos a palavra do coronel Iran dos Santos, secretário de Defesa Social do Estado de Pernambuco.

Coronel IRAN DOS SANTOS

Excelentíssimo senhor Mozart Neves Ramos, magnífico reitor da Universidade Federal; excelentíssimo senhor vice-reitor desta universidade, professor Geraldo José Marques Pereira; ilustríssimo senhor professor Gilson Edmar Gonçalves Silva, diretor deste Centro; ilustríssima senhora professora Rosa Maria Carneiro, coordenadora do Núcleo de Saúde Pública, do Centro de Ciências da Saúde da Universidade, representantes da Unesco, aqui presentes. Ilustríssima senhora pesquisadora Dra. Ednilza Ramos de Sousa, coordenadora executiva do Centro Latino-Americano de Estudos da Violência e Saúde; Dr. Francisco Sales, aqui representando Ministério Público; Dr. Manoel Ferreira, representando o chefe da Polícia Civil; Major Pessoa, aqui representando o Comando Geral da Polícia Militar; delegados da Polícia Civil aqui presentes, minhas senhoras, meus senhores. Demais autoridades, comunidade acadêmica aqui presentes; oficiais da Polícia Militar, é com satisfação, que me faço presente neste evento e fico muito à vontade até para falar disso, porque começa a comunidade acadêmica também a tomar conhecimento, a sociedade, e achar também que esse não é só um problema do secretário de Defesa Social, mas de todos nós. E hoje vejo, com muita clareza, a comunidade acadêmica participando efetivamente do combate sistemático à violência, ao crime violento, especialmente o homicídio, que é aquele que muito mais incomoda a população, o cidadão, a todos nós, na verdade. E essa preocupação é do Estado, do Poder Executivo, do Poder Judiciário, do Ministério Público, que vem fazendo o possível e o impossível para chegarmos a denominadores comuns nessa redução da criminalidade. Se não reduzir, pelo menos desacelerar os índices crescentes. A bem da verdade, a nossa parceria efetivamente feita, concluída e acabada, quando firmamos um convênio com a Universidade Federal de Pernambuco, na pessoa do professor Mozart, já com a preocupação nossa, do enquanto profissional de segurança de sairmos de nossas delegacias, de nossos quartéis, e aqui,

no campus universitário, discutirmos violência e criminalidade, com os senhores, para que conhecessem de perto, não só as nossas fragilidades, mas também as nossas potencialidades. E pudessem, cientificamente, apresentar algumas soluções e, que tenho certeza, que desse fórum sairão grandes soluções, grandes respostas.

Digo aos senhores, que hoje estamos com uma proposta, sabemos e temos consciência disso, de que a violência e a criminalidade não só se combatem com equipamento, com reaparelhamento, com mais viaturas, com mais policiais. É preciso que haja um trabalho no social, na educação, na saúde, na habitação, enfim, no desemprego, inclusive. São fatores que circundam todo esse processo, todo esse aumento de criminalidade. E hoje, nós estamos com uma proposta, criamos um grupo, esse grupo ainda não tem nome, chamamos ele de força-tarefa. Grupo de combate sistemático à prevenção, investigação. Mas é um grande grupo efetivamente formado para que a gente passe a trabalhar na redução desses índices de homicídio, que tanto incomodam. Enfim, trataremos esse crime violento, que é o que alavanca a criminalidade, dando a ele prioridade, ou seja, que a sua redução seja uma prioridade, até a formação desse grupo. Que será, que é por oficiais da Polícia Militar, delegados, peritos criminais, médicos legistas. A universidade já se faz presente; o vice-reitor, Dr. Geraldo, já participou de nossas reuniões. O Ministério Público será convidado, as organizações de direitos humanos, enfim, todos que labutam efetivamente nessa área serão chamados, para trabalhar, para dar idéia, no sentido de que nós tenhamos, não só a prevenção da criminalidade desse crime que tanto incomoda que é o homicídio, mas a sua investigação. Serão criadas aqui, pela Polícia Militar e Polícia Civil, que se destinarão, com exclusividade. E assim, certamente, nós teremos esses índices reduzidos.

Para vocês terem uma idéia, o que é que preocupa diariamente: em 1999, tivemos no Estado de Pernambuco 2.827 homicídios registrados e com entrada efetiva no Instituto de Medicina Legal, isso me preocupa, pois 80% desses homicídios são produzidos por arma de fogo. É uma

outra operação que se integra, que se atrela a esse grande grupo. Não tem sentido nós ficarmos efetivamente na prevenção; temos que partir também para reduzir a impunidade, que é um fator que gera, com certeza, a criminalidade. Essa impunidade só é combatida através de um trabalho investigativo criterioso. E começo também a criar equipes especiais de investigação, dando todo o apoio, o aporte necessário de equipamentos, para que a Delegacia de Homicídios, efetivamente trabalhe e faça um trabalho sério e rigoroso. A Polícia Científica não poderia deixar de se atrelar nesse grupo, porque também esse trabalho de investigação objetiva é necessário na conclusão, no esclarecimento.

Em 2000, já estamos com mais de 1.900 homicídios. Isso me preocupa: dá uma média de 250 a 270 por mês. Para isso, esse grande grupo formado, certamente, chegaremos já em 2000 com esses índices menores.

E se em 2001 a gente não diminuir, pelo menos desacelera. É essa a nova proposta e sei e mais uma vez, toda vez que participo de fórum e debate permanente como esse, em que a violência é tratada com prioridade.

Confio, exatamente, no professor Mozart, nos senhores como cientistas, que eu sei que daqui deste fórum, desta casa, como me disse Dr. Geraldo, dos saberes, sairão soluções que muito nos ajudarão, enquanto órgão de prevenção e de repressão à violência.

Então, fica aqui o meu agradecimento, mais uma vez, a minha satisfação em participar desse evento.

Muito obrigado.

MESTRE DE CERIMÔNIA

Senhoras e senhores, neste momento ouviremos a palavra do magnífico reitor, professor Mozart Neves Ramos.

MOZART NEVES RAMOS

Meu caro professor Geraldo Pereira, vice-reitor desta casa; Dr. Iran Pereira dos Santos, secretário da Defesa Social; Dra. Ednilza Ramos de Sousa, coordenadora executiva do Centro Latino-Americano de Estudos de Violência e Saúde; Jorge Carrelo; Dr. Júlio Jacobo, nosso representante da Unesco; professora Rosa Maria Carneiro, coordenadora do Núcleo de Saúde Pública, do Centro de Ciências da Saúde da UFPE; professor Gilson Edmar, diretor deste Centro; autoridades outras já aqui também nominadas, professores desta casa, alunos, servidores de uma maneira geral, demais participantes, convidados deste encontro, minhas senhoras e meus senhores.

Inicialmente, eu gostaria de externar a minha alegria, a minha satisfação por ver essa participação tão importante e maciça da comunidade, não só interna, mas também externa, da sociedade, conjuntamente com a universidade, participando da abertura desse fórum. Para mim, isso demonstra o acerto da criação do fórum. Tem tomado muito tempo do seu coordenador, professor Geraldo Pereira. Quase não tive tempo de conversar com ele sobre outras coisas da universidade nessas últimas duas semanas. Aproveito para agradecer e também aos professores que vestiram a camisa, para que realmente esse fórum estivesse aqui hoje acontecendo. E a minha alegria também se amplia, na medida em que nós iniciamos o ano letivo, a aula magna da universidade esse ano. Foi exatamente seguindo o que a Unesco tem colocado com

muita ênfase na construção de uma nova cultura de paz. E a aula magna que proferi, na abertura do ano letivo 2000, teve exatamente esse título: Por uma Cultura de Paz, por entender que esse é um assunto absolutamente prioritário, porque nós estamos levando entre outros problemas gerados, estamos levando do século XX para o século XXI, um deles sem dúvida é a violência. A Aids é outro problema, que eu acho que nós temos. A água e o meio ambiente é outra questão absolutamente importante, mas eu acredito que os níveis de violência, que são globais, não somente do país, mas entendo também que ele se perpassa um pouco pelo próprio modelo econômico, pelo próprio modelo político que o mundo, de uma maneira geral, vem adotando.

Eu acho que nós precisamos pensar um pouco mais, num mundo mais igualitário. A erradicação da pobreza não se faz apenas dentro de um fórum.

É preciso que os governantes coloquem de fato a violência como um problema central, um problema de prioridade. E prioridade significa que ações como essa e não só como disse Dr. Iran são necessárias. É exatamente isso que nós estamos vivenciando. No nosso país, o número de crianças que ingressam na primeira série do primeiro grau é algo em torno de 35 milhões, mas na verdade algo em torno de 4 milhões de alunos chegam com condições de fazer um vestibular, para entrar na universidade. Então, há uma perda de quase 30 milhões de jovens ao longo desse período. Isso significa que há uma grande exclusão no país, hoje, de acesso à educação, e portanto, a oportunidades outras que poderiam possibilitar de fato aí essa redução da violência.

Na verdade, nós estamos atacando o problema por cima, e não na base. Eu acho que se nós não mudarmos essa postura econômica e política, será muito difícil. Qualquer esforço que a academia faça, eu às vezes fico até, todas as vezes que me encontro com o coronel Iran, digo: eu não tenho inveja, porque dura mesmo. Porque na verdade, ele está trabalhando feito Dom Quixote. Na verdade, é uma luta quase que

inglória. É porque eu acredito que a gente ainda possa mudar. E depende da gente. Depende da gente, em pensando a violência. Mas em pensando qual é o país que nós queremos, qual é o mundo que nós queremos para o século XXI.

Se a gente não fizer esse exercício, olha, será muito difícil. Cada vez que a gente pega os números, seja de qualquer outra fonte, a gente vai ver que a disparidade de oportunidades cresce cada vez mais. As oportunidades são cada vez maiores pra um número menor de pessoas. E os deveres para um número cada vez maior de pessoas.

Quer dizer, há alguma coisa que não está certa. A gente precisa se debruçar, onde está a base de fato do problema. Isso para mim pelo menos passa pelo modelo econômico perverso que a gente tem. Se a gente não tratar isso de uma forma séria, eu acho que é muito difícil qualquer solução mais de médio ou longo prazo, para a violência. Eu acho que esse fórum pode, naturalmente, elaborar um documento público que poderia alertar a sociedade, com a credibilidade que tem. Não só a universidade, mas as organizações que estão aqui presentes, empresários, ministério público, imprensa, para que a gente possa dizer: isso tem que ser prioridade: Sabe, e os números seriam acompanhados pela sociedade.

Como é que o dinheiro público está sendo gasto, para atacar esse problema? Não é só nesse esforço fantástico que o Dr. Iran faz todo dia repensando, discutindo, criando os núcleos de segurança comunitária, isso é importante. Mas se a gente não entender, como é que o dinheiro está sendo usado na educação, na saúde, nessas questões, fica difícil a gente tentar encontrar uma solução.

Quem quer que seja o secretário, quem quer que seja o reitor, a gente não vai resolver.

Eu tenho dito sempre que não me incomodo se um dia da vida a assembléia perguntar primeiro como a universidade está gastando o dinheiro público. Se posso melhorar a forma de gastar o dinheiro público,

eu vou me sentir feliz, enquanto cidadão, mais do que como reitor. Então, eu acho que esse fórum pode não ser apenas um lócus natural para o diagnóstico, mas para propor ações de médio e longo prazo, para mudar esse quadro. E isso, se não acontecer, nós não estaremos vendo o complemento necessário e na verdade absolutamente importante para mudar essa situação que aí está.

Eu acho que é uma oportunidade que a universidade e a sociedade estão dando, como toda essa credibilidade que essas instituições estão construindo ao longo do tempo, para construir um mundo melhor.

Acredito também que a gente pode ir mais além internamente, dentro da universidade, onde nós fizemos parcerias e convênios.

Estamos juntos também na formação dos oficiais, dos policiais militares, civis, bombeiros. E essa questão das relações interpessoais, porque quando você na verdade descentraliza o poder do quartel para o poder dos bairros, vai precisar ter também uma forma de interlocução diferenciada com a sociedade. Eu acho que a universidade tem professores, pesquisadores. Irão e como estão fazendo hoje, contribuindo em muito para que de fato esse aspecto possa ser resolvido. E é uma luta que precisamos construir todos de uma maneira absolutamente integrada, mas sabendo que o foco está um pouquinho mais adiante. Eu acho que essa é uma questão que a gente não pode perder de vista.

Acredito também que vai ser muito importante. Olhe o que aconteceu recentemente aqui, foi um teatro que foi apresentado com outra parceria da universidade, do Conselho Britânico e da Secretaria da Justiça e da Cidadania do Governo do Estado. Eu fiquei muito comovido. Era um filme Maracatu, e várias danças de grupos e crianças (poderia chamar assim, tinham 14, 15 anos), que eram detentos. Alguns tinham feito três latrocínios, três assassinatos, alguns até tinham sequestrado uma menina de 14 anos, que se saísse no dia seguinte seria assassinada. Quer dizer, e a gente vendo aquelas crianças ali dançando, tocando, cantando, vivendo com alegria aquele instante. Será que não tem solução para essas pessoas?

Será que na verdade elas não são mais prisioneiras de um processo do que nós hoje estamos sendo?

Nós investimos em segurança, em guaritas, em câmeras, em tudo, daqui a pouco a gente está preso, lacrado em algum lugar, pois todo mundo tem medo de sair.

Na minha época, ainda era jovem, 17,18 anos, meu pai podia dormir tranqüilo, porque ele sabia que pelo menos eu não seria assaltado, não seria seqüestrado. Hoje, quando minha filha sai, eu acho que isso deve passar na cabeça de todo mundo. Ninguém dorme de noite. Eu não consigo dormir em paz. Quer dizer, é preciso tentar, construir um novo modelo de sociedade. O que está aí, nós vamos legar, para as futuras gerações, algo que será talvez imperdoável no futuro.

Eu acho que enquanto a gente tiver essa responsabilidade de poder cada um na sua tarefa, ajudar a mudar a situação, isso tem que ser explicitado para a sociedade como um todo. A gente tem que saber o que a universidade tem que fazer.

E para terminar a minha fala, eu gostaria de fazer uma proposta, uma proposta concreta, para ser estudada dentro do fórum. É como nós estamos fazendo com a disciplina de Empreendedorismo. Todos aqui fazem, seja da Medicina, seja da Arte, seja da Engenharia, fazem a disciplina de Empreendedorismo. Por que? A universidade entendeu que hoje ter uma visão empreendedora é importante. Ora, por que não criamos uma disciplina institucional para tratar a questão da violência com os alunos? Serão os futuros professores, os futuros secretários, os futuros reitores, desta universidade. Serão os empresários do futuro.

Apesar de toda a participação maciça, o número de alunos é muito pequeno. Eles têm aulas, têm atividades, têm uma série de compromissos. Mas se a gente criasse, por exemplo, aqui, hoje, esse fórum pudesse pensar como estruturar essa disciplina institucional, Pensando a

Violência, por que? É até uma maneira de integrar mais o aluno, o aluno de humanas.

É um problema que a universidade ainda tem. É essa departamentalização das suas ações acadêmicas. Com isso, os alunos poderão está trocando experiências, a partir dessas visões, que só eles vão ter. Porque na prática o que nós temos é que se você é de uma determinada área tem o conhecimento, em geral, verticalizado naquela área. Então, uma maneira de poder formar o profissional, com essa visão mais multidisciplinar é se a gente puder dar oportunidade a esses alunos de conhecer o problema nas suas diferentes faces. Se puder fazer isso, eu acho que o aluno vai começar a pensar a universidade também de forma diferente. E, portanto, desembocando numa ação que é importante para a sociedade. Ora, e aí eu lembraria um aspecto para essa disciplina, que poderia estar dentro de um projeto que foi iniciativa dessa universidade, e agora não é mais dela. Está no Plano Nacional de Educação, quem começou a ver, Dr. Iran, foi a *UFPE para Todos*.

Essa disciplina, esse programa, na verdade, começou de uma preocupação nossa, discutindo com vários professores, lembrando que a universidade está em torno de várias favelas. A gente descobre aqui o remédio para muriçocas, mas as pessoas em torno da universidade não dormem por causa da muriçoca. Quer dizer, existem coisas desse tipo. E várias outras situações.

Como é que a gente pode atuar de uma forma mais direta no social? Por que é que os nossos alunos que estudam numa universidade pública, eu sempre digo, ela não é gratuita, ela é paga por toda a sociedade. Ela não é paga pelo pai de aluno. É essa a contribuição da sociedade, para quem mais precisa. Como é que os dirigentes da universidade ajudam exatamente a esse que mais precisa? É só dever do governo, é só dever da universidade, é só dever do setor empresarial, é o de todos nós. E o que mais podemos fazer, cumprindo a nossa parte? E aí nós pensamos nesse programa: *UFPE Para Todos*. E o que seria? O que é esse programa?

Esse programa seria exatamente a inserção das atividades extensionistas dos alunos, portanto, na prática. Se perguntar a qualquer aluno que faz prática lá fora, nas vilas, nas favelas, nos morros, como eles gostam e como eles sentem, inclusive, o lado cidadão sendo formado.

A gente fala tanto, a gente precisa não apenas formar o bom profissional. Precisamos formar o cidadão. E como é que a gente forma o cidadão? Como é que a gente sai do discurso para a prática? Colocando-o de forma responsável a atuar diretamente com o cidadão. Aquele que está precisando, não somente aquele que está ali em Boa Viagem, na praia, na sua varanda, vendo o mar, todo dia. Mas aquele que está vendo todo o dia o crime na porta de sua casa. Então, eu acho que se a gente começar a construir o mundo, em que as pessoas possam perceber. Realmente, talvez a gente tenha condição de mudar. E esse programa surgiu, a partir disso.

A eficácia, a eficácia, a produtividade estão nos números. Se os números responderem, estamos salvos, se não, estamos lá embaixo. E aí tinha, aumentar de 2% para 30% o número de jovens de 18 a 24 anos, nas universidades. Isso é importante, óbvio que é. Porque o Brasil está absolutamente atrás desses países da América do Sul. E da América Latina. Mas será que isso resolve? Obviamente que não. Será que talvez possamos ter 30% de jovens, mas absolutamente numa visão seccionada, apenas numa parte de sua formação específica.

Vamos propor alguma ação da instituição. É isso que deve diferenciar uma universidade de outra que não tenha pensamento numa formação mais global. E aí propusemos a *UFPE Para Todos* ao presidente da comissão de Educação da Câmara, o deputado Pedro Wilson, que ele próprio relatou e transformou esse projeto em universidade para todos. Aonde pode pegar no próximo PNE editado, já foi aprovado no congresso por unanimidade, 10% da carga horária do aluno serão utilizadas para atividades extensionistas, dentro da grade curricular formal do aluno. Então, talvez essa disciplina possa ser parte

integrante desses 10% que hoje nós vamos ter que formar, a partir do Plano Nacional de Educação. E aí, sim, estaremos dando a possibilidade de o aluno que está começando a sua formação profissional, a sua formação específica, ter essa visão de cidadão. E sair do discurso para a prática. Só formamos o cidadão, se criarmos a oportunidade de formar o cidadão. Caso contrário, faremos um belo discurso e nada acontecerá no futuro. E aí, essa futura geração irá nos cobrar, porque nós não fizemos isso.

Eu acho que a gente tem uma grande oportunidade, acho que esse fórum é algo fantástico para que a gente possa não só pensar, mas eu digo a verdade. A gente pode ir mais além. Eu acho que a gente pode agir. O que a universidade pode fazer para realmente mudar essa parte social que aí está?

Vamos fazer a nossa parte. Esgotamos ela? Eu acho que não. Eu acho que a gente pode ir muito mais além. E para isso influenciar a mudança da postura de um modelo político econômico, para um modelo mais justo. Porque senão, realmente, faremos um esforço enorme, uma energia enorme, para alcançar resultados muito pequenos, sem achar solução de médio e longo prazo.

Eu acho que essa é uma oportunidade que a gente tem, não podemos desperdiçar. O fórum é sempre um momento de integrar as ações, de buscar as ações coletivas. Eu acredito que começamos muito bem, pela presença de todos vocês aqui, de toda a representatividade aqui presente e vamos envolver os alunos nesse fórum.

Eu acho que é uma oportunidade, quem trabalha com disciplinas. Eu sei que poderíamos ter mais alunos presentes. Por que não contaria na carga horária de alguma disciplina relacionada com o assunto? Será que nós não temos nenhuma disciplina na universidade relacionada a este assunto? Certamente devemos ter. Então, vamos colocar no calendário do próximo ano aquelas disciplinas que estão com esse conteúdo, de tal maneira que participem. Está lá, o Centro de Convenções, com 2.000

lugares. É de graça, ninguém paga nada. Se a gente puder botar os alunos para participarem e verem, porque serão os atores do futuro. Se não, nós estaremos excluindo esse futuro. Então, é muito importante.

Eu quero parabenizar Geraldo. Foi um esforço. Os professores todos estão aqui. E o que eu puder fazer, enquanto reitor, mas sobretudo, enquanto professor, para ajudar nesse processo, podem ficar certos, é uma prioridade mesmo. E o que a gente puder fazer, isso foi dado e sinalizado, durante a nossa aula magna desse ano, porque a mudança está a partir de uma nova cultura. Mas essa cultura não pode ficar apenas na boa vontade: Tem que vir exatamente a partir de uma mudança estrutural, que possibilite de fato uma educação para todos.

Muito obrigado.

MESTRE DE CERIMÔNIA

Solicitamos que a formação da mesa principal seja desfeita, quando convidamos as autoridades para sentar nas cadeiras reservadas, para assistirmos à palestra da pesquisadora, Dra. Ednilza Ramos de Sousa, coordenadora executiva do Centro Latino-Americano de Estudos de Violência e Saúde Jorge Carrelo, que abordará o tema *Aspectos socioepidemiológicos da violência*, tendo como coordenador o professor Geraldo Pereira.

GERALDO PEREIRA

Quero agradecer a presença do secretário da Defesa Social, do magnífico reitor da Universidade Federal de Pernambuco e dizer que, quando tive a idéia de criar o Fórum, imediatamente o reitor acolheu e imediatamente o Núcleo de Saúde Pública igualmente acolheu. De forma que, mais do que isso os meus colegas professores aderiram imediatamente e foram presença constante nas reuniões preparatórias.

O nosso desejo é que se possa voltar ao tempo em que Mozart tinha 17, 18 anos. Eu sou mais velho do que ele 10 anos. Quando eu tinha 17, 18 anos, eu andava pela rua tranqüilo. Ia ao Parque Treze de Maio, à Igreja de Santo Antonio, a pé. E voltava do Clube Português, depois das festas, tranqüilamente. Todavia, a reunião não é para contar os meus 17, nem os 17 de Mozart, que tem uma diferença de 10 anos. Quando eu tinha 17, ele tinha 7.

Trouxemos, para falar hoje, uma professora, que é pernambucana, radicada no Rio de Janeiro. Pernambucano que sai, a gente chama de exilado. Exilado no Rio de Janeiro. Ednilza Ramos de Souza. Ela é psicóloga, por graduação, portanto, não se escolheu ninguém que fosse da área policial, tampouco que fosse de formação médica ou de enfermagem, mas uma psicóloga, pela pluralidade de conhecimento. Ela tem doutorado em Ciências e, sobretudo, ela é pesquisadora associada da Fundação Oswaldo Cruz, onde dirige o Clavis, que é o Centro Latino-Americano de Estudos da Violência e da Saúde. Ela confirmou que acertei a sigla.

Eu vou dar a palavra a ela e, em seguida, depois dos 30 a 35 minutos que ela falar, os debatedores oficiais do fórum terão três minutos que se desejarem para igualmente se pronunciar. Proponho que, se possível, a secretária do fórum distribua papel aos presentes aqui nas bancadas, a fim de que as anotações possam ser feitas.

Professora Ednilza Ramos de Souza, pernambucana exilada, pesquisadora, psicóloga, doutora em Ciências, com a palavra.

EDNILZA RAMOS DE SOUZA

Obrigada, Geraldo.

Eu quero iniciar dando bom dia para vocês, agradecendo o convite e colocando assim a minha certa ansiedade de estar aqui diante dessa platéia de ex-professores, ex-chefes, que foram pessoas com quem eu convivi no momento em que eu ainda morava aqui. Falar das minhas boas lembranças que eu tenho dessa faculdade, dessa universidade, que eu cursei. Eu me formei aqui na Universidade Federal. E dizer que a satisfação é muito grande de poder estar aqui hoje. Eu queria passar para vocês um pouco do que tem sido a minha experiência no trabalho com esse tema da violência, nesse centro, que a gente chama Clavis, que é ligado à Escola Nacional de Saúde Pública, uma unidade da Fundação Oswaldo Cruz.

A questão da violência entre nós, eu estava pensando, o que é que eu vou falar? E agora? Esse pessoal já está falando tudo. O título que eu falaria hoje aqui são aspectos socioepidemiológicos da violência. Mas eu vou situar um pouco a questão da violência no campo da saúde pública, inicialmente, falar porque a violência tem sido tratada ou passou a ser tratada como um tema da saúde pública. A violência que, tradicionalmente, historicamente, sempre foi abordada pela questão da justiça, pela questão do direito, pela questão da segurança pública. E a saúde sempre foi, as suas unidades, seus serviços médicos sempre receberam os casos de violência, contaram esses casos de violência, seja através das internações, através da mortalidade. E nunca realmente tinha-se colocado como uma área do saber, do conhecimento e da prática, que poderia atuar de uma forma mais decisiva na prevenção disso também.

Então, a gente observa o seguinte: que só a partir da década de 1980, que o pessoal da saúde faz um levantamento da Produção Científica e Nacional. É a partir da década de 1980 que cresce o volume de artigos, de estudos realizados em relação à violência no campo da saúde. A gente situa historicamente essa década de 1980 com a década em que o tema foi adotado pela saúde pública. Então, é uma coisa bem recente. A gente tem uma década só atrás em que o tema passou a ser assumido pela saúde. E passou a ser assumido em função de que? O que levou esses estudiosos, esses pesquisadores a se preocuparem, do ponto de vista da saúde pública, refletirem sobre isso?

Existem dois grandes movimentos que fizeram com que o tema entrasse de alguma forma no campo da saúde pública. Um que foi o movimento da pediatria norte-americana, através da descrição e da atuação do atendimento dos bebês espancados. Isso foi denominado, posteriormente, Síndrome do Bebê Espancado. Esse tema introduz a questão da violência no campo médico. Um outro fator que também contribuiu muito para que o tema fosse assumido pela saúde foi a questão do movimento feminista, na década de 1960, nos países mais desenvolvidos e, posteriormente, nos países em desenvolvimento, como no caso do Brasil, na década de 1970. Esse tema passa a ser também de uma influência, de uma importância fundamental, na medida em que se trabalhava a questão dos direitos reprodutivos da mulher. E isso também é colocado, do ponto de vista da saúde como um tema que está associado, tem a ver com a questão da violência e que estava sendo abordado, estava sendo tratado.

Mais recentemente, na década de 1980, especificamente, a gente observa o seguinte: são os indicadores epidemiológicos que mostram, para os profissionais de saúde, uma mudança, que já foi citada aqui na mesa, no perfil de morbi-mortalidade da população do país. E isso, é um fenômeno meio que mundial. Não era só no Brasil que estava ocorrendo, estava acontecendo no mundo como um todo. O crescimento das taxas de mortalidade por causas ditas externas, que é um grupo de eventos que

envolve todos os acidentes e as violências propriamente ditas. Os eventos de trânsito, as quedas, os afogamentos, as intoxicações e as violências auto e hetero-dirigidas, do suicídio e do homicídio. Então, esse grande grupo de causas, que a gente denominada dentro da classificação internacional de doenças como Causas Externas, passou a ocupar, a assumir uma importância muito maior no perfil de morbi-mortalidade das populações, principalmente das grandes metrópoles.

É um fenômeno que cresce, sobretudo em áreas mais urbanizadas, e cresce em determinados grupos específicos, e em função de determinadas causas. Ele cresce muito nos grupos de jovens e adultos jovens, sobretudo de sexo masculino, que são as maiores vítimas desses eventos. E cresce em função de determinadas causas que dentro desse grupo como um todo são os acidentes de trânsito e os homicídios que constituem mais da metade desse grupo de causas.

Então, são os dois grandes eventos. Dentro das Causas Externas, são os acidentes de trânsito e os homicídios os principais responsáveis por essa mortalidade.

No Brasil a gente observa, a partir da década de 1980, porque isso não ocorre só na década de 1980. Na verdade, existe um estudo de uma pesquisadora da Universidade do Rio de Janeiro, que mostra que nesse grupo de jovens, desde a década de 1960, essa mortalidade já vem mudando. No grupo de jovens de 15 a 24 anos essa mortalidade já vem mudando com as doenças infecciosas e parasitárias, diminuindo e crescendo as Causas Externas, passando a ocupar a principal causa de morte. Isso já vinha ocorrendo desde a década de 1960, que a gente pode depois voltar e trabalhar um pouco e falar um pouco desses fatores sociais, políticos, econômicos, que vêm ocorrendo a partir desse período no país. Mas eu queria falar um pouco assim dessas características gerais.

Então, essas causas crescem, passam na década de 1980, de quarto para segundo lugar na mortalidade da população como um todo. Numa ampla faixa de idade que vai de 5 a 39 anos, representam a principal

causa de morte, a primeira causa de morte, quer dizer, numa ampla faixa da vida, das pessoas, da população do país como um todo. Mas ela incide muito mais numa população jovem de 15 a 29 anos, especificamente, e de sexo masculino, como eu já tinha referido. Então, nessa década de 1980, a gente observa isso. Esse crescimento mais geométrico, digamos assim, da mortalidade por essas causas nas grandes capitais do país.

O Recife é uma capital, que as Causas Externas passam de sexta para segunda causa. No país, era a quarta, passa para segunda. No Recife, o crescimento é mais acelerado. Passa de sexta para segunda causa de morte. E se mantém como o nosso reitor estava falando aí. Como segunda causa de morte na população como um todo, ela só perde para as doenças do aparelho cardiovascular. O perfil de mortalidade nosso é esse. Segunda causa de morte na população como um todo, são essas Causas Externas, acidentes e violência. Dos 5 aos 39 anos, é a primeira causa de morte.

Isso é um problema muito sério, muito grave, um problema de saúde pública. A gente sente, trabalhando numa instituição de saúde, do nível federal, que não dava para deixar esse tema fora da discussão e da reflexão. Então, esse grupo com o qual eu trabalho, há 12 anos, começou a refletir, a pensar um pouco essas questões e ao longo desse período a gente vem desenvolvendo estudos, trabalhos, enfim, pesquisas, nesse sentido. Algumas características que eu também queria colocar aqui para vocês, para depois passar mais para os dados e mostrar, é essa questão da violência.

Como vocês estavam colocando aqui na mesa, a violência tem certas características. Primeiro, a gente tem trabalhado com uma noção ampla do que seria violência. Não só com violência como criminalidade, mas com noção de violência estrutural, que a gente denomina, que esta colocada nessas desigualdades e nessas injustiças sociais. Quer dizer, um pequeno grupo de privilegiados detém o poder, o dinheiro, a riqueza, enquanto a grande maioria está excluída, na miséria. Então, isso a gente caracteriza em si mesmo uma violência. E a gente denomina de violência

estrutural. Então, a gente trabalha com esse conceito de violência estrutural. Trabalha também com o conceito de violência cultural, que é uma forma de violência que transcende de alguma forma as questões políticas, econômicas, e que é expressa nas discriminações. Em todos esses estereótipos discriminatórios que se têm, diante daqueles que são diferentes. Dos grupos minoritários, dos grupos religiosos. Então, é toda essa violência que a gente chama de cultural. É a violência que se expressa nessas formas de discriminação de raça, etnia, discriminação religiosa, discriminação pela preferência sexual das pessoas. Enfim, que a gente trabalha com essa noção de violência cultural.

A gente trabalha com outra noção, que é a da violência da resistência, que é a violência do oprimido. O grupo oprimido, que busca resgatar seus direitos e seus benefícios que foram retirados, que foram perdidos.

E, finalmente, a gente trabalha com a noção, o conceito de violência, de delinquência, que é o conceito mais comumente tratado e identificado como sendo violência, quer dizer que a gente costuma usar na sociedade. Quando discute a questão da violência, eleger esse aspecto: a criminalidade. Que são os delitos, codificados pela sociedade como atos criminosos, fora da norma do convívio social e que têm que ser punidos por isso.

Eu estou tentando aqui mostrar para vocês como é que a gente tem trabalhado essas questões conceituais. Então, a gente trabalha com essa ampla gama de eventos, que a gente denomina de violência, seja na sua forma estrutural, na sua forma cultural, na sua forma da resistência, na sua forma de delinquência. Com esses conceitos, a gente percebe claramente que não estou trabalhando só com a noção de que a violência é do indivíduo. É do comportamento individual. Mas eu estou trabalhando com a noção mais ampliada de violência, que vai desde o nível mais subjetivo, da relação individual, do caráter, da formação de personalidade desse indivíduo, até os aspectos mais amplos dessas relações sociais,

digamos assim. Das macroestruturas sociais. A forma como a sociedade se estrutura, é desigual, é injusta, é uma sociedade violenta. Eu trabalho com essas noções que vão desde o nível individual até o nível macrossocial conceituando os diferentes eventos violentos. E aí vem a outra característica da violência que é que a violência é multifacetada, como já foi colocado aqui. Ela se expressa de várias formas: desde o ato do pai ou da mãe bater ou espancar um filho no âmbito privado do lar, até a exploração de nações, como a gente tem visto aí, sendo discutida toda essa questão que está colocada aí pela dívida externa dos países pobres. Então, ela passa desses níveis, digamos assim, mais micro e individuais, até os níveis macrossociais. Ela é multifacetada, se expressa de várias formas. Nas formas de criminalidade, dessas explorações e das discriminações.

E, sendo assim, a gente também tem trabalhado a noção de que violência é um fenômeno social. Ela se dá nas relações sociais e é um fenômeno complexo. Por ser um fenômeno social é complexo e também multicausal. Eu não posso explicar a violência, seja ela, que forma de violência for, por uma única causa. Eu tenho para cada evento violento uma rede de fatores, que não estão intrincados ali, e que eu tenho que entender. E entender nesses variados níveis, que era um pouco o que ele estava colocando. Não adianta eu querer diminuir a criminalidade, o homicídio, se eu não avalio a sociedade como um todo. Se eu não questiono que sociedade é essa, que admite que tantas mortes ocorram. Então, ela é multicasual também. A gente não pode explicá-la, seja o evento violento que for, por uma única causa.

Eu fiz essa introdução mais geral, para situar um pouco, como é que a gente tem trabalhado, se colocado, se posicionado em relação às reflexões, que têm sido feitas lá, junto a esse grupo, em que eu trabalho para poder mostrar para vocês alguns dados, para o Brasil e para Pernambuco.

Eu vou passar aqui rapidamente, porque são um pouco aqueles conceitos que eu tinha colocado anteriormente, de como a gente tem classificado a violência. Aqui só para vocês terem idéia do que seria cada uma dessas coisas. Ali a violência estrutural, aqui a violência cultural. Tinha falado aí de uma forma bem rápida, para ganhar tempo. Ali a violência da resistência e aqui, finalmente, a violência da delinquência. Veja toda essa classificação, ela acaba reduzindo, de alguma forma, aquilo que a gente quer conceituar, que quer definir, ela acaba sendo reducionista. A gente tenta dar conta dessas questões e, principalmente, sendo a violência um fenômeno tão complexo, a gente tenta dar conta, mas tem consciência de que tem limitações, sim, como qualquer classificação. Então, a outra dificuldade que a gente tem, dentro de um fenômeno complexo como esse, é definir o que é violência, que pode ser tudo e pode ser nada. Você tem sérias dificuldades de tentar definir o que é violência. Aqui, então, são algumas tentativas que a gente tem feito de definições com as limitações também, que ela pode ter. Um fenômeno gerado nos processos sociais, que atinge o âmbito das instituições, grupos e indivíduos, sendo desigualmente distribuídos, culturalmente delimitado e reveladora das contradições e das formas de dominação na sociedade.

Veja, isso é uma forma como eu posso estar conceituando violência. Isso aqui também é uma outra forma de a gente estar dizendo o que é violência. É o evento representado por ações realizadas por indivíduos, grupos, classes, nações, que ocasionam danos físicos, emocionais, morais ou espirituais a outrem. Representa profundos enraizamentos nas estruturas sociais, econômicas e políticas, bem como nas consciências individuais, na relação dinâmica entre vítimas e agressores. Que é aquela coisa que eu estava colocando que a violência se expressa nas relações individuais, sem que com isso a gente queira dizer que o ser humano é em si violento. O ser humano tem o potencial de vir a ser violento ou não. Ele vai atualizar esse potencial dele de agressividade como uma violência em uma relação social determinada, em função do meio em que ele está. Quer dizer, ele vai reagir de uma forma violenta ou não, em função do que a

sociedade aceita que ele faça ou não. Então, a gente costuma dizer que cada sociedade tem a violência que ela admite ter.

Veja os dados, como eu tinha falado para vocês, para o Brasil, só para a gente ter uma noção geral disso, eles cresceram nessa década, começo de 1980, final dos anos 1970, até 1997, que era até onde eu tinha, certamente o Júlio deve ter dado mais atualizado, passando de cerca de 10% para 15,5% na mortalidade geral do país. Esse grupo de óbitos passa, portanto, a representar uma maior parcela das mortes que ocorrem no país. Que era uma questão que se fazia, cresceu a violência ou a consciência que se tem em relação a isso? A gente costuma responder que cresceram as duas coisas. Cresceu a importância desses eventos, em números absolutos desses eventos e também a consciência que se tem deles.

Como eu tinha falado também quais são, dentro desse grupo de Causas Externas, que a gente denomina de externas, os dois grandes grupos, subgrupos. São os acidentes de trânsito e homicídios, como vocês podem ver aqui. No final de 1997, mais de 50% dos óbitos por Causas Externas estão representados por essas duas causas. E uma coisa que eu quero chamar a atenção de vocês aqui: a partir do ano de 1990, a gente passa a ter mais homicídio do que acidente de trânsito, que não era assim. A gente vê o crescimento dos homicídios, um crescimento bem acelerado de certa forma, e a partir de 1990 passa a ter mais homicídio que acidente de trânsito. E isso permanece ao longo da década, praticamente inteira.

Bom, aqui em termos de taxas de mortalidade, a gente vai observar que também os suicídios permanecem mais ou menos estáveis ao longo do período. As demais causas de morte continuam mais ou menos também com uma certa estabilidade, sem sair muito do patamar inicial dela. Aqui a gente vê o crescimento dos homicídios ao longo dos anos, na década de 1980 e 1990, uma tendência claramente crescente desses homicídios.

Os acidentes de trânsito pararam um pouco de crescer, atingiram um certo patamar e permaneceram nele, patamar elevado em relação ao início, mas não têm esse crescimento acelerado dos homicídios. Isso são os dados para o Brasil como um todo. Aqui, a gente observa a distribuição dessas Causas Externas, no ano de 1997, por faixa de idade. Aqui, onde tem 29, leia-se 39; saiu errado. A gente percebe claramente a predominância do sexo masculino em relação ao feminino, e a incidência desses óbitos, nessa faixa de idade, jovem e adulto jovem, adolescentes e adultos jovens. Se a gente for pensar de uma forma mais simplificada, de cada dez jovens de 10 a 19 anos do sexo masculino, pelo menos sete morrem, por uma causa externa. Então, é um dado muito preocupante. De dez jovens, sete morrem por uma causa dessa, ou um acidente, ou uma violência, e como a gente viu ali que é muito mais homicídio agora do que acidente de trânsito, a gente percebe que os nossos jovens estão sendo dizimados, praticamente. É uma guerra não declarada, porque o que tem morrido de jovem por conta de acidente aí, o dado está expressado claramente.

Aqui foi um gráfico que eu montei só para a gente ter uma idéia. Em relação à mortalidade geral, nessa faixa de 15 a 29 anos, que acaba sendo a faixa mais afetada por essas violências, quanto representavam na mortalidade geral nessa faixa de idade, essas três causas juntas: acidente de trânsito, homicídio e suicídio. A gente vê que quase metade das mortes aqui se devem a essas três causas, nessa faixa de idade. Esse aqui já é em relação àquela mesma coisa: acidente de trânsito, suicídio, homicídio, em relação às Causas Externas também na mesma faixa de idade. Então, no grupo das Causas Externas, as três, acidente de trânsito, suicídio e homicídio representam 74%. E se a gente observar aqui, suicídio está baixo, relativamente baixo; os acidentes de trânsito permanecem mais ou menos estáveis ao longo dessas datas aqui, e o que vem crescendo na verdade, vem crescendo nessa proporção, em função do crescimento dos homicídios. Isso aí fica muito claro quando a gente olha isso. São dados de um estudo que foi feito pela Dra. Maria Helena Melo Jorge, que é uma

estudiosa desse tema há mais de 20 anos. Ela fez o levantamento dos coeficientes de mortalidade segundo o tipo de causa externa, nas capitais brasileiras nesse período: 1977 e 1994. E ela compara o crescimento, uma setinha é o aumento de 10 a 49%; duas setinhas é o aumento de 50 a 99%; três setinhas é o aumento de 100% ou mais.

E aqui a gente vê: para boa parte das capitais o crescimento aqui no total. Então, aqui, Macapá. Macapá teve um crescimento nos coeficientes de mais de 100%. O Recife teve um crescimento entre 50 e 99%. E aqui são os grupos específicos, que estão também nesse patamar de crescimento, nesses dois anos: 1977 e 1994. E o que a gente pode ver nesse dado aqui, é que a grande maioria das capitais, segundo essa tabela da Dra. Maria Helena Melo Jorge, é crescente também aqui. A gente vê uma concentração de três setinhas aqui, que é um crescimento muito maior do que nas demais causas, que são os homicídios.

Eu queria passar para vocês um pouco, já que estou com pouco tempo, os dados de Pernambuco. Estive aqui, algum tempo atrás num fórum também que foi promovido pela Secretaria Estadual de Saúde e reuniu vários representantes de vários setores da sociedade na época. Sei que tinha pessoal do Detran, da Polícia, reuniu gente de vários setores e eu, na época, para esse encontro, montei esses dados. Então, alguns deles já vão estar defasados, mas dá para a gente ter uma idéia do que acontece um pouco aqui no Estado de Pernambuco, que é isso aqui. São as cinco principais causas de morte em Pernambuco, as Causas Externas aparecem aqui como segunda causa, perdendo para as doenças do aparelho circulatório.

No ano de 1990, 22% das mortes eram por Causas Externas. Aqui a gente tem as taxas de mortalidade. As externas são essas amarelinhas aqui, que estão em torno de 100; 100, mais do que 100, cento e alguma coisa. Em cada 100 mil habitantes. Aqui também mostrando aquela distribuição por sexo, e sempre o sexo masculino tem uma mortalidade bem maior do que a do sexo feminino. E aqui, se a gente olhar, esse

crescimento aqui na mortalidade, nesse período de 1984, 1985, 1986, até 1990, e aqui tem essa baixa. Que a gente teria que questionar se caiu realmente nesses anos ou se é uma questão de informação, que piorou aí e a gente não sabe dizer. Teria que investigar essas coisas. Aqui é a mortalidade por homicídios. Aqui a gente vê o sexo masculino como veio crescendo. Também a gente observa essa queda no ano de 1992. Enquanto o sexo feminino está mais ou menos estável, o masculino vem crescendo ao longo desse período. Aqui são os acidentes de trânsito por faixas etárias. Mais ou menos a gente repete um pouco isso. Quer dizer, cresce aqui nessas faixas de idade, diminuem algumas outras, nessa faixa de 1 a 9, mas na de 10 a 19, de 20 a 29, 30 a 39, ela é crescente. Então, cresce, comparando 1979 e 1990, nessas faixas de idade, os acidentes de trânsito.

Agora, ocorria uma coisa interessante nesses dados, na época em que eu analisei: havia uma diminuição do número de acidentes, do número de óbitos por acidentes de trânsito aqui em Pernambuco. No geral. E existia toda uma campanha que até hoje existe, e toda uma divulgação na mídia, e existe todo um trabalho do Detran em função disso. E os resultados estavam sendo verificados digamos assim nos dados, que a gente estava analisando. Ali eram os acidentes de trânsito. Só que ao contrário, são os homicídios que também crescem nessas duas faixas de idade, que são os principais, acometidos por essas causas.

Aqui eu fiz uma separação, analisando um pouco a questão dos crimes no Estado; segundo capital, região metropolitana e interior. O que eu quero chamar a atenção para vocês é isso: que diminuiu ao longo desses anos, 1993, 1994, 1995, o número de crimes. Na região metropolitana, isso está mais ou menos estável. Agora, eu quero chamar a atenção aqui para o interior, 1995, como vem crescendo. Deu um salto. Cresceu um pouco em 1994 e deu um salto em 1995, no interior do Estado. Isso a gente vai perceber um pouco nessa divisão aqui que eu fiz, eu fiz uma análise dessas taxas de mortalidade por Causas Externas para esses anos: 1979, 1985 e 1990. No começo, nós tínhamos taxas mais

baixas. As Causas Externas com taxas menores que 30 em cada 100 mil habitantes. Então, eu tinha um número razoável de municípios com essas taxas de mortalidade. Aqui no começo do período, a gente tinha muitos municípios com taxas baixas e taxas médias. E existia um pequeno número de municípios com taxas mais elevadas, que eram taxas de 60 ou mais, em cada 100 mil habitantes. No final do período, a gente tem um pouco essa inversão. Eu tenho apenas dois municípios com taxas baixas e tenho um grande número de municípios com taxas médias. E um número ainda maior de municípios com taxas altas. Ou seja, cresceu em 1990 o número de municípios no Estado com taxas mais altas, significando a intensificação dessa violência, ao longo desse período, de 1979 até 1990, se a gente comparar. Isso para Causas Externas como um todo. Aquele grande grupo de causas.

Aqui, a gente tem os acidentes. Nos acidentes, a gente não percebe tanto, aquela coisa que a gente viu nas Causas Externas. O número de taxas, as taxas são bem menores, as mais altas têm vinte e pouco e só aqui, Fernando de Noronha, que é muito alto, mas é por conta do cálculo da taxa. A população é muito pequena. Qualquer óbito que cresça, vai alterar muito aqui a taxa. Não tem tanto como aquele outro, taxas tão altas como aquele grupão das Causas Externas.

E a gente vai finalmente olhar o que acontece aqui com os homicídios. E é isso que eu queria. Eu fiz esse arroteio todo até chegar aqui, que era o que eu queria mostrar para vocês. Olha só, no começo do período que é o ano de 1979, a quantidade de municípios que eu tinha com taxas baixas, menos de 10 óbitos por homicídio em cada 100 mil habitantes. E olha, ao final do período, o que acontece com as taxas que são taxas de homicídios e mais o tanto de municípios, segundo as microrregiões do Estado, que se concentram naquelas taxas que são mais elevadas. Eu tenho só Fernando de Noronha com taxa baixa, tenho seis microrregiões com taxas médias e o restante, com taxas elevadas, das mais altas. Então, é uma concentração grande. Se a gente olhar, quais são esses municípios? A gente vê que são os municípios do interior,

certamente a gente vai ter aqui o Recife, que é a capital, parte dessa Região Metropolitana, onde se concentra boa parte dessa população e desses problemas que a gente está vivendo. E uma parte também ligada àquela área mais do sertão, que a gente sabe que não é à toa que essas taxas estão aparecendo aí dessa forma.

Eu queria chamar atenção agora, mais para fechar a minha fala, que já estou cumprindo o meu tempo, mas é um pouco resgatar isso. É contextualizar um pouco esses dados de mortalidade, que a gente está vendo, que cresceram. Cresceram os homicídios em determinadas áreas e a gente teria que voltar agora, quer dizer, tem como fazer esse diagnóstico, vocês têm certamente um conhecimento disso.

Para alguns de vocês, não é a primeira vez que esse dado está sendo apresentado. A gente tem que voltar agora para contextualizar esse dado. Quer dizer, em que contexto social, político e econômico essas mortes estão se dando? O que está acontecendo aqui no Estado que a gente está vendo, que a gente está chamando de interiorização da violência? Cresce a violência e cresce muito no interior do Estado e cresce muito em determinadas regiões desse Estado. Ora, a gente sabe que tem um problema sério aqui no Estado, que é a questão do narcotráfico. A área de plantação de maconha que está aí e que está certamente produzindo, que está associada a um fator conjuntural, a essas questões, a esse crescimento dessa mortalidade por violência nessas áreas.

Certamente que as mortes/homicídios ocorridos no interior do Estado vão estar muito ligados, é muito provável que estejam ligados à questão do narcotráfico, como a gente vê lá no Rio. Boa parte dos homicídios têm envolvimento com a questão do narcotráfico. E, a gente teria agora que passar, em função do diagnóstico, e aí que eu espero que esse fórum seja produtivo nesse sentido. A gente precisa, a partir das informações que se tem, fazer esse diagnóstico. A partir desses diagnósticos, fazer proposições. Porque aí a Saúde só, não consegue dar conta disso. A segurança, só não consegue dar conta disso.

Desenvolvimento Social só, não consegue dar conta disso. O esforço tem que ser conjunto. Isso é que a gente tem reforçado todo o tempo, quem trabalha com a violência.

Tem que juntar esforços, não dá para ficar sozinho tentando atuar, duplicando esforços cada um isoladamente. Tem que juntar esses esforços. Tem que reunir a sociedade, seus amplos setores e fazer essa discussão. O que é que acontece do ponto de vista econômico, social, político, cultural, nesse Estado, que faz com que essas taxas de mortalidade estejam crescendo? E não apenas, porque a mortalidade é só uma ponta dessa violência. A gente tem muito mais eventos violentos ocorrendo, não produzindo a morte, que a gente precisa ter conhecimento disso também.

Então, a gente precisa estudar essas questões, a gente precisa discutir sobre elas. E a gente precisa propor.

Na minha área de atuação, que é a área de Saúde, a gente tem que passar de uma coisa de estar contando, estar atendendo só os pacientes que chegam a esses serviços, que estão superlotando essas unidades de Saúde, as emergências hospitalares muito particularmente. A gente tem que sair dessa coisa, só da assistência. E partir para a prevenção, também. E a prevenção, eu vou retornar um pouco a fala do reitor, a gente tem que pensar também na formação dos profissionais. A universidade é importantíssima nessa tarefa. Não só a universidade, porque na medida em que junta esforços, saúde, educação, segurança, habitação, como foi colocado já aqui na mesa, a gente tem que ter consciência de quem está atuando, não só na universidade, mas principalmente na universidade, começar a atuar, a formar, a incluir nas disciplinas, a reflexão sobre isso.

A gente vê hoje, quando está trabalhando com profissional de saúde, ele não sabe o que fazer diante de um caso de violência. Não foi treinado para isso. Não foi ensinado nada para ele. Ele é formado, ele passa a atender nos serviços esses casos e não sabe o que faz diante daquilo. Então, a universidade tem uma tarefa fundamental, que é de estar

formando esse profissional, estar incluindo nos seus temas específicos cada professor, cada disciplina, a forma de abordar essas questões e como atuar sobre elas no sentido de preveni-las. E eu vou mais além. Eu acho que não tem que ficar só na universidade. Tem que ficar na educação com um todo, começar a mudar mentalidades, digamos assim. Que a gente sabe que tem ainda muitos, machistas, que são questões culturais, que estão muito arraigadas, e que acabam levando a uma série de eventos violentos. É o pai que bate no filho, é o marido que bate na mulher, porque tem toda uma cultura que aceita esse tipo de coisa. Então, a gente tem que começar desde o comecinho, ensinando o garotinho a desfazer esses estereótipos e essa cultura que produz violência.

Certamente não é essa sociedade que a gente quer, não são esses índices que a gente quer, mas a gente não quer a violência, como também não quer a sociedade com essas características que ela está aí. E se você não mudar essas características, dificilmente você chega a mudar aquela. Também. A gente tem que estar atuando de uma forma mais ampla, ao fazer o atendimento, pensar os eventos específicos, mas também tem que estar pensando de uma forma mais geral, mais estrutural, mais macro. Enfim, era um pouco essas questões que eu queria colocar para vocês. E agradecer mais uma vez o convite, e falar da minha satisfação de estar aqui hoje, tentando passar um pouco do que a gente está trabalhando e vendo lá no Clavis, em relação a esse tema.

Obrigada.

EDSON MORORÓ MOURA

Meu nome é Edson Mororó Moura. Sou empresário e diria aos senhores que da minha parte há como que uma certa perplexidade, quase que uma vontade de não dizer nada. Foi dito aqui, pelo professor de Genética, que a violência é uma coisa intrínseca ao homem. E a gente tem

observado realmente, que ela tem sido crescentemente manifestada em todos os países do mundo.

Se nós considerarmos numa abordagem interessante, neste século, aliás, nos últimos dois anos do século passado, houve uma reunião das potências centrais da Europa, para tratar da questão do desarmamento. Os russos ficaram meio assombrados porque os austríacos tinham feito um canhão, quer dizer, para matar gente, que os russos não podiam competir com aquele canhão. Então, propuseram uma conferência de paz. Houve essa conferência nos últimos anos do século passado e uma anterior, nos primeiros anos, para a qual, nós mandamos Rui Barbosa, que veio de lá com o apelido de Águia de Haia. Na realidade, nos anais da conferência de Haia, não se diz nada disso de Rui Barbosa. É uma característica brasileira, de botar nas alturas pessoas que têm um valor de certa maneira medíocre.

Nunca se matou tanta gente quanto no século passado, nas duas guerras mundiais. Então, eu seria induzido a não me manifestar, mas acontece que aqui nós não fomos solicitados. Vim para ficar calado. Não seria decepcionante. Também isso é contra a natureza humana. Os humanos pensam poder resolver problemas, assim falando, essa coisa toda. Bom, mas eu acho, aqui o professor Mozart e outros oradores com muita propriedade, fizeram várias colocações interessantes.

Eu acho o seguinte, que nós deveríamos fazer um movimento pela religiosidade, porque num esquema político, econômico e social, como o socialista, isso foi tentado na União Soviética, matou-se muita gente para se chegar até lá. Também, o nosso capitalismo está mostrando aí que é uma desgraça. Então, eu acho que se nós fizéssemos, se fôssemos capazes de fazer alguma coisa para que o homem pudesse desenvolver a religiosidade, que durante muito tempo esteve esquecida. Eu me lembro do Congresso Eucarístico Nacional, aqui no Recife, em 1939, quando eclodiu a Segunda Guerra Mundial. Quer dizer, foi uma apoteose. Eu vinha lá de Belo Jardim, quase de jumento, para acompanhar.

JOSIMAR HENRIQUE

Meu nome é Josimar Henrique, eu sou industrial, presidente do laboratório Hebron e presidente da Associação Nacional dos Laboratórios Brasileiros. Uma reflexão e duas sugestões. A reflexão é o que o profeta Isaías escreveu há 3 mil anos, quando a nação judaica estava passando por um momento violento. Isaías, refletindo sobre o assunto, diz o seguinte: “O efeito da Justiça será a paz. E o fruto da Justiça será a segurança”.

Eu creio que nós poderíamos refletir sobre a questão da Justiça brasileira, se nós formos justos com o nosso irmão, com o nosso semelhante, se os nossos mandatários estão sendo justos com a nação. Se os nossos irmãos que estão passando fome não representam reflexo dessa injustiça. Vou repetir o que Isaías disse: “O efeito da Justiça será a paz. E o fruto dessa Justiça será a segurança”.

Eu sugiro aos meus companheiros do fórum, que leiam o livro de Isaías, do profeta Isaías, para poder ter uma dimensão maior dessa questão. Duas sugestões: o fórum permanente. Convocar o empresariado. E aqui eu me coloco não só como empresário, mas como representante do segmento, para primeiro: gerar empregos e ocupações dignas. Segundo: ajudar no processo de prevenção e correção. Prevenção, podendo tirar as crianças da rua e correção, reintegrar as pessoas na sociedade. O empresariado tem obrigação de fazer isso, como membro da sociedade. E creio que poderia ser uma participação muito efetiva.

Obrigado.

GERALDO PEREIRA

Pois não, pode se apresentar.

NELSON LORETO - da Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco

Nós prestamos muita atenção na macroviolência, mas eu gostaria também que nós refletíssemos sobre a microviolência. Aquela no nível do indivíduo.

A nossa intolerância, nossa falta de amor. Nós estamos com uma crise de valores por falta de amor: amor próprio e amor aos outros. O amor é como um copo d'água. Ele só transborda e só molha em sua volta, se ultrapassar os seus limites. Nós estamos amando pouco.

Do ponto de vista do setor educacional, nossa preocupação é imensa, com 1.052 escolas, um milhão de alunos. O turno da noite não funciona na escola pública, porque as pessoas têm que sair às 21 horas, não assistem à última aula, porque senão vão ser assaltadas.

Eu quero lembrar que o Recife é uma cidade sitiada pelos excluídos. Eles só ainda não decidiram o dia da invasão. Isso é uma coisa que nos preocupa porque as nossas escolas estão colocadas aí. Se nós pegássemos dados da professora Ednilza sobre o crescimento dos homicídios e colocássemos de um lado o IDH de algumas cidades, e do outro lado o PIB dessas mesmas cidades, a gente veria a relação direta que existe entre o modelo de desenvolvimento que se pratica nesse país, que é absolutamente injusto, absolutamente espúrio, e os resultados que nós temos.

O coronel Dickson falou numa questão, que eu me lembrei de um dado. A violência via televisão. Nós temos a violência via satélite. Não se esqueçam de que alguns anos atrás, a gente assistiu à Guerra do Golfo pela televisão. Foi feito um estudo pela TV BEM e a Fundação Oswaldo Cruz, em Minas Gerais. Os nossos desenhos animados têm 20 crimes por hora. São 1.420 crimes por semana. Os desenhos animados que as nossas crianças vêem. Eu quero também que as pessoas reflitam sobre o modelo que a China desenvolve, que apareceu ontem na televisão, na reportagem na esteira das olimpíadas. A criança de tempo escolar, integral. A criança que recebe atenção na educação, no esporte, na cultura, no lazer, a proteção do Estado para essa criança.

Eu, particularmente, aos 50 anos de idade, estou um pouquinho cansado de ver se trabalhar somente na questão do curativo. Eu sou profissional de saúde também. Nós precisamos ter a coragem de abordar a questão preventiva, porque se não, nós ficamos com essas ações que são de apagar incêndio momentâneo e sempre fica uma brasnha acesa e na medida em que o vento sopra, ela recrudesce.

Quero lembrar para vocês que o grande rio só transborda se seus afluentes tiverem os níveis elevados.

Obrigado.

ROSSINI BARREIRA - Presidente do Sindicato dos Jornalistas de Pernambuco

Quando o professor Geraldo chamou a gente, o Sindicato, para participar desse fórum, eu fiquei feliz, porque eu acho que a mídia tem um papel importante nessa questão da violência.

Recentemente, a gente perdeu um companheiro, o jornalista Cristiano Donato, de uma forma muito violenta. Uma coisa que deixou a

gente muito consternado, mas também foi uma coisa importante no sentido de que a categoria acordou: acho que os jornalistas da imprensa e a mídia pernambucana começaram a acordar e a refletir melhor e mais profundamente sobre essa questão da violência.

A gente tem incentivado essa discussão da violência. Já fizemos um ato público, inclusive, quando todas as redações pararam durante uma hora e fizeram esse ato público. E começamos a desenvolver um questionamento dentro da própria mídia sobre três aspectos: primeiro, a mídia violenta; segundo, a mídia violentada e terceiro, a mídia e a violência.

Na mídia, é essa mídia por onde todos nós, ou muitos de nós já passaram, que a gente sofre agressões pessoais. Quantas vezes, a imprensa não condena um suspeito, não incrimina e não acusa? Quer dizer, quantas vezes a gente é vítima dessa própria imprensa não tem espaço para se defender? Essa é a imprensa violenta.

Existe também a imprensa violentada. Essa que sofre pelo exercício da profissão. Esse ano em Pernambuco, tivemos seis casos de agressões à imprensa, a jornalistas. Pelo exercício profissional. E seis casos de agressões institucionais, do poder instituído. Dois prefeitos, um de Tamandaré, que invadiu uma rádio comunitária, agrediu o jornalista, tirou os equipamentos. Um no Recife, que invadiu o Jornal do Commercio, armado, ameaçando o jornalista. E outro, um deputado estadual, dentro da Assembléia Legislativa, que espancou um jornalista. Fora isso, os outros três casos foram da Polícia Militar, espancando jornalista no exercício da profissão. Essa é a mídia violentada. E essa violência contra o jornalista não é apenas pessoal. É contra a sociedade, porque quando se bate num jornalista, no exercício da profissão, quando se agride se quer calado, quer calar a informação à sociedade.

E, finalmente, a violência e a mídia. O jeito, a forma com que a mídia, a imprensa e os meios de comunicação tratam a violência. Caso como o jornal *Folha de Pernambuco*, que a gente precisa rever e discutir,

a banalização. A forma de *show*, com que a mídia transforma e apresenta de forma banal e grotesca a violência, o sangue e a criminalidade de Pernambuco.

Esses três aspectos, espero que a gente possa discutir bem aqui no fórum. Poder avançar e tirar propostas, inclusive envolver os meios de comunicação, os empresários da comunicação e a categoria, a imprensa e a mídia como um todo.

ANTÔNIO MONTENEGRO - Departamento de História

Sem dúvida que a questão da violência, ela é da condição humana, mas eu acho que na sociedade brasileira, ela já chegou a níveis tão absurdos e tão absolutos que estamos realmente em face de um grande impasse.

Eu não tenho nenhuma dúvida de pensar que é uma violência com salário de R\$ 150,00. Isso é uma violência incalculável. Imagine qualquer um de nós aqui presente, se tivesse que sobreviver com R\$ 150,00. Não dava nem para comprar o tranquilizante.

Há uma outra questão imbricada a essa aqui: é que um salário para uma grande parte ou uma parcela significativa da sociedade, transforma uma outra ala em menos cidadão. Porque o sujeito que ganha pouco, o outro ganha 2, 3, 5, 10, 20 vezes. O sujeito que ganha R\$ 150,00, ele é menos cidadão. Não é porque alguém diga a ele, é porque ele se sente assim.

Eu vou focar uma outra dimensão, ainda da mesma questão, só para concluir, que é a violência do silêncio. E essa violência do silêncio me parece também muito perversa, porque ela é muito invisível.

E eu vou expressar, eu não conhecia, isso eu descobri num trabalho que eu venho fazendo com memória das camadas populares. E eu tentei transcrever aqui, de memória, um relato de uma entrevistada. Ela dizia o seguinte: “Eu já fui burra. Eu já fui burra, que ninguém botava nada na minha cabeça. Mas agora, meu filho, com a continuação do tempo, eu aprendi a falar. Aprendi a me expressar nos cantos. Quando eu vou pagar a casa, lá no consultório do Dr. Romero, eu fico olhando o jeito das pessoas se expressarem. As pessoas mais assim, as pessoas mais... Fico prestando atenção ao jeito das pessoas falarem, o jeito de se sentar. Quando eu chego num canto, eu tenho que falar do jeito daquelas pessoas. Tem gente que já me viu falando e disse assim: Oh, D. Maria Gilda, a senhora sabe ler? Eu digo não, eu não sei ajuntar uma letra. A senhora sabe falar melhor do que algumas pessoas que sabem ler.”

O que é que esse relato de Gilda diz para nós?

Esse relato de Gilda, para mim, é emblemático do silêncio de todos que não sabem ler. Todos os que não sabem ler estabelecem uma divisão entre o direito à fala em certos lugares e o não-direito. E numa sociedade como a nossa, e agora parodiando Dèscartes, que dizia que: “Penso, logo existo”. Eu pergunto a vocês: “Falo, logo existo, é ou não é uma condição básica de cidadania?” Agora, para uma população que acha que não aprendeu a falar porque não domina o código da linguagem daqueles que são alfabetizados, teria violência mais perversa do que essa? Isso me deixa inteiramente, quer dizer, me deixou inteiramente atônito, quando eu tive esse depoimento.

TITO FIGUEIROA DE MEDEIROS - do Departamento de Ciências Sociais, do Programa de Pós-graduação em Antropologia.

Eu parto aqui de uma hipótese do antropólogo brasileiro Roberto da Matta, que diz que nós brasileiros normalmente trabalhamos mal. A

diversidade de comportamentos no espaço público e no privado. Temos a tendência de levar para o espaço público a reivindicação de liberdade, autonomia de que gozamos no nosso espaço privado. Ele está a partir dessa questão, está trabalhando agora, fazendo pesquisas no trânsito, na cidade do Rio de Janeiro. Comportamento do trânsito. E as pequenas violências que acontecem no trânsito, e as grandes também, até problemas de assassinatos, nas brigas entre motoristas, etc.

Daí, que eu acho que se faz importante, educar para trabalhar o comportamento nosso no espaço público, com as limitações, a autonomia e as liberdades individuais que isso traz consigo, evidentemente, em nome de uma convivência.

Um outro aspecto é a questão da globalização. O magnífico reitor falava da questão da exclusão. Eu acrescentaria aqui a competição que a globalização atual erige, como estratégia básica a qualquer custo, sem nenhuma consideração com os valores éticos, morais. A preocupação prioritária hegemônica com os resultados, sem levar em conta os valores éticos envolvidos nesses resultados. E a consecução deles, é também um dos grandes incentivos à violência. E a partir daí se a competição globalizada não leva em consideração os valores, a ética, mas apenas os resultados, nós assistimos hoje a uma educação, que não apenas a educação pública descuroou das disciplinas humanísticas, como Filosofia, como a formação para a Ética intra-familiar, Ética Social. Também a formação religiosa, dada dentro de uma perspectiva ecumênica. O que é um educador para o respeito e para a tolerância?

JEAN BITOUN - Departamento de Geografia

Outrora, o objetivo da Geografia era descobrir e descrever o mundo. Atualmente, trata-se de um fazer compreender, de nos ajudar a viver nele, no meio de conflitos e contradições. Leis da natureza, sempre imperiosas,

mas freqüentemente ultrapassadas pelos artifícios da técnica. Objeto da Geografia Física, mas sobretudo problema de desenvolvimento desigual e de crise dos valores do espaço. É um texto de Pierre George.

A questão da violência se inscreve evidentemente na questão do desenvolvimento desigual e da crise dos valores do espaço. Milton Santos nos diz sobre isso. “Ousamos desse modo pensar que a história do homem sobre a terra dispõe afinal das condições objetivas, materiais e intelectuais, para superar o endeusamento do dinheiro dos objetos técnicos e enfrentar o começo de uma nova trajetória. Qual é o valor disso? Aqui não se trata de estabelecer datas, nem de fixar o momento da folhinha. Marcos no calendário. Como o relógio e a folhinha, os calendários são convencionais repetitivos e historicamente vazios. O que conta mesmo é o tempo das possibilidades efetivamente criadas. O que à sua época, cada geração encontra disponível. O que encontrou a geração dos adolescentes que hoje têm entre 14 e 19 anos?”

Um dado IBGE do 1991, na população de 5 a 9 anos em Camaragibe, 30% de alfabetizados, enquanto em Boa Viagem essa taxa era de 65%. Encontrou, portanto, uma desigualdade terrível.

Isso é o que chamamos tempo empírico, cujas mudanças são marcadas pela erupção de novos objetos. Quais são os objetos que foram sitiando a Ilha Joana Bezerra, a Ponte do Madura, objetos com os quais a população mantinha poucas relações: estradas, shoppings, etc. e quão poucos investimentos foram realizados na melhoria do habitat dessas comunidades. Portanto, o que precisa é de novas ações, e aí eu acho que é um dos pontos a pesquisar a questão dos serviços de proximidade, da ação afirmativa, no sentido de reduzir a desigualdade e a questão dos serviços de proximidade, que não são só a proximidade geográfica, mas que são a proximidade a partir das relações que podem se constituir como prestadora de serviço e usuário.

LUCIANA, Estudante de Graduação em Psicologia e Programa de Apoio ao Pai

O que eu quero colocar aqui é que a gente tem trabalhado o tema de violência recentemente; Esse ano a gente começou a trabalhar, e a gente tem feito isso através de atividades sobre esse tema, na Escola Novais Filho, uma escola pública que fica aqui na Várzea. A gente também está fazendo parte da campanha da Unesco, agora, da cultura pela paz, dar paz nas escolas.

É um tema que nós temos incorporado e que também achamos muito importante. Por isso, queremos agradecer e parabenizar.

ANA MARIA CAMPOS TORRES, Docente da Faculdade de Direito de Pernambuco, Ministério Público

Eu não vou falar de problema do Ministério Público, porque minha preocupação hoje é com o aumento da violência no interior do Estado de Pernambuco, e que se fica pensando só que este aumento adviria da droga, que já foi uma consequência do esquecimento em que foi deixado o sertão.

Com problema freqüente da seca, da instabilidade com relação à chuva, o sertanejo que não migrou teve que procurar uma forma de sobrevivência e a fórmula encontrada foi a droga, porque o mesmo trabalho que ele tem para plantar feijão, ele tem para plantar maconha e ganha muitas vezes mais no plantio da maconha do que na miserabilidade do plantar o feijão.

E quando se diz, em Petrolina não adiantou porque não houve divisão de renda. Petrolina não enriqueceu por conta dessas coisas porque

efetivamente o empréstimo para a agricultura destina-se às grandes empresas. É uma balela imaginar que o pequeno agricultor tenha acesso. Aquela história de dizer, o Banco do Nordeste está distribuindo, eu tenho uma experiência pessoal. Eu queria 20 mil reais para plantar, eu tinha que ter 7 para deixar no banco, para tirar os 20. Ora, se eu tivesse os 7, não precisaria dos 20. Com os 7, eu já começava meu trabalho. Então, o problema da violência no interior passa sobretudo pelo problema da seca, que levou à droga. E saibam os senhores, o que o interior tornou-se hoje foi um verdadeiro inferno. Você não distingue mais alhos de bugalhos. E as pessoas de bem estão emigrando. E nós vamos formar uns cistos no Brasil muito sérios de somente malfeitores e bandidos, descumpridores da lei. Era isso que eu queria dizer.

ANA CRISTINA ARCOVERDE, Docente do Departamento de Serviço Social

Manifestação clara da questão social tratada até então como caso de polícia, passa nesse final de século como questão de política. Política que vai passar a exigir de todos nós, e dos nossos gestores, decisões que possam finalmente fazer com que o homem mude o mundo produzido por ele. O homem que faz sociedade, profundo desconhecido, tanto no seu ser, quanto nas suas relações exteriores. Dimensões do pensar e do fazer, sobretudo, de nos orientar no educar da criatura humana. Chama-me atenção a dimensão da criminalidade não somente associada à criminalidade às mortes, portanto, contra a vida, direito fundamental, mas sobretudo, da intencionalidade à destruição da sociedade futura, com o holocausto social dos jovens. Além disso, precisamos pensar no produto, no consumo e na distribuição e no lucro, do modelo de sociedade que o homem produz.

Finalmente, o ângulo da vítima agredida tem que ser complementado dentro da visão de totalidade do agressor, vítima de uma sociedade que se autoproduz. Questões para serem enfrentadas e resolvidas por nossa sociedade. Além disso, nos leva a uma profunda discussão sobre a natureza humana. O homem que é bom ou mau. A sociedade boa ou má.

Enfim, responsáveis para estabelecer limites desse mundo no qual vivemos e que torne possível a vida. Além disso, precisamos substituir a relação de causalidade por uma relação de determinação do fenômeno, de determinações subjetivas, objetivas, materiais e imateriais. Enfim, pensar o homem, produzir para que o homem possa forjar uma nova sociedade, uma sociedade bem melhor.

GERALDO PEREIRA

Obrigado. Eu queria pedir um favor às pessoas que estão fazendo sugestões, eu estou anotando aqui o máximo que eu posso, mas se pudessem mandar por e-mail para mim, seria muito interessante. É pereira@elogica.com.br

Eu queria pedir esse favor, porque vou precisar fazer um documento, que vai circular depois entre os que estiveram presentes. Isso me ajudaria bastante.

LÚCIA DOS PRAZERES, ONG – Centro Maria da Conceição

Quero dizer da minha honra de estar participando desse fórum, refletindo um tema de importância única nesse momento da sociedade.

Eu gostaria de perguntar à professora Ednilza se a violência tem várias facetas? Então, na sua fala você categorizou quatro elementos,

agrupou em quatro elementos. A violência estrutural, cultural, a resistência e a delinquência propriamente dita.

Gostaria de saber se existe na sua pesquisa um elemento que diga qual o grau de responsabilidade de cada um desses na violência? Em termos de percentual?

Outra coisa que eu queria propor. O *Maria da Conceição* surge da reflexão da questão da violência na área do Morro da Conceição. O seu nascedouro, como o nascedouro de todas as iniciativas comunitárias, já sai dessa necessidade de propor e de agir. Tomaram um pouco para a gente a responsabilidade do Estado, já que chegam muito lentas as respostas, que as comunidades propõem. Então, o *Maria da Conceição* trabalha com a educação, com o resgate da cultura, valorização da cultura negra e com iniciação profissional com criança e adolescente. Trabalha na questão do empreendedorismo e cursos que vão introduzir esses adolescentes e jovens no mercado do trabalho, tal qual a gente tem várias entidades que trabalham nesta mesma linha.

A minha proposta primeira é que o setor de Extensão da universidade pense formas de chegar próximo dessas iniciativas, para que possa dar elementos, tanto de capacitar o pessoal que já está nessa ação, como de nos ajudar a ter um diagnóstico dos ganhos e eu dos avanços que esse trabalho vem fazendo nas comunidades. Isso é um elemento.

A minha segunda proposta, que eu acho, uma forma de violência enorme, para as comunidades, são os jovens que querem fazer vestibular e não podem pagar. No Morro da Conceição, mais de 68% da população ganham um salário-mínimo. E para se inscrever no vestibular, você tem que pagar 80,00. E mais 5,00 do manual. Então, esses jovens querem entrar na universidade e não podem. Isso a universidade tem que repensar essa sua forma. Esses jovens, que muitas vezes já trabalham nas suas áreas, que trabalham com informática e querem se aperfeiçoar, precisam desse certificado da universidade. Precisam desse conhecimento sistematizado e não têm oportunidade de sentar nos bancos da

universidade. Isso é uma enorme violência e a universidade tem que repensá-la.

VALTEIR SILVA, Docente do Departamento de Filosofia da UFPE

Bom, eu serei direto e colocarei uma indagação, que eu considero radical.

O professor Maurício Silva falou sobre uma possível violência intrínseca ao ser humano. Eu ousaria afirmar que a violência existe na natureza.

Os animais carnívoros são, um exemplo, os predadores, também. Entretanto, nós constatamos que há uma violência permitida, uma violência legitimada pelo Estado. A repressão policial, por exemplo, quando legítima, ela se constitui na boa violência. Apesar de ser repressiva, é a boa violência, que defende a sociedade, etc. A violência do crime organizado é proibida. Ela é reprimida. Há uma violência, portanto, legítima, aquela do Estado, e uma violência ilegítima, aquela do crime organizado.

Concluindo, haveria uma violência boa e uma violência má. Pergunta, para reflexão: Por que existe uma violência boa e uma violência má?

ROSA CARNEIRO, Docente, Coordenadora do Núcleo de Saúde Pública

Eu queria falar bem rápido acerca de um tipo de violência que não foi falado aqui ainda, que é a violência contra o ambiente. E queria citar um argentino que eu conheci, há dois ou três meses, num congresso. É um camponês de 86 anos, chamado Carlos Flener. Ele fez uma imagem,

dizendo que a terra é como uma nave que caminha solitária pelo universo. E que, nada recebe de fora, além da luz do sol.

Então, se destruímos o que temos aqui dentro, nada mais teremos. E que precisamos fazer um balanço do que ainda temos para planejar como vamos gastar esses recursos, como qualquer boa dona de casa faria. Eu acho que é um tema também a ser discutido e a ser pensado.

GERALDO PEREIRA

Eu vou passar a palavra por bancadas.

Gostaria que se apresentasse, na ocasião que fosse falar.

Coronel DICKSON FRANKLIN ALVES DE LIMA, Comandante da Academia de Polícia Militar de Paudalho

Dentro das reflexões que apresentou a ilustre professora, eu gostaria de levantar aqui, nesse debate, alguns aspectos que eu penso, que funcionem presentemente como vetores significativos, sem desprezar os demais, para o momento que nós vivemos.

O primeiro deles trata da questão da impunidade. Enquanto os focos se voltam com mais intensidade para a polícia, é preciso que nós não esqueçamos que essa violência que aí está, tem seu contributo num sistema que funciona de forma atrofiada. Enquanto o judiciário não puder dar a resposta adequada à violência aí instalada, no caso os homicídios. E quando eu digo o judiciário, eu estou me colocando, não é a pessoa do juiz, mas é o sistema como um todo. São legislações ultrapassadas, que não permitem que os processos tenham a celeridade que se precisa para

dar uma resposta mais imediata a essa violência que aí está. Enquanto nós tivermos um sistema penitenciário que funciona com verdadeiros depósitos de presos e não entidades ressocializadoras, a polícia não vai ter condições de dar vencimento a essa criminalidade que está aí, porque o bandido que é lá recolhido, retorna para a sociedade mais violento e mais aperfeiçoado para o crime. E até com um nível de escolaridade, para o crime, melhor do que a escolaridade que a polícia vem tendo até aqui nas universidades. De igual forma o Ministério Público continua desaparelhado, como a gente tem notado, nós temos observado que pessoas em Jabotão, por exemplo, foram acusadas de crimes, desvios de dinheiro público que prejudicaram a educação, saúde, etc. E estão se pensando como candidatas a prefeito, etc. E fora do alcance da Justiça.

GERALDO PEREIRA

Oh, coronel, desculpe lhe interromper. Eu esqueci de avisar que são três minutos. Vossa Senhoria tem um minuto.

Coronel DICKSON

Pois não. Obrigado.

O segundo ponto é a mídia. A mídia é outro fator que precisa sofrer algum tipo de reflexão na sua ação.

Eu me recordo que em 1977, quando eu passei no sertão, em Ouricuri, a criminalidade violenta, o homicídio, era uma coisa muito rara. Tempos depois, a partir de 1978, quando as repetidoras fizeram os sinais chegarem, TV Manchete, TV Globo, SBT, etc., a gente nota que os costumes do lugar mudaram. E o consumismo também. Até aí, eu não vejo grandes problemas. Mas o problema maior que eu vejo é que a televisão, os filmes violentos, não escolhem o horário para passar para uma criança de 2 anos, 3 anos, 5 anos, assistir. Então, e o final é o filme

que essa criança vai assistir? É aquele que tem mais violência, que tem mais crime, que tem mais sangue. Então, a criança é conduzida a ver a violência como uma coisa banal, uma coisa natural, uma coisa alegre.

GERALDO PEREIRA

Nessa primeira bancada, mais alguém deseja usar da palavra? Pode se apresentar. São três minutos, eu tinha esquecido de avisar, para que permita o pronunciamento.

MAURÍCIO DA SILVA, Departamento de Genética

A minha primeira sensação ao ouvir as pessoas que me antecederam é de impotência, de tremendo desânimo diante do que é contado. Principalmente porque você percebe que o que é chamado de violência é a violência extrema. O que está sendo considerado mais são os homicídios. Quer dizer, a perda da vida é que é a violência máxima. Mas eu não me lembro, de tudo que já li até agora, que durante todo o desenvolvimento da humanidade, em qualquer momento, tenha havido ausência de violência. A violência é um elemento intrínseco do desenvolvimento da raça humana. Assim como nós não podemos eliminar completamente a poluição, nós não podemos eliminar completamente a violência. O que nós podemos fazer é controlar os níveis. Como já foi dito aqui, cada sociedade tem um nível de violência acordado. Estabelecido nas leis e tolerado por elas. Então, a academia permite-se e obriga-se a fazer o diagnóstico. O diagnóstico é necessário para que saibamos o que fazer.

No Brasil, nós temos um tremendo mau costume de imaginar sempre mega ações. Ações imensamente grandes e às vezes impossíveis, que não levam a nada. Que nós não começemos a pensar num instituto nacional contra a violência, ou coisa desse gênero. Isso não vai levar a

coisa nenhuma. Vamos lembrar, por exemplo, o que aconteceu na China, na década de 1950, 1960, o que foi feito lá. Todo mundo precisava de energia. E o que se disse? Feche-se qualquer boqueirão onde tenha água e se faça uma usina elétrica aí. E o país conseguiu produzir tudo o que ele queria. Mas no Brasil nós temos que partir para Itaipu. E outra coisa assim. Então, se nós tivermos coragem de pensar pequenas ações, apoiar as pequenas ações contra a violência, nós vamos ter alguma chance.

A questão mais séria que eu vejo aqui é a seguinte: estamos preocupados com os homicídios. Existe violência maior do que um estupro? É possível comparar um homicídio com um estupro? Em que situações? Como é que você se comporta diante da notícia de um estupro de uma criança de 8, 10, 12 anos? Para mim, é uma situação que constringe tremendamente. Então, ao examinar uma situação de violência, que eu considero extrema como essa, um crime hediondo, nós deveríamos ter uma atitude diferente. A Universidade Federal de Pernambuco está montando um laboratório de DNA, para fazer DNA forense. O laboratório está quase pronto. Faltam apenas alguns retoques. Nós vimos que não basta ter um laboratório cientificamente montado com pessoas competentes, equipamentos e tudo. Por que? Porque nós esbarramos nas dificuldades que as pessoas que lidam com o dia a dia da violência têm de compreender o que é possível fazer.

Só para relatar rapidamente, eu pedi às delegadas da mulher, que me enviassem os casos, dez casos de estupro, para que nós analisássemos o laboratório. Os dez casos vieram, analisamos pelo DNA, verificamos a presença de DNA masculino, mas não tivemos o DNA do suspeito. Porque as pessoas que nos mandaram o material nos disseram: “nós não podemos”. O suspeito não é obrigado a fornecer prova que o condene. Ora, a quem está servindo esse pessoal que pensa assim? A preocupação principal é com o suspeito ou com a vítima? Aí nós suspendemos o nosso projeto por falta de condições de relacionamento profissional.

GERALDO PEREIRA

A palavra facultada à primeira fila da bancada.

Por questão do microfone, estou passando pelas bancadas, para facilitar.

JOSÉ LUCIANO CERQUEIRA, Docente do Departamento de História

Eu queria inicialmente lembrar algumas cenas que saíram no jornal desta semana, *Jornal do Commercio e Diario de Pernambuco*, mostrando fotos de crianças do MST, primeiro espancando um boneco com a forma do presidente, depois fazendo o enterro desse boneco.

À primeira vista seria uma cena extremamente violenta, mas eu comentava isso com a minha esposa, e ela dizia: “Ah, o presidente devia agradecer a essas crianças por estarem fazendo esse tipo de manifestação, porque na realidade trata-se de uma utilização política da violência. Não estivessem essas crianças organizadas e mobilizadas desse modo, estariam caminhando para se transformar em marginais. E eu volto a me lembrar de Euclides da Cunha, página final de *Os Sertões*, quando dizia que aquelas populações de Canudos precisavam de escola, precisavam de assistência médica. E o que foi, dizia ele, que nós mandamos um legislador. E mandamos esse argumento irresponsável, que é a bala.

Eu queria lembrar aqui que foram feitas várias diferenciações, pela professora Helenilda. Nós teremos sempre uma violência, além de todas essas formas de violência, que ela colocou aí. Nós teremos uma distinção básica entre uma violência mórbida e também uma violência banalizada, provocada pela ambição de posse de bens materiais.

JÚLIO JACOBO, Coordenador Regional da UNESCO

Quero colocar o seguinte: há uma pesquisa internacional do Banco Interamericano de Desenvolvimento, que associa taxa de violência, à estrutura social.

E dizer mais ou menos o seguinte. Vou tentar resumir. Dando a entender o caráter social do homicídio. Porque homicídio? Porque através dos homicídios temos uma série de atos de violência. Homicídios é a ponta do iceberg, que nos aponta tudo o que pode estar embaixo. Da mesma forma que a taxa de mortalidade infantil não fala de uma série de eventos: cuidado de saúde, aleitamento materno infantil, sistema hospitalar, etc., a taxa de homicídio não fala de muito mais coisa, além do número de mortes. Não fala de segurança pública, não fala de consciência, não fala de cultura, da tolerância ou da intolerância. Um pesquisador internacional dá mais ou menos essas taxas e esta composição social.

Um país que vive em um panorama de até cinco homicídios, em cada 100 mil habitantes, é um país tranquilo. Tem confiança nas autoridades, tem confiança na estrutura de segurança pública, e a segurança pública. Porque a segurança pública dá conta de seu recado, ou seja, o cidadão sai tranquilo, circula livremente.

Entre cinco e quinze homicídios em 100 mil habitantes, o cidadão perde a tranquilidade. Perde confiança. Começa a se isolar. Começa a não poder transitar livremente, como estava dizendo aqui para os filhos, por temor.

Mais de 15 homicídios em 100 mil habitantes é uma ruptura total do sistema de confiabilidade social. Cidadão se isola. Fica na sua casa. Não sai.

O poder público, a estrutura de seguridade e o monopólio legítimo do Estado sobre a capacidade de repressão são disputados por órgãos privados. A segurança pública agora perde o monopólio legítimo e

começam a aparecer estruturas que também exercitam a violência. São expressas de segurança a criminalidade.

Acima de 15, se cria um clima de caos social. O Brasil superou. Há tempos, havia 25 homicídios em 100 mil habitantes em nível global. Há cidades, como o Recife, que tem uma taxa de 115 homicídios em 100 mil habitantes. Isso são dados absurdos. Mas o que nos leva a pensar é o seguinte: que todo mundo participa do esquema da violência de diversas formas. Uma instituição que se libera, o Judiciário, Segurança Pública, empresariado, todos os esquemas sociais estão afetados e interpenetrados pela criminalidade e a violência. E a CPI do narcotráfico, as diversas CPIs do narcotráfico estão mostrando certamente isso.

GERALDO PEREIRA

Pois não, pode se apresentar.

JOSIMARIO JOÃO DA SILVA, Docente do Departamento de Odontologia, Cirurgião Bucomaxilo-Facial do Hospital da Restauração

O que eu tenho a dizer do tema violência é bem objetivo. Enquanto professor, nos preocupa a questão da formação, enquanto cirurgião, nos preocupa muito a quantidade e a qualidade de traumas que recebemos cada dia no Hospital da Restauração, que eu classifico como termômetro da violência.

Então, nós que trabalhamos diretamente com a violência, não o homicídio, que a maioria dos dados foi feita em cima de homicídios, mas sim com os seqüelados, ou seja, aquelas pessoas que direta ou indiretamente vão ter uma qualidade de vida alterada.

Enquanto formador, enquanto pesquisador, temos que trabalhar cada vez mais, apresentando alternativas e dando qualificação aos profissionais, aos futuros profissionais, que vão trabalhar diretamente com a violência. Tratando os pacientes. E, enquanto cirurgião, criarmos

condutas, para nortear cada vez mais uma melhor forma de atender esses pacientes. Obviamente que isso não é de forma isolada; a sociedade tem que participar, tanto as entidades representativas, o Ministério Público, as autoridades e a saúde, que no cômputo social passa a mostrar dados para que as pessoas tenham conhecimento de como funciona a violência. Então, enquanto trabalha no hospital, que é o termômetro da violência, nós podemos fornecer dados, que esses dados servem para nortear as autoridades, no sentido de buscar as alternativas. E a finalidade do fórum é exatamente isso. É criar mecanismo para apresentarmos soluções. E que essas soluções sejam aplicadas.

GERALDO PEREIRA

Muito obrigado

GILIATI FALBO, Docente e Coordenador do Grupo de Estudos da Violência, Instituto Materno-Infantil de Pernambuco (IMIP).

O Imip é uma instituição de assistência, pesquisa e ensino. E, como não podia deixar de ser, se preocupa com esse tema. E o grupo de estudo da violência é o grupo de pesquisa, mais recentemente criado na Instituição. Nós em nível de pesquisa, já produzimos uma tese de doutorado, duas dissertações de mestrado e três dissertações de mestrado estão em andamento.

Foram analisados os fatores de risco, para homicídio em criança e adolescente na cidade do Recife. Um estudo epidemiológico de mortes violentas, de causas violentas, como tese de mestrado. E outra tese de mestrado, anos potenciais de vida perdidos pelas vítimas de homicídio em criança e adolescente, na cidade do Recife.

Estão em andamento, três pesquisas: uma sobre os custos da violência entre crianças e adolescentes, o perfil da família que maltrata e uma terceira sobre violência doméstica contra a mulher.

Temos ainda um projeto de pesquisa de intervenção em duas das favelas que são assistidas pelo Instituto Materno-Infantil de Pernambuco, que deverá começar dentro em pouco. Portanto, o Imip agradece o convite, parabeniza pela iniciativa e se coloca à disposição de qualquer esforço que possa tornar nossa sociedade mais ética e mais justa.

GERALDO PEREIRA

Muito obrigado. A bancada de cá, alguém deseja se pronunciar?

HONÓRIO REGO, Juiz de Direito, Representante do Poder Judiciário

Inicialmente gostaria de parabenizar a iniciativa da universidade de promover esse encontro, acerca de violência.

Queria trazer algumas preocupações do Poder Judiciário, com relação a essa questão da violência. A absoluta desproporção entre o número de homicídios ocorridos aqui no Recife e a quantidade de inquéritos que chegam para a Justiça.

Ainda agora há pouco, conversava com Dr. Sales e ele pôde me confirmar esses números. Não chega a 10% da quantidade. Ocorrem as mortes e em torno de apenas 10% é que isso resulta em inquérito policial concluído e encaminhado à Justiça. Esse é um dado extremamente preocupante.

A outra questão que deve ser abordada com relação a essa violência é a falta de aparelhamento do Estado hoje, para que essa Justiça possa ser feita. Hoje nós temos uma dificuldade terrível de concluir as instruções do

processo, quando se trata de réu preso, uma vez que o Estado, em que pese à boa vontade do secretário da Justiça de fazer encaminhar esses réus para as audiências. Isso é uma coisa que chegou, já está insuportável.

Outra coisa também terrível é quando se trata de um réu preso, que está em outro Estado e a gente vê a dificuldade do estado terrível de não conseguir trazer esse réu, para que ele possa aqui ser julgado. Sobretudo, quando a presença dele é indispensável.

Bom, para não me alongar, já que teria muita coisa a dizer, outra questão apenas que eu queria enfatizar é com relação a esse evento aqui em que nós devemos apresentar as propostas, porque no Congresso Nacional está em curso a reforma do código penal na parte geral. E a parte da reforma do código de processo penal, já tem uma comissão analisando isso. Creio que nós possamos apresentar sugestões, para o aperfeiçoamento das nossas leis, para que isso possa diminuir a violência no nosso Estado.

GERALDO PEREIRA

Muito obrigado. O próximo.

FRANCISCO SALES - Promotor de Justiça, Representando O Ministério Público

Não sei se deu para perceber, me permita, quando a professora Ednilza apresenta que em 1995, nós temos um pique muito grande na questão dos homicídios. E novamente, agora, na década de 1990, nesse final da década, nós temos novamente um pique muito grande, principalmente em Pernambuco, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo.

Em 1995, se vocês se recordam, em razão desses mesmos fatos, foi editado um plano nacional, chamado mutirão contra a violência. E novamente agora, no final da década de 1990, nós editamos um novo Plano Nacional de Segurança Pública. E os Estados, na continuação desse nacional, vêm apresentando os seus planos estaduais.

Era mais uma indagação à professora Ednilza, de como ela, enquanto pesquisadora, professora, e que tem dados contundentes, na área de Saúde, analisa essa questão das grandes ondas? E também dos grandes planos salvadores? E dá para vocês um dado que Honório tocou de leve, na questão de Pernambuco. Para vocês terem uma idéia, em 1998, ocorreram na capital, segundo dados do IML, 1675 homicídios. Desses homicídios, chegaram à Central de Inquérito do Ministério Público 45 inquéritos. Desses 45, o Ministério Público propôs 43 ações penais, devolvendo dois inquéritos para novas diligências. Desses 43, transformados em ações penais, nenhum foi julgado no ano base de 1998, pelo Judiciário. Em 1999, embora o dado não seja completo ainda, eu antecipo para vocês que aconteceram em torno de 1.573 homicídios. Chegaram na Central de Inquérito 170. Desses, nós colocamos, para o Judiciário, uma totalidade de quase 100%, 167, e desses nós não temos o dado ainda de quantos foram julgados. Por aí vocês analisem, me permita, é que a taxa de impunidade do sistema penal, ela é muito grande. Mesmo dentro dessa desestrutura que nós temos, permita-me discordar um pouco de Honório, não no conteúdo, mas dizer que mesmo com esse aparelhamento que nós temos, é possível fazer alguma coisa, com uma palavra: integração. Hoje, eu não sei o que o Judiciário faz, o Judiciário não sabe o que eu faço. Eu não sei o que as Polícias fazem e nem se sabem o que faz uma a outra.

É preciso, e isso é um grande fórum, e nem a gente sabia que a universidade estava fazendo também. Nem vocês sabem o que a Fundaj está fazendo com relação a isso. E nem os departamentos, às vezes, entre si.

Eu acho que uma palavra, me permita professor, seria integração. E isso que vocês conseguiram trazer aqui seria o grande móvel, de professores e acadêmicos pensar formas de integração interdisciplinar e interinstitucional.

Muito obrigado.

GERALDO PEREIRA

Muito obrigado.

Um minuto para alguém do auditório que queira se pronunciar.

REGINA - Fórum de Mulheres de Pernambuco e da Rede Feminista de Saúde, Direitos Reprodutivos.

Eu estou bem contente de ouvir as reflexões que estão aqui. Nós, é claro, que estamos já há muito tempo no combate à violência e na prevenção com qualidade dessa violência.

Ouvi as falas do magnífico reitor da universidade, dizendo que ele achava que realmente nós tínhamos que pegar o problema pelo seu núcleo e que o núcleo seria a perversidade desse sistema econômico.

E nós, da sociedade civil organizada, nós precisamos, é claro, muito das contribuições dos acadêmicos, para poder fazer mais visível essa perversidade econômica, inclusive nas questões da transparência, corrupção e do controle social que estamos tentando fazer em todo o SUS. Então, precisamos muito do apoio dos estudiosos, para justamente poder desvendar melhor, para fazer mais visível e conseguir que essa perversidade econômica seja diluída no espaço.

Muito obrigada.

GERALDO PEREIRA

Muito obrigado. Continua facultada a palavra.

Major LINS - Representando o Comando do 12º Batalhão.

Ratificar as colocações, parabenizar pela iniciativa, porque extrapola. A violência extrapola o exercício de qualquer função digna.

Aproveitando a professora que falou da imigração de pessoas, eu falo do país. Já estão deixando o país por causa da violência. Então, cabem medidas urgentes. Medidas drásticas com relação à inibição da violência. É combater a indústria da seca, a indústria da fome, a indústria da educação, a indústria da saúde.

A violência é notória em todos os aspectos. Jesus disse em suas palavras: “O amor ao dinheiro é a raiz de todo o mal”. E recentemente, juízes, parlamentares, médicos e outras classes de profissionais parecem ratificar isso hoje.

“O amor ao próximo, resumindo, seria a solução para tudo”. Muito obrigado.

GERALDO PEREIRA

Continua aberto para o auditório um minuto.

PAULA TRINDADE - viúva do jornalista assassinado Cristiano Donato

Só queria dizer duas coisas: eu acho que o Estado, como foi dito aí, tende a assegurar que esse processo seja concluído. Por outro lado, apesar de estar sofrendo, eu sei que essas pessoas se tivessem tido condições, alguma oportunidade como a gente teve, com certeza não teriam feito isso. Não teriam matado meu marido e não estaria matando tantas outras pessoas.

É importante, então, que demos continuidade a esse trabalho. Porque a gente está ficando anestesiado. Cada dia vê no jornal, e a gente fica anestesiado. É a palavra! Eu queria que continuássemos, porque nunca pensamos que pode acontecer com uma pessoa nossa, ou com a gente.

Obrigada.

DULCE ADVÍNCOLA - Docente, Grupo de Amigos da Mata do Engenho Uchôa

Desde 1979, fazemos o nosso trabalho, inclusive, a gente luta por essa reserva florestal da Mata do Engenho Uchoa. Mais ou menos, aos trancos e barrancos, a gente vem conseguindo que se mantenha um pouco de pé. É uma violência, que a gente está tentando ver se segura um pouco. Até que conseguimos. Mas, o que me fez participar desse seminário, desse fórum permanente, foi uma outra violência mais séria. Um dia desses, no mês de julho, acordamos com três adolescentes mortos na frente da nossa casa. Um tinha 14 anos, um 15 e um 16. Então, quando eu vi o anúncio no jornal deste fórum, eu liguei para a reitoria e pedi para participar.

Obrigada.

GERALDO PEREIRA

Está aberto ao auditório, um minuto.

NILSON - Professor da Escola Sizenando Silveira - Secretaria de Educação de Pernambuco

Convivência no lar, no trabalho e na escola. É a proposta que eu deixo aqui, para reflexão, para podermos trabalhar, quem sabe posteriormente em outros segmentos, ou fórum.

MARLUCE NUNES DE SOUSA - Gestora da Escola Marilan Pessoa Guerra, em Araçoiaba

Eu quero dizer para vocês que temos feito a nossa parte. Há dois anos que a gente divulga a paz na nossa cidade.

O desfile cívico deste ano ocorreu domingo passado e em mais de oito escolas o tema foi a paz. Eu me preocupo muito como gestora, porque resido aqui perto em Igarassu e temos duas escolas estaduais em que se fala em uma lista de dez pessoas, para serem mortas. Então, fico muito preocupada. Gostaria que as autoridades tomassem as providências cabíveis. Infelizmente, a gente que trabalha na educação, não tem segurança.

GILSON PEREIRA - Agente de Direitos Humanos e Identidade

Gostaria de falar com relação à questão da violência, no sentido dos 500 anos, pegando esse mote que nós estamos comemorando esse ano. Algumas pessoas estão comemorando, e fazer uma reflexão da violência retrocedendo o processo de formação do povo brasileiro, principalmente no que se refere aos povos negro e indígena.

Então, parece que a violência está surgindo hoje, está acontecendo hoje.

Gostaria de endossar algumas palavras que foram expressadas aqui, no sentido de a gente não trabalhar essa questão da onda, do momento, como se a violência tivesse sido agora, tivesse tido o seu pique mais alto agora. Essa violência se dá principalmente na formação do povo brasileiro.

Então, para haver o processo de reversão hoje, é preciso que a gente resgate esse momento e faça essa releitura histórica, considerando principalmente esse tipo de violência que houve em relação ao povo negro e o povo indígena.

Muito obrigado.

MARIA ZENILDA - Estudante de Graduação de Serviço Social

Eu passei por uma situação em novembro passado. A questão foi pessoal, um irmão foi assassinado, foi um crime hediondo. Houve a questão da impunidade, por conta de que as pessoas foram localizadas. As pessoas praticaram um crime, a polícia fez a parte dela, mas infelizmente, a Justiça permitiu que essas pessoas fossem soltas. E agora, obviamente, estão foragidas e tudo o mais.

Eu não me sinto no direito, nem em condições de julgar quem cometeu o crime, porque também penso da mesma maneira que a esposa do Cristiano. Que essas pessoas com melhores condições talvez não tivessem partido para isso, para roubar os pertences e tudo o mais.

Gostaria de sugerir que os trabalhos feitos pela universidade, vários trabalhos já fizemos, em presídios, os trabalhos de extensão fossem mais direcionados, não para ficarem como estatísticas, mas que tivessem uma aplicação mais direta, mais prática, para a sociedade.

JONAS SALAH - Banco do Nordeste

Gostaria de esclarecer que hoje em dia o relacionamento do Banco do Nordeste é sobretudo para atender o pequeno e o microprodutor. Não sei o que aconteceu, mas posso examinar o caso da senhora.

Existem algumas linhas de crédito, que exigem uma participação de recursos próprios, até para permitir um atendimento maior a uma camada menor, porém nós saltamos de 48 mil para um milhão e 100 mil produtores atendidos na região.

É feito um grande esforço, sabemos da impossibilidade de atender a todo mundo, no mesmo momento, mas eu me proponho depois a examinar sua situação e lhe dar uma posição.

MARIA DAS GRAÇAS BRAGA PIRES - Presidente da Casa de Passagem

Quero dizer que o nosso trabalho é com crianças e adolescentes de alto risco social. Nós vivemos diariamente problemas de morte e violência dentro de casa. Posso dizer que 90% das nossas crianças e adolescentes são abusadas sexualmente. Quero colocar a questão de que nesse espaço educativo aberto, essas adolescentes e crianças são resgatadas, através da nossa metodologia da fala. O colega colocou ali a questão da fala.

Eu quero dizer que estamos nesse momento com o espaço aberto, a Casa de Passagem há 10 anos vem atuando nessa área, em nível das comunidades.

Gostaria de convidar a universidade para se aproximar de nós. Estamos abrindo espaço, já estamos com estágios em Psicologia, em Serviço Social. Gostaríamos de que vocês nos procurassem. Nós estamos com o campo aberto de estágios. Em qualquer área que vocês quiserem atuar junto conosco, neste sentido.

LOURDES PEREZ - Médica Pediatra do Hospital das Clínicas

Trabalho no Hospital das Clínicas, no ambulatório de adolescente. Então, a gente está vendo criança e adolescente. E já há muito tempo que a gente está, inclusive, participando do fórum sobre a violência. Coisa que preocupa porque quando a gente trabalha com criança e adolescente, a violência aparece, neste atendimento. Então, a violência é intra-domiciliar. Muitas vezes o adolescente está numa família e a gente não sabe como ele consegue sobreviver diante daquela estrutura em que ele se encontra. Hoje, a questão do atendimento à família faz parte das ações básicas da saúde do adolescente. Então, a gente tem trabalhado nisso com os adolescentes em grupo.

Esse ano a gente já participou duas vezes com esses adolescentes em feiras de saúde. Na feira de saúde, junto com o Imip, que é uma entidade, um órgão fórum de discussão dos profissionais que trabalham com a saúde da criança e do adolescente. E, agora, recentemente, no Viver no Campus. O tema foi essa violência doméstica.

Uma das coisas que a gente ressaltou muito lá, que todo esse trabalho foi feito pelos adolescentes. E, quando a gente perguntava para os adolescentes: “Por que essa violência existe?” Uma resposta que marcou muito a gente foi a que um adolescente falou: “Porque os pais não se preparam para ser pais, para cuidar dos filhos”. E aí eu volto à questão do DNA. Eu acho uma violência terrível a questão do abandono, você sequer reconhecer que tem um filho. E aí também me junta a questão do homem, a importância do homem nisso aí.

ANA DOURADO - ONG Parceira no Desenvolvimento da Criança

A gente está desenvolvendo um trabalho aqui na área de Educação e Saúde no Brasil. Eu gostaria de falar um ponto positivo nesse encontro. Acho que a gente falou de tantas coisas negativas. Mais de dez anos atrás, eu tive oportunidade de participar de um outro fórum sobre a violência,

na Fundação Joaquim Nabuco. E muitas pessoas que estão aqui hoje, estavam também nesse fórum. Não era bem um fórum, mas eram encontros periódicos, em que se discutia a violência. Eu me lembro muito bem de Sales, por exemplo.

E, eu quero elogiar, porque acho que esse fórum é muito mais representativo. Espero, realmente, que isso não morra, mas continue, porque fiquei afastada esse tempo, desse tema, porque trabalhava mais com educação, saúde, com projetos, com crianças, em situações de risco, mas não diretamente com a violência.

Mas acho que essa questão da violência é muito complexa, envolve esse trabalho que as ONGs estão fazendo, como a Casa de Passagem, como grupos de arte, em vários lugares do Recife, em Pernambuco. A gente pode se reunir e ampliar esse fórum. Chamar mais gente das organizações não-governamentais e de outras instituições que trabalham com esses outros temas ligados com a violência.

GERALDO PEREIRA

Eu queria, antes de passar a palavra, aproveitar e pedir aos que estão aqui, de organizações não-governamentais, que deixem o nome com Edione, para que sejam convidados para a reunião do próximo mês. Edione é a secretária do evento, ou Mariza também, que é minha secretária, no gabinete.

MADRES DE PORTO - Mestrando em Saúde Coletiva

Eu queria falar da violência que acontece ao homem no espaço público. À mulher, acontece no espaço privado. A violência à mulher que

acontece dentro da casa. E o agressor geralmente é o companheiro dessa mulher.

Eu acho também que a gente precisa perceber a violência na dimensão do gênero.

JOAQUIM SÉRGIO - Docente do Departamento de Fisioterapia, Mestrando em Saúde Coletiva

Já falaram que na universidade os profissionais estão realmente despreparados para a violência. Então, a disciplina de Neurofisioterapia, que eu coordeno, diante disso, a gente viu a necessidade de estudar mais os traumatismos devido à causa externa, devido à violência e projétil de arma de fogo. Vimos que 60 a 70% dos nossos pacientes são tetraplégicos e paraplégicos, devido a esses problemas. Então, a academia está vindo a reboque, encima desse contexto da realidade vigente.

Como cidadão, então, membro da sociedade civil eu deixo uma indagação para todos nós. Por que, se nada acontece por acaso, por que a sociedade brasileira legitimou a violência? Por que existe a imunidade para uns? Por que existe a impunidade para outros? Por que culturalmente está existindo esse termo *alma sebosa*? Por que *alma sebosa* se passa de uma maneira tão banal?

Quando eu vejo um crime, como o professor falou com relação ao estupro, isso me deixa revoltado. E quando eu leio no jornal que uma *alma sebosa* foi assassinada, isso para mim é uma coisa tão banal. Por que chegamos a esse ponto?

GERALDO PEREIRA

Vou dizer duas palavras. A professora precisou sair, já estava há muito aqui. E foi dar um saltinho lá fora. Ela vai falar mais três minutos.

Eu queria dizer que estou satisfeítíssimo com a experiência de hoje. Eu acho que isso vai necessariamente dar bons frutos. Vou reunir a comissão organizadora dos professores na próxima terça-feira, às 10 horas, no Hospital das Clínicas. Serão somente os professores que constituem a comissão organizadora. Já convidei alguns, mas vou convidar todos para ver se a gente produz um documento. Professora Rosa está se dispondo aqui a me mandar as idéias dela, as impressões dela, mas eu acho que esse foi um momento extremamente importante, não apenas para a Universidade, mas para as instituições públicas que aqui vieram representadas e para a sociedade em geral.

Os pronunciamentos foram todos de uma profundidade muito grande, desde os que foram feitos aqui na mesa ou nas bancadas, até o pronunciamento dos que estão presentes.

Eu vou continuar o esforço. O que eu queria era contar com a presença dos que estiveram aqui, os integrantes efetivos. E os que vieram para assistir. Porque só assim, juntos, de mãos dadas, a gente pode enfrentar a questão tão séria, tão grave, da violência.

Vou ouvir a professora, ainda três minutos. E, em seguida, vou encerrar, em virtude da hora. Estamos todos morrendo de fome, com a dor do desespero, da fome.

EDNILZA RAMOS DE SOUSA

Bom, vou tentar ser breve, rápida. E responder a duas questões que me foram feitas. Uma foi pronunciada verbalmente, outra por escrito.

Vou começar respondendo a você. Eu concordo plenamente com aquilo que foi dito pela esposa do companheiro jornalista morto. E você?

Certamente o papel da sociedade, do componente social, é muito mais fundamental para essas questões da violência do que os componentes individuais. Se você consegue constituir sociedades mais igualitárias, mais justas, em que as pessoas consigam se expressar de uma forma mais democrática. Que elas consigam desenvolver seus potenciais você certamente vai ter um social, que está contribuindo para que as pessoas não sejam violentas. O contrário acontece quando você tem um social que leva o tempo inteiro à produção de violência.

Esses jovens que hoje estão aí, entrando para a criminalidade, entrando para a delinquência, seja ela de que forma for certamente se tivesse outras condições sociais, de vida, eles não estariam nessa, mas em outra, nas escolas, que infelizmente não existe em quantidade suficiente. Estariam com suas famílias, sendo orientados por elas. O que a gente vê hoje com essas famílias? São famílias despreparadas, precárias, sem a presença do homem. Com todos os problemas econômicos, sociais que esse homem enfrenta para poder se manter nessa família, ele acaba se ausentando dela, ele não consegue ficar. Certamente, se nós tivéssemos os valores religiosos que foram colocados aqui também. Quer dizer, a instituição da igreja, mais próxima dessas pessoas. O que observamos: eu comecei a falar, a referir-me, com o Brasil, ao sucateamento dessas instituições.

Existe um estudo de um pesquisador francês, Jean Claude Bernardet, que mostra o seguinte: dois séculos atrás, na Europa, as taxas de criminalidade e de homicídios eram altíssimas. Essas taxas foram caindo e sendo controladas, à medida que as instituições sociais foram aparecendo, se fortalecendo e se consolidando.

A partir do momento que foram mudando as condições sociais, de vida dessas pessoas, as taxas de criminalidade foram diminuindo e a gente hoje tem na Europa taxa de um, dois homicídios, em cada 100 mil

habitantes. Bem diferente da que temos aqui. Então, é meu pensamento em relação a essas questões.

A outra pergunta que me foi feita em relação àquele crescimento nos anos 1985 e 1999, os aumentos das taxas e os planos que são lançados. E o que é que acho em relação a isso. Eu acho que é assim que a gente funciona, infelizmente, a gente só reage, a sociedade só dá resposta, em surtos. Quando surge algum problema é aí que se transforma, que a mídia cai em cima, se transforma num problema nacional, se transforma num problema regional, é que a sociedade se mobiliza. Infelizmente, a gente não tem. E eu espero que proposta desse fórum permanente, vingue realmente. Não temos medidas e ações mais permanentes na sociedade. Reagimos por surtos, alguma coisa que chama atenção de todos, e aí se atua.

Esse Plano Nacional que está aí precisa ser olhado com muito cuidado. E aproveito o momento, já que vocês vão estar discutindo essas questões, para também estar analisando esse plano nacional de segurança. Ele tem uma série de questões que já estão sendo criticadas. Já existem grupos no Rio de Janeiro, já existe um comitê que está formado para avaliar esse plano. O que é que ele quer? Ele vem responder a que? Ele vem resolver as questões de violência ou reproduzir mais ainda as condições de violência que a gente tem, recriminando ainda mais, colocando medidas repressivas, de uma ordem muito mais intensa do que o que a gente já tem? É preciso trabalhar nessa questão desse plano, e você tem que estar de olho nele.

A outra questão, só para encerrar, é dizer que existe também, está engavetado, mas existe, foi produzido no ano passado, um Plano Nacional de Prevenção a Acidentes e Violências, no Ministério da Saúde. Esse plano já passou pelo Conselho Nacional de Saúde, já passou pelos Conselhos Estaduais e Municipais de Saúde, secretários e estaduais e municipais. Está aprovado por esses dois conselhos. Já foi feito um documento com previsão de uma série de ações, de inter-setorialidade, de

inter-institucionalidade, enfim, inter-atuação, nesse sentido. Esse plano está lá, esperando ser desengavetado, e eu acho que também cabe a nós da sociedade também cobrar essas coisas.

Passamos o ano passado inteiro, produzindo esse documento que está lá parado. A gente não sabe bem porque é que não está ainda na mão do ministro, para assinar esse plano, que prevê uma série de ações e que, nesse sentido, vocês já estão de alguma forma se antecipando a esse plano, com esse fórum, no sentido de atuar e prevenir a questão da violência.

Encerrando, quero agradecer muito a todos.

GERALDO PEREIRA

Ela tem uma entrevista no *Diário de Pernambuco* de uma página inteira, à tarde, no meu gabinete. E ainda tem uma quiabada no Restaurante Leite. Quer dizer, eu sei que ela tem que voltar às 15h30. E preciso ir com ela almoçar.

Bom, não vou falar mais de jeito nenhum, porque senão, não tem quem diga um minuto, eu falo um dia inteirinho aqui.

Eu não queria sair daqui sem agradecer profundamente a Edione, do Nusp, e a Mariza, que é minha secretária. Sem essas duas, realmente não teria sido possível fazer esse fórum. Elas, insistentemente convidaram e passaram fax, e telefonaram e cobraram, enfim, com isso, nós conseguimos, eu acho que fazer uma ótima reunião. Elas são extremamente delicadas. Com Mariza já convivo há mais de oito anos e Edione é de pouco tempo, mas todas duas tem mostrado muita dedicação, muito valor. Os meninos também, que fizeram a filmagem. Disso vai ser feito uma edição, para apresentar na TV Universitária. E nós vamos disponibilizar as fitas, editadas, para quem desejar.

O colegiado maior, que é o fórum todo, será convocado dentro de 30 dias. E o colegiado menor, que são os professores, da Universidade Federal de Pernambuco, organizadores do evento, eu já convido para a reunião no Hospital das Clínicas, na terça-feira próxima, às 10 horas, para uma avaliação.

Agradeço a todos, desejo um almoço tranqüilo, que as dores e os horrores passem pelo menos nessa hora de agora.

Muito obrigado.

MAPA DA VIOLÊNCIA

Dr. Júlio Jacobo – Coordenador Regional da UNESCO

GERALDO PEREIRA

Queria convidar Dr. Júlio Jacobo, que é sociólogo e que é representante local da Unesco. Como queria também convidar o Dr. Marcelo Rangel, Diretor da Trade Eventos Empresariais. O Dr. Marcelo vai lançar, em nome do Hospital da Restauração, um programa muito interessante de desarmamento infantil.

Então, vai usar 15 minutos do evento, do encontro, e em seguida Júlio Jacobo falará sobre o mapa da violência, os jovens do Brasil, juventude, violência e cidadania.

JOSÉ BEZERRA

Senhoras e senhores, bom dia! A Rádio Universitária AM, emissora da Universidade Federal de Pernambuco, neste momento passa a transmitir, diretamente do núcleo de Saúde Pública e Desenvolvimento

Social da UFPE, o Nusp, onde acontece dentro de instantes mais um Fórum Acadêmico Pensando a Violência.

Na sessão de hoje, temos a presença do Dr. Júlio Jacobo, coordenador regional da Unesco. Convidado, ele apresentará exposição sobre o tema Mapa da Violência IV – Os Jovens do Brasil, Juventude, Violência e Cidadania.

O evento acontece no Auditório Jorge Lobo, do Centro de Ciências da Saúde da UFPE.

Para dar abertura aos trabalhos, assume a presidência da mesa, o professor Geraldo Pereira, Coordenador do Nusp.

GERALDO PEREIRA

Eu queria dar bom dia a todos, bom dia aos ouvintes da Rádio Universitária AM, transmitindo em 820 khz. Lembrar aos ouvintes, que podem consultar a mesa, podem consultar o conferencista e o expositor que antecede, para indagações, para comentários, para críticas, para o que quiserem, pelo telefone 2126.8068. Esse telefone está aberto então, aos comentários dos ouvintes.

Quero ainda convidar para a mesa, o professor Josimário Silva, da Odontologia aqui da Universidade, e que é coordenador do Centro de Estudos do Hospital da Restauração. Queria também convidar o vereador Paulo Dantas, que preside a Comissão de Saúde da Câmara Municipal, meu ilustre colega de turma, de que foi o orador, aqui para a mesa, com muito gosto.

Palavra então com o professor Josimário Silva. A previsão deste primeiro momento é de 15 minutos.

JOSIMÁRIO SILVA

Bom dia a todos.

Em nome do Núcleo de Estudos de Violência e Trauma do Hospital da Restauração, eu quero agradecer ao professor Geraldo Pereira, por ter nos dado oportunidade de durante 10 ou 15 minutos fazer uma pequena exposição do que o núcleo vem desenvolvendo.

O Hospital da Restauração, todos sabem, é o maior centro de atendimento, na área de emergência e trauma, de toda a região Nordeste. E, em função disso, nós temos um papel social extremamente significativo. Como os seus são profissionais de ponta, em termos de prestação de assistência à saúde, se viram muito, digamos travados, na hora em que eles se limitavam apenas a prestar um atendimento. Começou a haver, então, uma manifestação interna, uma insatisfação, com aquele tipo de trabalho que era meramente atender o paciente. Em função disso, resolvemos partir com o grupo, que foi criado, para ir muito mais além, ou seja, além do atendimento prestado, intra-hospitalar, um grupo que estudasse a questão da morbidade, ou seja, estudos científicos, metodologicamente e eticamente correto, para que pudesse subsidiar tanto as autoridades e estabelecer políticas públicas de saúde, bem como fazer trabalhos, que nós batizamos de programas de extensão preventiva. Foi criado, assim, o núcleo multiprofissional, e aqui na platéia algumas dessas pessoas criaram o núcleo, como Dr. João Veiga, o Dr. Aníbal Gaudêncio, o Dr. Américo, que não se encontra. Em síntese, é um grupo multidisciplinar, composto de médicos, enfermeiros, assistentes sociais, que tem essa finalidade no primeiro momento.

Nós buscamos algumas parcerias. Uma dessas parcerias é com a Universidade Federal de Pernambuco. E, juntamente com o professor Geraldo Pereira, que vem trabalhando conosco na estruturação desse núcleo, que num primeiro momento, tem basicamente a função de estudos, de pesquisa. Além disso, esse núcleo tem a questão da ação de prevenção primária. E a primeira dessas ações, idealizada pelo Dr. Aníbal

Gaudêncio, que é pediatra, é exatamente a questão da campanha de desarmamento infantil. E por que essa preocupação? Porque começamos a observar que vem aumentando gradativamente o número de crianças violentas e também crianças violentadas ou seja, crianças que, por um descuido qualquer, tenham acesso a uma arma de fogo e conseguem fazer um trauma relativamente considerável. Baseado nessa preocupação, nesses números crescentes e essa idéia de Dr. Aníbal Gaudêncio, que veio para o Grupo do Núcleo de Estudo de Violência e Trauma. Exatamente o Dr. Marcelo deu a *maquiagem* e nós estamos agora trazendo aqui para um pré-lançamento. Esse lançamento oficial vai ocorrer provavelmente no final desse mês. A gente está programando a data. Dr. Marcelo vai explicar um pouquinho o que é a campanha do desarmamento infantil.

GERALDO PEREIRA

A palavra com Dr. Marcelo Rangel, diretor da Trade Eventos Empresarias, que é o autor da parte de mídia desse programa de desarmamento infantil.

Queria desde já, em nome de Bezerra, que nem me autorizou a isso, colocar à disposição a Rádio Universitária AM, para evidentemente transmitir essa propaganda da mídia, a propósito do desarmamento infantil.

Ele confirma ali, com o polegar estendido, a Universitária AM, transmitindo. Pelo telefone 2126.8068, podem os ouvintes fazer indagações, perguntas, comentários e críticas à questão da violência.

MARCELO RANGEL

Eu atuo numa empresa de eventos e também na parte de propaganda e pelo relacionamento de amizade e de eventos que nós promovemos tanto, junto ao Hospital da Restauração, como junto à própria Urgência Pediátrica Unimed – Recife. Para a violência, todo o lado que eu circulava, se eu chegava junto à urgência, eu via questões voltadas, os médicos falando do assunto. Eu ia para a Restauração, o assunto também não era diferente. E, pela amizade, pelo relacionamento, eu começava a ver eles falando do projeto A, do projeto C, do projeto D. Eu comecei a me envolver nesse processo e quando menos percebi, quando menos senti, eu já estava dentro, com tudo pronto, em 24 horas a gente apresentou. E, naturalmente, eu trouxe para vocês aqui alguma coisa resumida, em função do tempo de atuação que a gente vai ter para apresentar.

A primeira parte foi exatamente a marca do Núcleo de Estudos em Violência e Trauma. Esse símbolo de marca representa, de maneira simples e importante, a multiplicidade de traumas e violências que um ser humano pode vir a sofrer, o que é objeto de estudo desse núcleo. A forma do símbolo foi inspirada nos recortes do pintor francês Henry Matisse. Então, nós criamos várias marcas, nós desenvolvemos várias marcas e a que a gente achou que comunicava melhor era exatamente isso que foi feito com massa de modelar. Vocês vejam, que o círculo é feito com massa de modelar. O revólver também e igualmente o tracinho do proibido. O desarmamento infantil então, com arma não se brinca. Toda criança, todo adulto, a primeira vez que vê que percebe essa marca, ele identifica que não se deve usar e que é proibido, que não deveria, pelo menos, ser permitido.

Nós tivemos três objetivos básicos, que seriam exatamente os focos dessa campanha. O primeiro seria conscientizar os pais de que uma arma em casa não traz necessariamente mais segurança. Gera, em verdade, riscos maiores. O segundo, evitar que a criança acabe confundindo uma

arma de verdade com uma arma de brinquedo. E o terceiro, conscientizar a criança da cultura na não-violência. Assim como também, os comerciantes de não comercializar esse tipo de brinquedo.

Então, por que defender o desarmamento infantil?

Foi demonstrado que a violência é considerada um grave problema social e de saúde pública no Brasil. Estudos científicos mostram a inter-relação entre a violência na infância e adolescência, e o uso das armas de fogo. Essa iniciativa surgiu da necessidade de intensificar o combate à utilização de armas de brinquedo, entre crianças, evitando, assim, a banalização do uso e, conseqüentemente, estímulo ao acesso às armas de fogo verdadeiras, fatores de risco, causadoras de acidentes fatais, no núcleo da família e fora dela.

Como bem simboliza esse desenho, vocês podem ver como a mídia influencia diretamente as crianças, inclusive, incentiva. É comprovado que uma criança menor de 8 anos, não sabe diferenciar uma arma de brinquedo e uma arma real. O acesso fácil à arma de fogo tem um papel importante na morbi-mortalidade de crianças e adolescentes.

As crianças que assistem a episódios de violência doméstica, envolvendo ameaças ou uso da arma de fogo, exibiram um maior nível de problemas comportamentais do que aquelas que não assistiram. Guardar arma em casa aumenta o risco de suicídio juvenil em dez vezes, e o homicídio juvenil, em quatro vezes. Quando um revólver é disparado em casa, por um adolescente, a vítima mais freqüente será o adolescente, 35%, um irmão, 25%, ou um parente, 6%. Aproximadamente 20% das crianças e adolescentes, com injúrias não fatais, por arma de fogo, apresentam seqüelas físicas e neurológicas. Então, vocês vêm que esses dados são dados assustadores, são dados que todos esses médicos que compõem a área de atendimento emergencial da Restauração, estão lidando com isso no dia-a-dia. E isso é extremamente preocupante, em função de todo esse histórico que é apresentado.

Como seria, então, esse projeto de desarmamento infantil?

Seria da seguinte maneira. Primeiro, vai ser lançada essa campanha em três etapas: primeira etapa seria uma campanha pública, de conscientização e educação familiar. Ou seja, que a gente fizesse chegar, através das escolas, através de hospitais, uma série de materiais. E, através da própria televisão, vocês vão ver mais para a frente, as mídias que a gente iria utilizar um material que ilustrasse e que alertasse com relação a esses fatores. É muito comum a gente atender a solicitações dos filhos, de compra de armas, de tudo, sem saber, muitas vezes, a projeção e o malefício que isso pode vir a trazer no futuro.

Segundo, seria a promoção de troca de armas de brinquedo por um *kit* infantil, *Brincando em Paz*. Esse *kit* seria composto de livros, de brinquedos, de jogos, de massa de modelar, livros educativos, e assim por diante.

E, no dia 12 de outubro, a terceira parte da campanha seria promover um ato simbólico para a destruição de todas as armas arrecadadas. A campanha publicitária objetiva chamar a atenção através de imagens e textos bem produzidos, apresentando a necessidade de desarmamento existente. Convidando as crianças para participar dessa campanha educativa e, conscientizando o público adulto dessa relevante alternativa para a preservação da vida. O público alvo estimado para se atingir com a campanha seriam 50 mil crianças. Pode não ser o número ideal, mas em função da limitação e do quantitativo de material, esse seria o público direto a ser atingido, de crianças das classes de A até C, de faixa de 2 a 12 anos e seus familiares.

Naturalmente, a gente não considerou aí a questão televisiva, que também haveria um público secundário. O período da campanha seria de agosto a outubro de 2004. Então, nós teríamos como peças da campanha, peças criativas e de qualidade gráfica, com o objetivo de divulgar a campanha, atraindo o público alvo e sensibilizando as famílias e a população em geral, para o desarmamento infantil. No processo de

comunicação, serão criadas peças específicas, para adultos e crianças, falando as linguagens de cada público a ser atingido.

Então, na fase 1, a fase de conscientização seria de 15 de agosto a 15 de setembro, a gente teria um *Video Tape* de 30 segundos. para a televisão, anúncio, cartaz, *outdoor*, *backbus*, que é aquela propaganda que vocês vêem no fundo do ônibus, só que não é só na janela, é na traseira inteira do ônibus. Lâmina e *folder*, para médicos e educadores.

Na fase 2, de incentivo, de 15 de setembro a 10 de outubro, a gente teria um VT de anúncios, cartaz, *outdoor*, Lâmina, cartilha, *desarmildo*, que vocês vão conhecer já, já. O *banner* e o *Kit*.

Além do esforço publicitário, matérias jornalísticas também darão ainda mais credibilidade e reforço na divulgação dessa campanha. Então, a fase 1 seria a de conscientização e nós teríamos esse anúncio de jornal, que define bem o espírito da campanha. Vocês vêem aí uma criança que não está bem identificada, em que existe uma quadrícula que dá idéia, que seria para a gente assinar. Arma de brinquedo, arma de verdade. Embaixo tem se até você que é adulto, não sabe a diferença, imagine uma criança! Então, assinam a marca do desarmamento. E o Núcleo de Estudos de Violência e Trauma (NEVT) tem um texto, aí embaixo, que referenda bem, que mostra todas as estatísticas em relação a isso. Com essa imagem, com essa criança portando essa arma em que você não consegue identificar, foi a maneira que a gente encontrou de chamar a atenção das pessoas e mostrar de uma forma bem explícita, o problema, através do entendimento do próprio adulto.

Nós fizemos também um roteiro para VT de televisão, que infelizmente não houve tempo, para ser montado. Mas a idéia é a seguinte: uma mão de uma criança aperta o gatilho. Uma criança pense o seguinte: a mão de uma criança, vocês vão ver um plano fechado, só a mão de uma criança apertando o gatilho de uma arma de brinquedo. Então, ouve-se o disparo de uma arma de verdade. O barulho, a locução, é de uma arma de verdade. A locução diz, até 8 anos as crianças não sabem

diferenciar uma arma de brinquedo de uma arma de verdade. Depois, o segundo, outro tiro. Quando um revólver é disparado, a vítima mais freqüente será a criança, 35%, o irmão 25%, ou os pais 6%. Outro disparo, aproximadamente 20% das crianças que sofrem algum acidente fatal, apresentam seqüelas físicas e neurológicas. Próximo disparo, como o som de uma arma vazia. E o locutor diz: “isto tem que acabar”. Entra a marca da campanha do desarmamento infantil, junto com o *slogan*: *Com arma, não se brinca*. Uma campanha do NEVT.

Foi uma forma que a gente encontrou também de solidificar essa experiência e através dessa projeção entre a arma de brinquedo e a arma de verdade, você mostrar todas essas estatísticas que foram apresentadas e trabalhadas pelos próprios médicos que constituem esse núcleo do Hospital da Restauração.

A fase 2 seria exatamente a de incentivo à troca. Então, a gente teria anúncio de jornal, em que a gente criou “Troque uma arma de brinquedo de seu filho por brinquedos educativos e muito mais”. Isso leva você a substituir a arma, o revólver de brinquedo pelo próprio brinquedo. Então, você tem aí aqueles brinquedinhos de montar.

A mesma coisa com o *Lego*. Você também tem uma arma de brinquedo, em que você pode perfeitamente trocá-la por um outro *Lego*. Um brinquedo educativo, em que a criança pode construir, pode edificar, pode em cima desse brinquedo, construir peças fantásticas. A mesma com o lápis de desenhar. Você associa a arma, para que haja essa troca por lápis. Mesma coisa com a massa de modelar. Com livros educativos, com formato de arma. Quebra-cabeça, que também é extremamente instrutivo, para a criança.

E, trouxe para apresentar para vocês, o mascote da campanha, que é exatamente o *Desarmildo*. O *Desarmildo* é nosso ilustre personagem, que vai estar no estande no momento de troca, recebendo com todo o carinho, com muita satisfação, as crianças. Ele não gosta de crianças armadas, o importante é que haja o desarmamento. E vocês vêm que no próprio

paletó do *Desarmildo* tem a marca. E é através dessa cartola que ele vai receber as armas das crianças e quando colocadas essas armas, vão desaparecer e vai brotar um lindo *kit* de desarmamento infantil. Aqui é um panfleto para que as crianças troquem suas armas de brinquedo por jogos, quebra-cabeças, livros, lápis e brinquedos. E ainda conheça o *Desarmildo*. É uma forma que a gente encontrou de fazer com que a criança fosse. E que houvesse um personagem interativo para essa apresentação.

Então, para esse projeto exatamente, todos os dados foram apresentados, foram fornecidos pelo Núcleo de Estudos em Violência e Trauma, a Trade e a Atma Comunicação, que são empresas de que nós participamos, desenvolveram todos esses projetos. E, afinal, o que a gente deseja, procura e espera é exatamente isso, que no final desse processo, daqui a alguns meses, daqui a alguns anos, quem sabe, a gente possa ter realmente as crianças brincando com brinquedos de verdade.

Pela atenção e paciência, muito obrigado.

GERALDO PEREIRA

Queria agradecer ao Dr. Marcelo Rangel, não apenas pelo cumprimento estrito do tempo, mas também pela criatividade que aqui apresentou no que toca a essa campanha de desarmamento.

Dizer que conversei com o Dr. Paulo Jardel, da TV Universitária e Diretor do Núcleo de TV e Rádio da Universidade e ele está disposto a colaborar, veiculando esse material através da TV.

Eu acho que a gente pode ouvir três intervenções, para logo em seguida passar a palavra ao Dr. Júlio Jacobo. Se alguém quiser se pronunciar, por favor se apresente e use da palavra por cinco minutos.

LOURDES PEREZ

Trabalho com criança e adolescente e aí eu queria parabenizar o núcleo, pela excelente idéia dessa campanha de desarmamento.

Ainda essa semana, eu estava falando com meu filho, que vai fazer aniversário de 1 ano do bebê dele e vai contratar uma pessoa que vem fazer umas figuras com as bolas. E o que o pessoal faz geralmente para a criança, menino, brincar, nas festas de aniversário de 1 ano, de 2 anos, 3 anos, são espadas. Então, para os meninos é espada, é um capacete. E para as meninas são bichinhos. Eu digo assim: por mim, proibia de fazer espada aqui. Todos os meninos vão ganhar bichinhos, vão fazer brincadeiras com os bichinhos.

Então, eu acho que é fantástica a idéia. Só uma coisa me inquietou um pouquinho. Nesta história da campanha, quando você coloca trocar a arma por brinquedo, os brinquedos que são trocados estão ali distribuídos só na forma de arma. Eu achei estranho. Estão lá as massinhas, mas elas estão formando armas. Então, podia ser a arma negativa, proibida a arma. E os brinquedos, aquele *Legó*, em vez de estar na forma de uma arma, ele vê na forma de construir um prediozinho, de fazer uma casinha. Então, aquela coisa de brinquedo, que ele vai trocar, sob a forma de arma, assim, não me caiu bem. Quer dizer, de todo jeito, está o menino pegando uma massinha, para construir uma arma. Só isso que eu queria colocar que me inquietou um pouquinho.

IRINÉIA - Representado a Universidade Católica de Pernambuco, UNICAP

Um ponto que eu ia pegar é isso que a pediatra colocou, porque o que eu vejo de grandeza no projeto é que se oferece um novo modelo de identificação. Eu acho que a violência vem mais dos adultos do que da criança. E acho que a gente deveria privilegiar na imagem o objetivo da campanha, construindo exatamente essas questões de brinquedos que

representassem mais solidariedade, prazer, alegria, sem necessariamente usar subliminarmente a arma, porque eu acho que fica implícito, a gente continua passando essa mensagem.

E outra, era incluir dentro dos brinquedos, videogames, já que vocês querem atingir classe A a C, porque na maioria dos jogos de videogames hoje, vence quem matar mais. Se matar uma mulher grávida, vence porque matou a mulher, mais dois bebês, se forem gêmeos. Então, se nós queremos atingir também essa classe, muitas famílias não se preocupam em selecionar os jogos que os seus filhos escolhem. E desde os 3 anos as crianças vêm se subjetivando na violência. E quando crescem, a gente quer paz. Essa atenção mais diversificada, eu chamaria atenção e parabenizo também pela iniciativa.

GERALDO PEREIRA

Muito bem, ouço mais um.

TARCÍSIO PATRÍCIO, Docente

A pergunta que eu vou fazer, não é específica para esta campanha. Eu não sou especialista, mas acho a campanha bem construída, do ponto de vista das imagens.

Agora, minha pergunta é a seguinte: uma campanha dessa, não se esgota, você vai fazê-la uma vez?

Você imagine que quando se constrói uma campanha dessa, você deveria ter um cronograma para repetir a campanha todo ano e não só isso, depois da campanha fazer uma aferição sobre qual foi o efeito da campanha. Porque se você fizer uma coisa dessa e não aferir e não houver continuidade, o efeito é muito pequeno.

Então, primeiro você teria que fazer a campanha, aferir o efeito, se o efeito foi positivo não necessita de nenhuma correção, você repetir. Porque eu tenho medo que a gente faça a campanha, aplaque a consciência e acabou. Não faz mais nada. Eu acho que o processo educativo é contínuo. E uma coisa é a campanha, a outra coisa é currículo escolar, aquilo que atinge diretamente a família, o processo é permanente. Como está se usando muita publicidade no Brasil para tudo, o meu medo é que a publicidade tome o lugar de todas as coisas e a gente fique satisfeito com a campanha.

GERALDO PEREIRA

Muito bem. Três intervenções mais do que interessantes. Eu vou comentar só essa última, para dizer que de campanha realmente, a idéia que se tem é de que tenha um começo e um fim. Talvez pudéssemos encarar isso como um programa, um planejamento de mídia, em torno do desarmamento infantil, mas também em torno da questão da família como muito bem lembrou o professor Tarcísio Patrício. Palavra de volta ao Dr. Marcelo Rangel, para em 5 minutos responder. E, em seguida, o professor Júlio Jacobo falará.

MARCELO RANGEL

Eu queria agradecer as colaborações da doutora que foi muito brilhante ao apresentar a sua linha de sentimento.

A segunda parte dessa campanha através de cartazes, associa apenas a arma, ou seja, para que você lembre. A comunicação de um cartaz tem que ser muito ágil. Você tem que ler e associar aquilo com muita rapidez. Então, a idéia era que não existe a necessidade de uma arma. Você pode ter perfeitamente um substitutivo que é o brinquedo. Aquela idéia é exatamente para mostrar isso, é para reforçar esse conceito. Nós

poderíamos até ter usado coisas mais chocantes. O caso é muito sério e a gente precisa mexer um pouquinho com essa imagem, para que as pessoas possam associar. Aquilo vai transformando esse conceito que existe. A gente pode perfeitamente transformar ele em brincadeira, uma brincadeira real. Não uma brincadeira que pode gerar prejuízos e malefícios.

A segunda parte, eu acho que se a gente conseguir verba, patrocínio, para que a gente possa lançar essa campanha e ela sendo um sucesso, um grande instrumento de aferição, seria exatamente a terceira fase da campanha: o recebimento das armas nos diversos pontos, como shoppings. A idéia é instalar estandes para esse recebimento das armas nos diversos pontos, como shoppings. A idéia é instalar estandes para esse recebimento. Eu acho que, com certeza, um grande instrumento aferidor seria quantitativo de armas que a gente estava recebendo. Acho que isso iria, além das visitas às escolas, para que a gente pudesse ter esse retorno, através de educadores, e assim por diante. A idéia não é simplesmente ficar nisso. É também atacar outras áreas, como foram apresentadas. De videogames, de filmes, inclusive, mas que muitas vezes fica complicado porque a gente vai precisar do apoio de empresas televisivas, de redes de comunicação, de televisão. Muitas vezes, eles próprios apresentam isso.

Nessa primeira fase da campanha, a idéia não foi exatamente essa. Eu espero ter respondido e apresentado todas as idéias, e agradeço a complementação, as indicações e as sugestões feitas por vocês.

Obrigado.

GERALDO PEREIRA

Muito obrigado, Dr. Marcelo Rangel. Antes de passar a palavra ao Dr. Júlio Jacobo, quero lembrar que a Rádio Universitária AM 820 transmite e recebe intervenções pelo telefone 2126.8068, à disposição dos ouvintes.

Dr. Júlio Jacobo com a palavra, sociólogo, representante local da Unesco. Vai apresentar um Mapa da Violência IV, os jovens do Brasil, juventude, violência e cidadania. Tema mais do que atual, e importante não só para o país como para a região Nordeste, e particularmente o Estado e a cidade do Recife.

Dr. JÚLIO JACOBO

Muito bom dia, meu ilustre colega e amigo Geraldo Pereira, colega de velhas batalhas nesse campo também. Bom dia, estimado público presente. Bom dia, ouvintes da Rádio Universitária AM.

Realmente, é com muito prazer que vim aqui expor para vocês o resultado do último trabalho. Agora recentemente, em junho, publicado pela Unesco. Esclareço aos ouvintes e público que não sabem o significado da sigla: Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura, um organismo internacional do sistema das Nações Unidas - ONU.

No mês de junho, publicamos a quarta versão do mapa da violência, que se vem publicando a cada dois anos, atualizando a cada dois anos, com dados mais recentes.

Começamos com a primeira publicação em 1998, 2000, 2002 e agora a última, no ano de 2004.

Que se pretende com este mapa da violência?

Em última instância, fazer uma radiografia da violência inteira, no Brasil e no mundo, que toma como foco, que toma como vítima prioritária a juventude. A Unesco tem um mandato, que cada instituição pode e deve fazer o mandato da juventude, da mesma forma que outros organismos internacionais têm outro: trabalho, a OIT; criança, Unicef; etc. um dos mandatos que tem a Unesco é o tratamento do tema da juventude. E nos preocuparam enormemente, a partir de 1996

aproximadamente, as informações e violências que chegavam até nós da violência da qual a juventude era a vítima. Começamos a trabalhar em 1996 com este tema, a partir da Morte do Índio Galdino. Não sei se vocês lembram, queimado em Brasília por um grupo de jovens, que comentaram, depois da morte dele, que pensaram que era um mendigo, por isso o queimaram. Não era o fato em si, mas a interpretação desses jovens sobre esse fato. E aí começamos uma longa série de estudos, que podemos especificar. Nesse momento, são mais de 40 estudos realizados, de 1998 a 2004, com o tema prioritário da juventude. Violência nas escolas, drogas nas escolas, juventude de Brasília, juventude do Rio de Janeiro, de Fortaleza, de Curitiba. São outros tantos temas que estivemos desenvolvendo sobre a juventude.

Agora, para não arrodar muito, porque temos um curto lapso de tempo, para expor o trabalho.

Primeiro, gostaria de comentar, não vou expor todo o trabalho. Expor alguns itens pinçados: o trabalho publicado consta de uma série de capítulos. O primeiro são as notas conceituais e técnicas. Notas que têm a ver sobre nossa conceituação de juventude. E sempre necessariamente neste campo, temos muito consenso, quando falamos de juventude. O termo igual é o mínimo para todo mundo, só que cada um pensa em coisa diferente. Porque são realmente coisas diferentes. Chegamos à conclusão de que não existe uma juventude. Existem muitas juventudes. Tanto no Brasil, como no mundo.

Cada país define o que é sua juventude. O Japão, por exemplo, define a juventude na faixa de 15 a 29 anos. Países desenvolvidos chegam até 25. Em países mais novos, mais subdesenvolvidos, muitas vezes há jovens que nem juventude têm. Dentro de um país, dentro de uma região, para grupos de jovens de classes sociais diferentes, juventude significa coisa totalmente diferenciada. Para jovens de classe média e de classe alta, juventude chega até 25 anos, quando ele termina a sua carreira universitária. Pra um jovem de classe baixa, da periferia urbana,

juventude termina aos 15 anos, quando tem que sair à rua, para batalhar por trabalho. Então, para cada grupo social, em cada época histórica, juventude se define de forma diferente.

Mas tem um fato que é comum. À medida que a sociedade se desenvolve, avança, se torna mais complexa, o tempo de juventude é cada vez mais longo. Por que? Porque necessita de preparo para ingressar na complexidade da vida moderna. Quanto mais tradicional e antiga ou agrária, ou primitiva. Uma sociedade tem menor tempo, para definir a juventude.

Nós optamos necessária e lamentavelmente por uma definição, porque os dados estatísticos não vêm com um conceito de juventude. Os dados censitários e outros vêm por faixa etária. Então, nós adotamos a definição da Organização Mundial da Saúde: Primeiro, juventude se define pela faixa de 15 a 24 anos. E assim definimos juventude, para poder trabalhar com dados estatísticos. Segundo, na medida em que trabalhamos com dados do sistema de informação de mortalidade do Datasus, Ministério da Saúde, ou partes desse sistema, trabalhamos com três categorias de violência. Trabalhamos fundamentalmente com violência letal, porque nossa base de dados é de letalidade e de mortalidade. E selecionamos como formas diferentes da violência, os homicídios, como aquela violência que o ser humano exerce contra outro. Os suicídios, como aquele tipo de violência que o ser humano exerce contra si próprio. Os óbitos por acidentes de transportes como a desnormalização e desregulação da vida cotidiana do indivíduo. Mortes por transporte vamos encontrar as formas de respeito ou desrespeito às normas sociais de convivência vigentes na rua e nas áreas públicas.

Segundo capítulo, marco da mortalidade juvenil, de que vamos pinçar alguns detalhes. Depois, temos três capítulos: Um sobre homicídios, um sobre acidentes de transporte e um sobre suicídios. Os três capítulos têm mais ou menos os mesmos tópicos e a mesma estrutura. Analisa-se em cada um desses capítulos, homicídios, acidentes de

transporte e suicídios, evolução nos Estados, nas unidades federais, evolução nas capitais, evolução nas regiões metropolitanas. A idade, em que estes óbitos acontecem. A estrutura de raça ou de cor em cada um desse tipo de morte, a prevalência, incidência, por raça ou cor. A incidência por sexo, a sazonalidade, se há certos e determinados tipos de padrões regulares ao longo do tempo. As comparações internacionais que conseguimos anotar. Dados homogêneos, da mesma fonte, que nós, sistema de informação de mortalidade de vários países do mundo, que utilizam a mesma categorização que a nossa. E conseguimos então trabalhar com dados de 67 países do mundo.

E, por último, a vitimização juvenil. Em que medida há uma sobreposição do jovem ou não a cada um destes tipos de violência. Outro capítulo, que tem a ver com o tema anterior, que é o uso de arma de fogo nas situações de letalidade, nas situações de mortalidade. Alguns padrões nas comparações internacionais que foram muito úteis para nós, questões de fidedignidade das informações. Fazemos um trabalho, criticando os próprios dados que estamos utilizando, vendo onde é que estão os furos destes dados. Onde é que está o problema, seja de coleta, seja de imputação, seja de notificação, etc.

Nossas considerações finais.

A fonte dos nossos dados como já mencionei é o subsistema de informação de mortalidade do Datasus do Ministério da Saúde.

Quero esclarecer, que da mesma forma que por lei, cada indivíduo precisa quando nasce, de ter uma certidão de nascimento, também por lei precisa de uma certidão de óbito. Isso feito por médicos, que têm esse tipo de atribuição do legista. Os médicos, hospitalares, etc. e na ausência de médicos, duas testemunhas qualificadas. Isso é processado posteriormente pela Secretaria de Saúde de cada um dos Estados, a Secretaria de Saúde, o grupo de estudos epidemiológicos. Processa todo esse tipo de informação, enviado ao Ministério da Saúde Datasus, que congrega praticamente. Cada ano, nós temos aproximadamente bases de

dados de mais ou menos um milhão de óbitos, que acontecem anualmente no Brasil. Considerando todos os tipos de causas, tanto naturais, como acidentais, como Causas Externas, etc.

Outras fontes complementares utilizamos para estabelecer a taxa de mortalidade para cada categoria, etc. Os censos do IBGE, as pesquisas nacionais por amostra de homicídios. Também trabalhamos comparando os dados de outros sistemas do Ministério da Justiça, que sistematiza os boletins de ocorrências policiais em nível nacional.

Para os dados internacionais, o subsistema na ONU, que são bases de dados internacionais pelas quais nós conseguimos fazer as comparações.

Bom, entrando diretamente no tema, desde o primeiro mapa da violência de 1998, observamos um fenômeno, que vem perdurando no tempo. Entre 1980 e 2002, no último mapa da violência, a taxa de mortalidade da população brasileira vem caindo progressivamente. Isso está reconhecido inclusive no índice de desenvolvimento humano, nos últimos índices que ao definir a taxa de mortalidade, aumentou a esperança de vida da população brasileira. Com isso eu fiz o Brasil ganhar pontos, oposições, índice de desenvolvimento humano internacional. Só que nós observamos um fenômeno bem esquisito, que cai em todas as faixas etárias. Cai a mortalidade infantil, cai a mortalidade adulta, cai a mortalidade da população madura, da terceira idade. Só entre os jovens, essa mortalidade não cai.

Na população em geral, considerando todas as idades, no ano de 1980, aconteciam 633 óbitos em 100 mil habitantes, no Brasil. Vinte e dois anos depois, em 2002, caiu para 561. Caiu de 633 para 561. Mas entre jovens, neste mesmo período, a mortalidade cresceu. Passou de 128 em 100 mil jovens, no ano de 1980, para 137 em 2002. Foi o único setor da população, em que as taxas de mortalidade aumentaram. E por que aumentaram? Há uma nova configuração da mortalidade entre os jovens.

Alguns estudos de causas de mortalidade da década de 1950 a 60, 70, Rio de Janeiro, São Paulo, que se evidenciam em duas coisas básicas: uma que o jovem morria principalmente por enfermidades infecto-contagiosas ou epidemias ocasionais. No ano de 1979, 80, se emparelham historicamente a causas internacionais, do período da saúde, etc, entre os jovens e a Causas Externas, que são: acidente, transporte, homicídio, por suicídio, etc. Tudo aquilo que não corresponde à deterioração da saúde da população. Em 1980, praticamente, já está aí. De 1980 para cima, começa a crescer rapidamente a mortalidade por Causas Externas. Em 2002, praticamente estas Causas Externas, acidente de transporte, outros tipos de acidentes, afogamentos, suicídios, homicídios, etc., respondem por 72% da mortalidade dos jovens: 72%. Três de cada quatro jovens do Brasil morrem por Causas Externas. Só um de cada quatro morrem por enfermidade. Em Pernambuco, esses dados são um pouco mais elevados ainda: 75,7% dos jovens pernambucanos morrem por Causas Externas, fundamentalmente Causas Externas, em geral, muito particularizadas. Morrem, em nível nacional, por homicídios. 40% das mortes juvenis, 15 a 24 anos, foram homicídios, em nível do Brasil. Em Pernambuco, é muito maior ainda. Pernambuco, 56,6% das mortes de jovens se deve a homicídios. Mais de um em cada dois jovens pernambucanos morrem por homicídios. Também morrem por acidente de transporte. É a segunda causa de morte juvenil. Em nível nacional, 15,6% das mortes juvenis correspondem a transporte, a óbitos, em acidente de transporte. Em Pernambuco, isso é menor. A morte juvenil por acidente de transporte é de 10,5%.

Entrando no capítulo dos homicídios, em nível de Brasil, nós podemos observar uma terrível regularidade no incremento das mortes, tanto na população em geral, quanto da juventude. Praticamente, uma linha ascendente que é uma reta. Não tem praticamente oscilações. Cada ano morre 5,5% mais gente por homicídios do que no ano anterior. A taxa de incremento anual dos homicídios na população total é de 5,5%.

Em 1993 morreram 30.586 pessoas no Brasil, vítimas de homicídio. Isso, no ano seguinte 32.600, 37, 38, 40, 41, 42, 45, 47, 49 mil. Há uma regularidade tão apavorante, que se nada acontecer, quanta gente vai morrer. Em Pernambuco ou no Brasil, daqui a dois anos. Tamanha regularidade do incremento que o prognóstico da mortalidade por homicídio é uma coisa muito simples. É só somar 5,5%, o que vem acontecendo nos últimos dez anos. Entre os jovens, de 30 mil óbitos por homicídios em 1993, para 49.640 em 2002. Um aumento de 62,3% de 1993 a 2002. Entre os jovens, esse aumento foi ainda superior. Passou de 10.173 homicídios em 1993 para 19.188 homicídios em 2002. Isto é, um incremento de 88,6%. Praticamente, em uma década, duplicou o número de homicídios. Fundamentalmente, 15 e 24 anos. Em Pernambuco, o panorama está muito mais marcado. Nós temos essa reta de incremento. Se vocês observam no gráfico, vocês vão ver que o grande incremento dos homicídios em Pernambuco aconteceu entre 1994 e 1998, quando os homicídios pularam de 2.569 para 4.428. A partir desse momento, 1999 cai um pouco, 2.000 cai, levanta em 2001 e cai em 2002. Podemos observar que praticamente o nível de 2002 é o mesmo de 1998, com algumas oscilações. O número absoluto de homicídios em Pernambuco permanece mais ou menos constante em 1998. Mas, o incremento que aconteceu entre 1994 e 1998 foi brutal. Praticamente cresceu 60,5%, mas muito mais que isso cresceram os homicídios entre os jovens. No mesmo período, 1994, 1998, há um aumento de 100% em quatro anos, no número de homicídios, que passa de 911 homicídios juvenis em 1994, para 1.810, em 1998. De novo, de 1999, 2000, 2001, 2002, praticamente o número de homicídios se mantém constante. É um mito então, porque não me lembro muito na imprensa, ultimamente, que há uma grande polêmica sobre os homicídios, que nos últimos anos há um enorme incremento dos homicídios em Pernambuco, no período 1994, 1998. Depois, como toda epidemia, tem uma estabilização. Isto é, se controlou a expansão da epidemia. Não se controlou ainda a epidemia. Na verdade, se fez um cerco sanitário a esse crescimento epidêmico, que dura até 1998. A partir de 2000, observamos um novo padrão na violência homicida brasileira.

Esse novo padrão, até essa data, nós fizemos, nós temos a seqüência histórica de 1979 até 2002. Até praticamente o ano 2000, o padrão foi único no Brasil. Onde cresciam os homicídios? Basicamente nas capitais e regiões metropolitanas. Nós chegamos a dizer no primeiro mapa da violência que a nova violência homicida no Brasil é um fenômeno tipicamente urbano, típico das regiões metropolitanas do Brasil.

Em 1998, quatro regiões metropolitanas concentravam 50% dos homicídios brasileiros. Quatro. Só quatro. Só naquelas regiões metropolitanas que o Plano Nacional de Segurança declarou prioritárias, se mandou recursos.

O que observamos a partir de 2000: uma nova configuração. Coisa que é inédita para nós. Ainda são três anos. Pensamos, pois que é tendencial. Sinto que a coisa realmente funciona dessa forma: Se está produzindo uma interiorização da violência homicida no Brasil. Observem que até 1998, o que crescem? As capitais crescem 84% ao ano. A região metropolitana, desconsiderando as capitais, tirando as capitais, cresceu 8,5% ao ano. O interior, fora as regiões metropolitanas e capitais, cresceu modesta taxa, que não é modesta, mas bem menor que as outras, de 4,1% ao ano. A partir de 1999 até 2002, inverte-se o panorama. Dê uma olhada. Capitais só crescem 1,6%. Regiões metropolitanas só crescem 2,4% ao ano. O interior cresce 8% ao ano. O que explica para nós essa interiorização, que acontece a partir de 1989 a 2000? Três fenômenos. Não sabemos exatamente o peso de cada um deles. Só sabemos que são três fenômenos que trabalham articulados.

Primeiro, começam a surgir no Brasil pólos de crescimento no interior dos Estados: São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná, etc. São pródigos em exemplos, inclusive Pernambuco, de pólos de crescimento no interior dos Estados. Que atraem populações, que atraem capitais e obviamente atraem criminalidade e violência também, junto com o capital e com os recursos humanos muda a violência de configuração.

Segundo, fenômeno que nós falamos que também é importante: O Plano Nacional de Segurança, ao declarar prioritário, capitais e metropolitanas, inclusive o Recife, Região Metropolitana do Recife. Começou a enviar recursos financeiros para armar a repressão na polícia, compra de carros, armas, inteligência. E surgiu algum efeito. Malandro, criminoso, que via a situação na cidade, nas grandes cidades. Estava complicada, foi para novos pólos de crescimento no interior, onde as facilidades são muito maiores.

E terceiro que temos que contar também. Uma melhoria, na captação de óbitos no interior. Aqui, por exemplo, Pernambuco instalou dois novos IML, Petrolina e Caruaru, com o que, grande parte da subnotificação diminuiu em Pernambuco, que era de 24%, pelos estudos que realizamos. Deve estar na faixa de 16, 17%.

Esses três fenômenos interligados explicam porque no Brasil e porque em Pernambuco acontece mais ou menos o mesmo fenômeno. Há um processo de interiorização. Por exemplo, em Pernambuco, de 1993 a 1998 o Recife cresceu 10,7%. Agora, de 1999 a 2000, caiu 1,4%. Dê uma olhada. Caíram os homicídios. Não é gritante, não é intolerância zero, mas pela primeira vez na história dos homicídios em Pernambuco, no Recife estão caindo sistematicamente de 1998 a 2000. Na região metropolitana, entre 1993 e 1998, cresceu 17,7% ao ano na cifra bruta. Vocês podem ver este crescimento aqui no gráfico. Já de 1999 a 2002 só cresceu 6,4%. De 17,7 para 6,4. Onde cresce no interior, que continua crescendo, regular e sistematicamente. Foi o que mais cresceu no segundo período, de 1999 a 2002, 4,9%.

Se nós construirmos um mapa dos homicídios em Pernambuco, vamos saber que temos quatro focos epidêmicos. Temos um primeiro foco na região metropolitana e zona da mata. Um segundo foco no pólo têxtil de confecções. Um terceiro pólo de homicídios no que se conhece como a zona da maconha. Um quarto pólo na agricultura irrigada de Petrolina. Já o Recife encabeça a lista dos municípios com maior taxa de

homicídios no Estado de Pernambuco. Depois vêm cinco municípios do interior. Como já tínhamos visto antes, há uma enorme incidência nas vítimas jovens. Aqui vocês têm o Everest, esse pico de 2.505 homicídios em nível de Brasil. Antes, começa desde os 12 anos de idade um crescimento vertiginoso, no número de homicídios, que depois vai caindo, vai caindo, vai caindo, até se tornar praticamente inexistente na cidade mais avançada. Uma outra característica da violência homicida é que as vítimas são quase sempre homens. No Brasil, 92,2% das vítimas na população total são homens, isto é, 7,8% das vítimas são mulheres. Há uma divisão de trabalho fantástica. Com a diminuição de trabalho na rua perto do domicílio, longe do domicílio morre o homem. Dentro de casa, no domicílio, morre a mulher. Um dado fundamental, ou quase exclusivamente, homem e mulher se dividem na vitimização no Brasil, seja no domicílio, seja na rua. Em Pernambuco, essa taxa era de 92,2% na população total e um pouco maior ainda, 93,7% das vítimas de homicídios na população total são homens. Entre os jovens, essa proporção é ainda maior: 94% em nível nacional. Quase 96% das vítimas de homicídios em Pernambuco, são homens. O dado mais preocupante é a extrema discriminação, que se reflete também na discriminação racial, que também se reflete nos homicídios. No Brasil, a taxa de homicídios total dos brancos é de 20,6 vítimas de homicídios para cada 100 mil brancos. Entre os negros, esse valor passa para 34, isto é, entre os negros a taxa de homicídios é de 65,3% maior. Em Pernambuco, essa situação é muito mais trágica. Nos homicídios de gente branca, a taxa é menor que a nacional. A nacional é 20,6, na população branca de Pernambuco é de 6,9 em 100 mil brancos, cai. Só que aumenta tragicamente entre os negros, que era de 34 em 100 mil em nível nacional, e passa aqui para 71,4 para cada 100 mil negros. Isso significa que há uma diferença de 321,5% na mortalidade de negros, quando comparada com os brancos.

Outro fenômeno que é possível observar, tanto em Pernambuco, quanto em nível nacional é que os homicídios aumentam drasticamente em final de semana. Não temos dados para final de semana completo que

começa sexta-feira à noite, vocês devem saber e termina segunda de madrugada. Nas primeiras horas de segunda ainda, estão chegando os efeitos do domingo, no Hospital da Restauração. Só temos sábado e domingo. Ainda assim, se você vê os dias da semana, um por um, de que temos esse dado, sexta-feira e segunda-feira também são altos. Não tão altos quanto sábado e domingo. Nesses horários, não podemos saber exatamente, mas temos dados de que, tanto em Pernambuco, quanto em nível nacional, aumenta aproximadamente 70% o número de homicídios no final de semana: dos 67 países do mundo, de que temos dados homogêneos através da base de dados da Unesco que utiliza o número classificador internacional de doenças, o CID dez que nós utilizamos no Brasil, temos este panorama. Que o Brasil, dos 67 países do mundo, com uma taxa de 27,1% em 2000, dados mais ou menos homogênea se localiza em quarto lugar. Só está melhor que Colômbia, El Salvador e Federação Russa e depois vem o Brasil. Entre os jovens, está em quinto lugar, dos 67 países analisados. Com uma taxa de 52,2, está melhor só do que a Venezuela e El Salvador, Ilhas Virgens, nos Estados Unidos e Colômbia. Ora, dê uma olhada nas taxas de homicídios: são entre 27 e 50% maiores que países como Reino Unido (Inglaterra), França, Japão. Nós temos 50 vezes mais homicídios, aproximadamente, do que países como os mencionados, seja em nível da população total, seja entre os jovens. Um dado curioso, na política dos homicídios. Se nós agruparmos os 67 países e na área de influência geopolítica, vamos saber que entre os países árabes, por questões religiosas, etc., o índice de homicídio é extremamente baixo. Na Ásia, Central e Pacífico, também Japão, etc., o índice de homicídios é extremamente baixo. Se tomamos os países da Comunidade Européia, também é extremamente baixo. Onde acontecem os homicídios no mundo? América Latina e o Caribe, América do Norte, em menor quantidade, mas fundamentalmente agora, o novo fenômeno: os ex-países da União Soviética se converteram nos países com maiores taxas de homicídios do mundo, além da área do muro de Berlim, depois da queda.

Se nós dividimos a população em dois grandes setores, população jovem de 15 a 24 anos, população não-jovem, de 0 a 14, de 25 anos e mais, teremos dois grandes grupos. Quem é jovem, de 15 a 24, quem não é jovem 0 a 14 e 25 e mais, temos o seguinte fenômeno: Em 1980, a taxa de mortalidade dos mais jovens era de 21,3 em 100 mil. Caiu em 1990, para 18,1. Aumentou um pouquinho para 28 em 2000, e em 2002, passou para 21,8. Isto é, entre 1980, 21,3 e 2002, 22 anos, praticamente não aconteceram grandes mudanças nas taxas de homicídio da população mais jovem. Olhe você na taxa de homicídio da população jovem era de 30 em 100 mil jovens, em 1980. Passou para 38,8 em 1990. Para 52,1 em 2000. Para 54,7 em 2002. Nós tiramos uma conclusão muito simples, a partir desses dados: o único fator que explica no Brasil o incremento da letalidade homicida é a vitimização dos jovens. É o único setor da população em que as taxas crescem drasticamente. No resto, nos últimos 22 anos permaneceu mais ou menos constante.

E nossa segunda conclusão: não se pode combater essa violência homicida no Brasil, em Pernambuco, se não colocarmos na cabeça muito firmemente, o problema do jovem. Se não temos uma política correta para a juventude, não tem solução a questão dos homicídios, que tanto em Pernambuco, quanto no Brasil, se efetua e se perpetua, através do mundo jovem como vítima.

Vamos passar para o segundo capítulo um pouco mais rapidamente.

A evolução dos óbitos por acidente de transporte. Pode-se notar nos gráficos, nos dois gráficos, que acontecem três períodos marcadamente diferentes. Primeiro período, de 1993 a 1997, enorme crescimento do número de homicídios, do número de vítimas por acidente de transporte, que passa de 27.800 em 1993 para 35.156 em 1997. Um enorme incremento. A partir daí, começa a cair também abruptamente. Que significa, a partir daí a nova lei de trânsito. Em 1997 a 1998, você lembra, as campanhas educativas em nível nacional, a nova lei de trânsito. Repressão muito mais firme da violação das normas de trânsito, etc, fez

com que acontecesse uma queda significativa entre 1998 e 2000. A partir daí, começa a retornar de novo a partir de 2000 começa a aumentar de novo, por exemplo, cai em 2000 para 29.640 vítimas de acidentes de transporte. Passa para 31.000 e depois para 33.265. Nós observamos que isso acontece exatamente nos Estados em que se vê um relaxamento tanto nas medidas educativas da população, como também nos controles educativos que se colocavam na época, polícia parando por diversos motivos, fazendo campanhas educativas, etc. isso praticamente em muitos Estados não se observa mais. Nos Estados em que essa campanha, essa ação pública da segurança nas estradas continua a funcionar, você vê que não caiu tanto. Nós fizemos um estudo por unidade federal, e associamos com informação que nós temos de várias campanhas que a Unesco promoveu nesta área. Entre os jovens, aconteceu exatamente o mesmo. Enorme crescimento de 1993 a 1997, queda a partir de 1997 e novo crescimento significativo, a partir de 2000. A explicação é mais ou menos a mesma. Em Pernambuco, mais ou menos observamos o mesmo fenômeno, mas não com tanta regularidade como em nível nacional. Uma queda em Pernambuco nos totais até 2001, em que houve uma pequena elevação. Tanto Pernambuco quanto na região metropolitana, e na capital, Recife. Isso acontece na população em geral e entre os jovens também. No último ano, o que se observa em todos os setores, Pernambuco como totalidade, Região Metropolitana do Recife, um novo incremento no número de mortes por acidente de transporte. Novamente, o pico das mortes acontece aqui. Na faixa de 21 anos de idade, há um aumento também e depois uma queda relativa. Também são homens que morrem nos acidentes de trânsito: 81% dos óbitos na população total e 85 em Pernambuco, na população total, vítimas de acidentes de trânsito são homens. Entre os jovens, esse dado é um pouco maior: 83,5% em nível nacional, e 88,9% em Pernambuco. As vítimas de acidente de trânsito são homens. Aqui é uma segregação negativa. É muito mais branco que morre por acidente de transporte do que negro. Isso se justifica, pelo nível socioeconômico, nossa hipótese. De brancos, comparados com negros temos outros estudos que mostram que de carro há muito mais frequência

entre brancos do que entre negros. Então, vítimas de carros, etc, são preferencialmente brancos e não negros. Também se incrementa barbaramente no final da semana. No total, há diferença entre dias úteis e final de semana de 61,6% na população total, mas duplica o número entre os jovens no final de semana: 113,8% de aumento. Nas comparações internacionais, nós estamos na população total na faixa dos países com altas taxas de morte por acidentes de trânsito, isto é, com uma taxa de 17,4 estamos na posição 16. Entre 67 países, estamos no terceiro com mais mortes por acidentes de trânsito. Mas, entre os jovens, nós estamos na metade do caminho. Mais ou menos na posição 30, nas faixas de morte por acidentes de trânsito entre os jovens.

Aqui podemos observar que tanto no Brasil, quanto em Pernambuco, a vitimização preferencial de jovens praticamente não existe. A diferença de 16%, de 9%, de maior número de acidentes entre os jovens, não justifica falar que há uma vitimização maior de jovens em acidentes de transporte. Isto desfaz um pouco o mito, meio de comunicação de que jovem é irresponsável, pega o carrinho de papai, mata, morre, com o carro com, muita facilidade. Não há essa evidência empírica a partir dos dados de vítimas de acidentes de transporte, diga-se que a vitimização juvenil é uma coisa muito freqüente, como acontece em outros países do mundo.

Bom, os suicídios aumentaram levemente, em nível nacional. É um fenômeno típico que acompanha a idade da população, quanto mais madura, e vocês podem ver, quanto mais madura a população, maior probabilidade de suicídio. Por exemplo, de 15 a 19 anos, a taxa de 3,5 em 100 mil passa para 6; 6,1; 6,4; 7,7; 7,6. Isto é, é um fenômeno típico que vai acompanhando aproximadamente a idade da vítima. Novamente aqui, preferencialmente são homens: 78% da população total e 75% entre os jovens vítimas de suicídio são homens. Aqui nós estamos em uma situação muito boa nas comparações internacionais de 67 países analisados. Nós estamos com uma taxa de quatro em 100 mil, na posição 57, na população total. E na posição 53, nos suicídios juvenis.

Praticamente estamos no grupo de países que menores suicídios apresentam.

Há um capítulo também a que não vamos fazer grandes referências por questão de tempo. Tem a ver com as armas de fogo: 31,2% de todas as mortes juvenis do Brasil no ano de 2002 foram causadas por armas de fogo. Que tipo de mortes? Mortes por suicídio, utilizando armas de fogo. Morte por acidente por armas de fogo. Mortes indefinidas por armas de fogo, não se sabe se foi intencional, o suicídio, etc. Há uma categoria, no sistema de informação de mortalidade que diz que morreu vítima de uma bala, etc, não se sabe se foi intencional, acidental ou o que foi. Aqui se considerou vítimas de homicídios.

Um dado estarrecedor, que tem muito a ver com a campanha que se prenunciou foi que, em Pernambuco, em 2002, morreram por qualquer causa enfermidade, acidente, etc, 3.113 jovens, de 15 a 24 anos. Esse foi o total de mortes juvenis por qualquer causa: 1.556, exatos 50%, das mortes de jovens, metade dos jovens morreram por armas de fogo. Exato: 1.556 é a metade de 3.113. Além do mais, desses 1.556, 1.534, todos eles, foi por homicídios: 87,7% dos homicídios, em Pernambuco, foram causados por alguma arma de fogo. Dois elementos que têm que ser considerados.

Primeiro: a participação de armas de fogo, nas mortes, seja de jovens, como da população total, é crescente ao longo do tempo. Foi crescendo de 1980 até hoje. Até hoje significa o maior flagelo para a saúde pública, como pode testemunhar o colega do Hospital da Restauração. Segundo e fundamental em todas as pesquisas, tanto as nossas, como de outros organismos internacionais. O Brasil se apresenta como o país que mais mata e morre por armas de fogo do mundo.

Aqui tem uma comparação, por exemplo, com os Estados Unidos, que são um país onde sobre o revólver, arma de fogo, há uma enorme discussão, se é legal ou não, distribui-se, ou não. É livre.

Comparado o Brasil com os Estados Unidos, o último ano que eu consegui foi 1999. Por acidentes, morrem 0,5 pessoa em cada 100 mil no Brasil e 0,3 nos Estados Unidos. Temos muito mais vítimas por acidentes no Brasil, acidentes com armas de fogo, do que nos Estados Unidos.

Segundo, nos homicídios. No Brasil, a taxa de homicídios por armas de fogo, em 1999, era de 16,1 mortes em cada 100 mil habitantes. Nos Estados Unidos, é a quarta parte. Quatro em cada 100 mil homicídios são perpetrados com armas de fogo. Nossa taxa de vítimas de homicídios por armas de fogo é quatro vezes superior. Causas indeterminadas, não se sabe se morreu por suicídios, por formas a estabelecer, chamam-se causas indeterminadas. Sabe-se que tem uma perfuração de bala. No Brasil, é 1,3 em cada 100 mil e nos Estados Unidos 0,1 em cada 100 mil. Três vezes mais. Só nos suicídios, que nós temos números extremamente baixos, os Estados Unidos têm maior número do que nós. Somando todas essas taxas, o Brasil apresenta 18,7 em 100 mil por armas de fogo e os Estados Unidos, 10,5. Isso foi em 1999. Foi o último dado homogêneo que eu encontrei para comparação, que me discrimina em que áreas foi registrado. Aqui está o dado de 1999.

Bom, não sabemos o que vai acontecer com as armas de fogo a partir da nova lei, a lei do desarmamento, que se implantou este ano. Provavelmente, vai depender muito da aplicação. Temos exemplos evidentes, que bem aplicada pelo Estado está causando efeitos pertinentes, por exemplo. Temos exemplo, de que o Paraná, digo isso por notícias que apareceram na mídia, aplicou um programa eficiente para recolher armas de fogo. E já desde o início desde ano que se implantou, há poucos meses, já se recolheram mais de 20 mil armas de fogo, uma boa cifra. Outra, Pernambuco, pelas últimas informações fornecidas, está nos mil e pouco, mil e quinhentas, mil e seiscentas armas de fogo. Apesar de que as taxas de mortes por armas de fogo são muito superiores em Pernambuco do que no Paraná. Nós chegamos à décima parte das armas recolhidas aqui em Pernambuco. Há uma estatística. Nós sabemos muito bem, ninguém sabe, nem polícia, nem esquema de segurança quantas

armas de fogo existem em circulação. Porque o cadastro é muito velho, existem a compra e venda clandestinas. O comércio ilegítimo de arma de fogo, também é. Então, o que se utiliza como parâmetro?

Número de armas de fogo retiradas de circulação é comparado ao número de homicídio com armas de fogo. É uma estatística que se utiliza como parâmetro. Pernambuco, praticamente em um ano, chegou a igualar o número de armas recolhidas com o número de homicídios acontecidos com armas de fogo. E tem Estado como São Paulo, Distrito Federal, etc., em que a proporção é de três, quatro ou cinco vezes, o número de armas recolhidas em relação ao número de vítimas de homicídio com armas de fogo. Isto é, nosso trabalho como o que estão fazendo colegas que me antecederam, como deveria ser feito em nível estadual, de desarmar a população, ainda tem um longo caminho a percorrer. E as evidências apontam, pelo menos dados da Secretaria de Segurança do Paraná, que o número de homicídios com armas de fogo diminuiu, no Paraná, drasticamente nesses últimos cinco meses. Então, tem muito mais informação. Acho que com isso, traçamos um panorama da violência e onde, como, e quando acontece a violência no Brasil.

Fico muito agradecido pela atenção de vocês. Muito obrigado.

GERALDO PEREIRA

Muito bem. Antes de passar a palavra às pessoas que já estão inscritas, lembro que Edione poderá oferecer o papel em que se inscrevem as pessoas aqui na mesa. Apenas adianto que é interessante a apresentação de todos.

Queria destacar a presença aqui, mas no momento em que eu vou citando já saiu, da missão japonesa que se encontra no Núcleo de Saúde Pública e Desenvolvimento Científico, incluindo a tradutora. Saíram depois de ter ouvido e depois de terem lido também o Mapa da Violência, de autoria de Júlio Jacobo.

Eu acho que muita coisa foi dita aqui, com a maior valia e da maior importância para a reflexão e o raciocínio a propósito da violência. Eu não vou tecer comentários longos, em que pese ter feito aqui várias anotações, mas eu queria chamar atenção para a questão da interiorização da violência. A violência está sendo levada agora ao interior e eu só queria comparar esses dados de Jacobo com a informação que existe do IBGE, mostrando que as cidades menores, com 30 mil habitantes, devem receber proximamente levas de migrantes, as rotas de migração, que já estão desviadas das metrópoles para as cidades-pólos do interior, como foi aqui mostrado. Certamente, não de se desviar também para as cidades menores, haja vista essa previsão do IBGE, de que cidades pequenas, com 30 mil habitantes ou menos, serão agora ocupadas por migrantes.

Lembrei-me muito da vida de Poção, onde estive há algum tempo. Cidade ainda calma, pacata, que certamente vai entrar no *hall* desses municípios selecionados proximamente pela migração.

Dr. João Veiga, Médico do Hospital da Restauração e Representando o Sindicato dos Médicos, com a palavra.

JOÃO VEIGA

Bom dia a todos.

Eu queria parabenizar o professor Júlio Jacobo pela apresentação. E quando ele falava em mortes e homicídios, eu me lembrei da introdução do livro dele, em que ele diz que essa morte e homicídio é só a ponta do iceberg. Que a verdadeira violência está subliminar. É só para confirmar isso que o Dr. Júlio Jacobo fala e escreve aqui no livro dele, eu peguei a estatística hoje no Hospital da Restauração. Do sábado zero hora, meia-noite e um minuto até a segunda-feira, às 7 horas da manhã, 38 pessoas chegaram, vítimas de agressão por armas de fogo. E do dia 1º de janeiro até ontem, foram admitidos na Restauração 973 pessoas agredidas por armas de fogo, 454 por arma branca, 1.045 por agressão física, sem

instrumento, e 387 com instrumento. Essa é a realidade subliminar da violência, que o Dr. Júlio sempre fala. Se a gente não tomar uma providência muito rápida, numa maneira de você coibir isso, a gente vai chegar a um patamar insustentável aqui dentro.

A violência assola a nossa porta, isso é que é o Hospital da Restauração: nós temos mais três grandes emergências no Recife. O Getúlio Vargas, o Otávio de Freitas e o Hospital Agamenon Magalhães, em que apesar de os números serem diferentes, ou menores um pouco, mas existe essa quantidade. Quer dizer que você pegar num final de semana, do sábado de noite, a gente não pegou a sexta-feira de dia, nem a sexta-feira de noite, nem o sábado de dia. Do sábado de noite para a segunda-feira, 38 pessoas foram vítimas de agressão por armas de fogo dentro do hospital. Isso é uma coisa grave. Eu acho que as instituições públicas devem tomar conhecimento e, tendo conhecimento disso, têm que fazer alguma coisa o mais rápido possível.

Mais uma vez, agradecer ao Dr. Júlio, pelo livro, e parabenizar o senhor.

GERALDO PEREIRA

Muito bem. Com a palavra Dr. Mário Moreira, da Gerência Geral de Informações, da Secretaria de Saúde.

MÁRIO MOREIRA

Eu gostaria também de parabenizar Dr. Jacobo sobre esse trabalho. Eu acho que para basear qualquer tipo de intervenção, são necessários trabalhos como esse que informe para os gestores a problemática a ser trabalhada. Alguns pontos do seu trabalho, eu gostaria de comentar, principalmente a questão da melhoria do sistema de informação.

Pernambuco, a partir de 1996, com a introdução da nova Classificação Internacional de Doenças, teve um incremento na informação, onde ele passou de uma cobertura de 40%, para uma cobertura em torno de 60. E hoje, nós já temos uma cobertura que é uma das maiores do Norte/Nordeste, que é de 80% do sistema de informação de mortalidade, da captação dos óbitos. Então, quando a gente tem aquela curva ascendente nos seus gráficos, mostrando o aumento dos óbitos, saindo de novecentos e pouco, passando para mil e quatrocentos, não é só a problemática da violência, que a gente sabe que tem incomodado todos no Estado. O ideal é que não ocorressem óbitos, por violência, no Estado, isso seria o ideal.

A gente sabe, no entanto, que a violência tem crescido. No interior, os pólos de desenvolvimento têm trazido também a violência. A gente tem o problema de Araripina, tem o problema do polígono da maconha, que reduziu um pouco a violência, devido à intervenção integrada entre as Polícias Federal, Civil e Militar. Mas, a questão da violência, dos homicídios, aquela curva ascendente foi relacionada: já fiz vários estudos sobre isso lá na Secretaria, e foi relacionado à questão da melhoria do Sistema de Informação.

Outra coisa em relação à raça: a gente tem um problema, eu estava conversando até, antes de entrar, com os colegas da Restauração, sobre a questão do preenchimento da guia de remoção de cadáver e o preenchimento da declaração de óbito. São muito mal preenchidas, a gente tem feito um trabalho intensificando essa melhoria dessa informação. E a questão raça, no Brasil como um todo, deixa muito a desejar para qualquer tipo de análise.

Outro fator também que, aí eu gostaria de ser um pouco bairrista, apesar de não ser pernambucano. Mas essa questão dessa formação de *rankings* de violência no Brasil. Sempre se coloca que o Estado tal é mais violento, o Estado qual é mais violento e nisso o Estado tal é mais violento. É muito complicado você trabalhar com informação, quando

you have coverage of different information systems and you use variables from CID-10, such as legal interventions. In Brazil, the death penalty is prohibited because some states use legal interventions and war operations to justify their deaths from homicides caused by the police. Another factor is the question of deaths whose intention is undetermined. Pernambuco, in 2001, had 323 deaths, whose cause is undetermined. Some states in the Northeast region had 1,977 deaths, whose intention is undetermined. Therefore, it is also a factor of confusion for any type of analysis and information of *ranking*. Therefore, it would be another reflection about the use of information and statistical analyses.

And here, I would like to congratulate you again for your work. Thank you very much.

GERALDO PEREIRA

Thank you very much. I will hear only one person and then I will pass the word to Dr. Júlio Jacobo, who is already wanting to answer, especially to Mário Monteiro, who made this inquiry now.

The word with Edízio Ferreira, professor of Sociology at the Federal University of Paraíba and coordinator of the Laboratory of Urban Violence Studies.

EDÍZIO FERREIRA

Good day, first I would like to thank professor Geraldo, for the opportunity, and professor Jacobo, to congratulate you for the work exposed here.

Well, I first wanted to agree with Dr. Mário for the data he is presenting now, mainly with relation to the question of

confiabilidade desses dados, à questão da abrangência desses dados. Eu vou realizando na Paraíba pesquisas relativas à violência urbana e, principalmente, a homicídio. E vim detectando a questão de taxas dessa recorrência que o professor apresentou aqui, desse acréscimo que foi apresentado aqui. Mas em relação a uma melhora na coleta dos dados do que realmente num aumento significativo dos homicídios.

Agora, um outro porém que eu gostaria de colocar é que, apesar de haver melhorado a confiabilidade desses dados, algo que é bastante significativo e que foi muito detectado foi a interiorização da violência urbana, a interiorização da violência, para as pequenas cidades. No nosso laboratório, estamos fazendo uma pesquisa com a fronteira de Pernambuco com a Paraíba, principalmente na Zona da Mata e estamos assustados com o nível de violência que vem sendo detectado nesses locais. Por sinal já foi motivo de CPIs, há um deputado federal Luís Couto, que já promoveu audiências públicas e já foram apresentados vários outros dados sobre isso, principalmente com relação a esquadrões da morte e com outras situações mais.

Então, foi até bom agora ser aberto para a resposta do professor. Eu só queria corroborar com o que foi exposto pelo Dr. Mário e informar o que nós estamos pesquisando com relação a essa interiorização da violência urbana na Paraíba.

Obrigado.

GERALDO PEREIRA

Muito bem. Antes de passar a palavra ao Dr. Júlio Jacobo, informo que a Rádio Universitária AM está transmitindo o evento e recebe indagações, comentários e outras intervenções, pelo telefone 2126.8068.

Palavra com o Dr. Júlio Jacobo.

Dr. JÚLIO JACOBO

É uma situação terrivelmente excitante e importante, que colocaram nossos colegas, etc. O dilema que nós temos hoje é este: ou fazemos pesquisa nesta área ou vamos para a casa e deixamos que as coisas aconteçam. Ninguém tem no país e no mundo fontes de informação perfeitas e 100% confiáveis. Quem trabalha com dados deve saber bem melhor do que eu essa máxima.

O problema não é se omitir. O problema é colocar. Nós temos um capítulo completo que se chama; vamos ver o nome exato, porque ainda temos muita coisa para progredir, além do conversado: fidelidade, subregistro, subimputação.

Temos que registrar vários fenômenos. Alguns se mencionam e outros não. Temos, por exemplo, que o próprio Ministério da Saúde reconhece: a partir de cálculos intersencitários, que praticamente perto de 20% dos óbitos no Brasil não são notificados. Cemitérios clandestinos, gente jogada no mato, se faz um buraco e sacode. Ninguém sabe que isso existe. Não vamos parar. Existe 20% de subimputação, e eu penso que não podemos parar. Temos que ver, para cada Unidade Federativa, concreto, quanto, como e onde isso acontece. Esse é o trabalho que tem que fazer o intelectual, que tem que fazer o pesquisador. Por exemplo, vou dar alguns dados, porque nesse capítulo está tudo... Temos que dar a impressão de que os dados são perfeitos. Temos que reconhecer as limitações dos dados.

Olha, temos três níveis de erros. Se não, não podemos por temer um erro, não podemos trabalhar com amostra. Quem trabalha com amostra está disposto a correr o risco de errar. Quem trabalha com esta base de dados, também tem que estar disposto a correr o risco de errar. Porque, olha, eu tenho tal erro. Um dado que levantou o colega Mário. No ano de 2002, nós temos vários capítulos indicando que Estados podem desestimular óbitos, nós temos vários capítulos donde estados podem dissimular óbitos. Esses capítulos, dizem: “Apareceu um cadáver”. Não

sei de que morreu. Morreu de morte natural, acidente. Não sei, não sei, nada do que aconteceu com ele. Sei que tem um cadáver, que tenho que fazer um registro de óbito, porque veio a família exigir. Então, eu coloco: causa total e absolutamente desconhecida.

Nós fizemos um estudo internacional em 67 países do mundo. A quanto chega nessas causas desconhecidas no resto dos países. Países medianamente civilizados e um 1% de causa desconhecida. Países com sistemas mais lamentáveis, 5 a 10%. Brasil tem 14% de causas totalmente desconhecidas. Pernambuco nesses capítulos, R-98 tem 15,3% e 2,2% R-99. Que quer dizer? De 52.151 homicídios registrados na base de dados de 2002, 7.957 mais 11.166, quase 10 mil homicídios são por causas totalmente desconhecidas. Olha, de repente apareceu um cadáver. Não sei do que morreu. Agora, em 2002. Depois, está o capítulo em que se diz: Apareceu alguém morto, de bala, de faca, etc., não sei se foi acidente, não sei se foi suicídio ou não sei se foi homicídio. Pelo tanto, eu não vou imputar em nenhuma categoria. Aí boto na categoria Y-10 a I-34.

Só, nesse capítulo, apareceu alguém furado de bala, furado por faca, etc., não sei, lamentavelmente não sei. Não sei quem foi o culpado, não sei se houve culpado sequer.

No Estado de Pernambuco, temos exatamente a subimputação. Não sabemos o que aconteceu. Quase 20% dos cadáveres. Mais 20% que não são notificados, temos perto de 40%. É uma limitação dos dados. Minha limitação é expor para que alguém faça alguma coisa com esses dados. Se não, ninguém vai fazer nunca nada. Isso é uma pedra no sapato. Lamentavelmente, ninguém pára, cotidianamente, a fazer filosofia do seu próprio pé. Ninguém pensa: Ah, meu pé, é assim, etc. A menos que tenha uma pedra no sapato. Você pensa em seu próprio pé, quando começa a ter pedra no sapato. Aí se senta, tira o sapato e começa a sua filosofia do pé. Ninguém vai fazer uma filosofia das omissões que temos nessa área, a menos que alguém denuncie, meu filho.

Eu acho que a denúncia nisto é básica. Denúncia de homicídio, sim. É uma pedra no sapato que, temos a ver esse problema, sim. Temos! O que vamos fazer? O problema é de ver o intelectual fazer isso.

GERALDO PEREIRA

Muito obrigado, Dr. Júlio Jacobo. Eu leio de pronto as perguntas da Rádio Universitária AM. Primeira das perguntas, de Edmilson Lira ou Lima, Alto de Santa Isabel, Casa Amarela: “Por que não são feitos programas de esportes nos bairros? Tipo campeonatos, para tirarem os jovens pobres da ociosidade?” O ouvinte Celso Espiridião Lima, de Boa Viagem, pergunta: “Considerando-se o fato de que a violência extrapola, saindo das ruas para dentro das prisões, o que pode ser feito para evitá-la intramuros prisionais?” Terceira pergunta, de Eloísa Cabral, Pina: “Por que não existem punições mais severas para os jovens bandidos, como nos Estados Unidos?” Quarta pergunta, de Jeremias Albuquerque, de Casa Forte: “Quando uma criança numa favela vê o pai assaltar alguém ou assassinar uma vítima, a partir daí que futuro fica desenhado na cabeça dessa criança?” Quinta pergunta, da Rádio Universitária AM. José Mário da ONG, Organização Vida Solidária: “As atividades lúdicas e profissionais, técnicas, que ocupassem os jovens de domingo a domingo não seriam uma estratégia eficaz para redução da violência e para o exercício da cidadania?”

Com a palavra, então, o Dr. Fernando Valença, advogado, jornalista e radialista.

FERNANDO VALENÇA

Muito bom dia a todos. Mais uma vez estamos aqui reunidos no Fórum Pensando a Violência. Eu tenho que ser coerente com as minhas posições anteriores. Acho que aqui, estamos reunidos um grupo de

pessoas do mais alto nível, todos educados, civilizados. Quer dizer, isso aqui é um pólo de excelência em relação à paz.

Agora, o assunto de que nós tratamos aqui é a violência que campeia no Brasil, do modo como a gente sabe. Estamos vendo, e hoje foi confirmado tudo isso aqui, pelas projeções, os estudos científicos, as estatísticas, as palestras... Olhe, eu ficaria aqui enumerando uma série de sinônimos do que seja isso, falar a respeito, pregar. Tivemos até um monge budista, aqui, falando. Tudo isso é um esforço do maior valor, a respeito de que a violência está aí.

GERALDO PEREIRA

Muito obrigado pela intervenção.

Eu apresento agora uma pergunta escrita. “Se o mapa da violência ou algum outro estudo da Unesco aponta as causas da violência (dos homicídios), do Estado de Pernambuco?” César Sampaio indaga a respeito da causalidade.

Com a palavra Juliana Vilar Rodrigues, estudante de jornalismo.

JULIANA V. RODRIGUES

Bom dia. Fiz estágio, como projeto de extensão. Trabalhei o ano passado numa ONG chamada Ausuba, que tem também apoio, de alguma forma, da Unesco.

Nessa oportunidade, passei a conviver com jovens de periferia, mas especificamente na Escola Mardônio Coelho, lá na Bomba do Hemetério. Foi uma experiência de crescimento muito grande, porque antes disso o que eu conhecia da realidade de nosso dia-a-dia, aqui no Recife, não vou falar em Brasil, vou falar o que eu vivo no dia-a-dia no Recife. Era muito pouco, eu via mais nos jornais, nos telejornais como uma boa parte da

nossa população. E eu passei a conviver com eles. E eu vejo uma importância enorme no estudo do professor Júlio. Como base, como ele mesmo falou, para que órgãos responsáveis e órgãos do governo possam se basear, e a partir daí tomar providências.

Eu tenho uma preocupação muito grande porque acho que isso é só uma face da moeda, o problema é bem mais complexo do que só esse lado: os jovens como vítimas. Isso é lógico, deve nos causar um alarde, mas é um lado. Esses jovens, ao mesmo tempo, são vítimas, mas também vilões. E daí a gente poderia passar o dia inteiro conversando sobre todos os aspectos que levam esses jovens a se tornar vilões.

Queria ressaltar e daí depois eu vou fazer uma pergunta rápida para o professor Júlio. É que esses jovens, não são só inimigos, mas são rodeados de inimigos. Nós como classe média, classe alta, vemos isso muitas vezes. Esses jovens, que chamamos até de malas, a gente sente essa relação de ódio, ou inimizade entre sociedade, polícia, temos representantes aqui da polícia. Eles também são vistos como inimigos, muitas vezes, apesar de às vezes, até, a gente ouvir histórias de eles serem aliados ou até mancomunados com criminosos. Mas muitas vezes eles são inimigos, porque têm o papel de usar a força, mas de proteger a sociedade. E que sociedade é essa que está sendo protegida? A gente pode se perguntar.

A partir do momento em que a polícia é vista como inimiga, como a gente vai sanar esses problemas? E como, é uma coisa que tem que ser realmente pensada. A imprensa também tem seu papel, por um lado incita a violência, muitas vezes ganha a partir dessa violência, para se autopromover usa até dessa violência e de como o ser humano vê a violência e gosta muitas vezes. Mas também, a minha pergunta é a seguinte: Como um jovem, o jovem na periferia pode ir lá e comprar na feira de Peixinhos, por exemplo, uma arma por R\$ 70,00. Daí, ele se torna vilão?

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) veio para solucionar um problema, que no Brasil é de muito longe. É que é um problema de direitos humanos que a gente via que crianças e adolescentes não eram protegidos. O ECA veio solucionar isso até um certo ponto, proteger.

Mas, diante disso, professor Júlio, que medidas devem ser tomadas do outro lado, para que o jovem também não se torne... Se ele é vilão, então vai ser vítima a partir disso, porque a sociedade vê como inimigo também. E precisa se proteger.

Obrigada.

GERALDO PEREIRA

Eu queria lembrar aos presentes que devem restringir um pouco o tempo de fala, para cinco minutos. Vou dar a palavra ao professor Edísio da Universidade Federal da Paraíba e, em seguida, ouço Júlio Jacobo.

EDÍZIO FERREIRA

Bom, como foi falado aqui muito sobre a questão da mídia, eu queria sugerir um trabalho que é da Unicef, também com o Instituto Airton Senna, que é a série Mídia e Mobilização Social. É um trabalho muito interessante, um trabalho de divulgação muito bom sobre esses questionamentos que nós fizemos aqui relacionados à mídia.

Retornando um pouco a minha primeira pergunta, que foi feita ao Dr. Jacobo, eu na realidade não questionei, não procurei entender trabalhos que param por conter dados insuficientes. Eu não procurei aqui tratar desse tipo de problemática que todos nós sofremos. Eu mesmo, nos meus trabalhos, tenho a insuficiência de dados, tenho dados duvidosos, mas o questionamento que foi feito na primeira parte não foi realmente este. O questionamento foi a importância que é dispensada aos dados não

tão confiáveis de um determinado ano, comparativamente a dados muito mais confiáveis em outros anos. Isso eu falo porque em conversa com o professor Luís Eduardo Soares, ele comentou que a partir do momento em que ele procurou tratar de uma melhor forma os dados coletados na Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, além da degola, foi dito que havia um acréscimo no número de homicídios, de violência, de seqüestros, naquele momento. Então, a questão de tratar dados de forma igualitária também pode ocasionar um mau uso desses dados. Porque as informações que nós temos em 1980 não são qualitativamente tão bons quanto as que nós temos no ano de 2000, no ano de 1999, por exemplo. Os dados que nós temos recentes do CIM são muito melhores do que os que nós temos de algumas Secretarias de Segurança Pública na década de 1980, ou na década de 1990. Então o questionamento não foi relacionado a essa nossa incapacidade de ter uma totalidade de evidências, mas sim à questão da qualificação desses dados comparativos.

Obrigado.

MARTA SALES

Só uma perguntinha. Meu nome é Marta Sales, eu quero falar enquanto mulher e enquanto mãe.

Há meses, com a novela Celebridade, na Globo, meu filho de 19 anos disse: “Como é que Maria Clara e Laura numa cena de novela, de tapas e agressões, e todo mundo torcendo para que Maria Clara desse aquela surra em Laura”. Eu estava em família, com os meus pais, meus sobrinhos, e meu filho de 19 anos fez essa pergunta: “Cadê o estatuto?” o diretor, autor, o cara que escreveu o texto, eu li no jornal que ele disse assim: “Todos nós queríamos dar aquela surra em Laura”. É só isso, é só uma reflexão enquanto mãe.

Obrigada.

GERALDO PEREIRA

Muito bem, eu vou passar a palavra ao Dr. Júlio Jacobo e, em seguida, devolvo a palavra ao auditório e aos ouvintes da Rádio Universitária, mas também queria insistir com a questão do tempo, solicitando que se restrinjam aos cinco minutos, haja vista inclusive o adiantado na hora. Nós estamos pretendendo terminar ao meio-dia precisamente, esse encontro.

Palavra com Dr. Júlio Jacobo.

JÚLIO JACOBO

Bom, apesar da diversidade das colocações, questionamentos, não vou ter o atrevimento de responder individualmente, que seria impossível, a cada uma das perguntas. Levaria mais do que até meio-dia.

Concentrei, então, quatro focos, pois 90% dos questionamentos giram em torno desses quatro focos. Um foco, as causas. O que está levando a toda a espiral da violência, que fatores estão levando a toda essa espiral da violência?

Segundo foco: todo mundo já está um pouco farto de saber que a situação é violenta no Brasil. Que fazer diante dessa situação? Quais são as propostas, quais são as alternativas, quais são os caminhos?

Terceiro foco: a questão do jovem, que é algo bem preocupante também. O jovem, no mínimo, é vítima e algoz de todo este panorama da violência.

O quarto foco, que tem a ver um pouco mais com a questão metodológica dos estudos, com a questão técnica, de que estudar, como estudar e para que estudar.

Eu não vou responder nessa ordem, certamente, vou tentar.

Vim aqui para falar de um trabalho específico, que se chama Mapa da Violência IV. Os jovens do Brasil. Dois meses atrás, publiquei outro trabalho. Também tinha bastante conteúdo, e se chama Relatório do Desenvolvimento Humano: o jovem do Brasil, todo esse movimento juvenil, com uma proposta que foi acatada pelo Sistema das Nações Unidas, um lançamento internacional. Tenta trabalhar mais com as causas do que com os efeitos. Mas volto a repetir, eu vim aqui para falar do Mapa IV. É meu último filho, gosto do meu último filho, então me concentrei nesse último filho. Penso que tenho muito mais coisas para falar que esse filhinho. Tenho primo, irmão, parente, etc. Por exemplo, poderia falar de uma pesquisa que fizemos em 1996, que se chama:

“*Gangs, galeras, rappers e chegados: jovem de Brasília*”, onde pegamos jovens de conduta desviada. Posso falar de outra pesquisa que fizemos antes com a Fiocruz, que se chama “Os jovens infratores e seus irmãos não infratores”. Tudo isso tem a ver com compor um panorama.

Eu acho que uma manhã não esgota esse tema. Também me concentrei, não sei se bem ou mal, no último trabalho, no Mapa da Violência IV: o jovem do Brasil.

Vamos tentar falar de causas. Estamos lidando, isso em todos os trabalhos, com um fenômeno muito difícil de encontrar: relações causais estritas. Se a gente entra no tema da violência, pensando nas relações causais, o que é ou o que causa a violência, não vamos nos entender muito.

Primeira questão. Quando falamos de violência, não quero sequer falar de uma violência. Há muitas violências e os fatores de produção de determinado tipo de violência são totalmente diferentes. Eu não posso identificar a violência religiosa, a do narcotráfico, de Sorel, a de Marx, que pregava a ruptura revolucionária dos sistemas sociais através do enfrentamento de classes com o ladrão de esquina, que assalta, estupra e mata.

O mundo de produção de tipos diversos de violência é totalmente diferente. Falar de uma violência é meio complicado. O mesmo que identificar falar de violência familiar em relação à do narcotráfico. Não tem nada a ver uma coisa com a outra. A única coisa que tem em comum é o fato formal: há um sistema de agressões à vida, ao patrimônio humano. Fora disso, o sistema de produção é totalmente diferente. Nós pensamos muito em sínteses.

São três níveis de fatores que explica a violência. Não três fatores, mas três níveis de fatores. Um que são os fatores estruturais, em que sobressai fundamentalmente a concentração de renda, a pobreza como foi mantido durante muitos anos. Não temos muita evidência, mas temos uma

evidência em contrário. Não são os Estados mais pobres do Brasil os mais violentos. São os Estados que acumulam riqueza, os mais violentos do Brasil. Não são os países mais pobres os mais violentos do planeta. O que nós comprovamos: primeiro, que há uma correlação relativamente estreita entre concentração de renda e violência. Há uma correlação muito mais estreita, e aí é que vem o grande problema e como aplicar tudo isso, entre o Índice de Desenvolvimento Humano e Homicídios. Ao aumentar o IDH, homicídio é síndrome de país subdesenvolvido de baixo nível de desenvolvimento humano. Quanto menor o nível de desenvolvimento humano, e nós fizemos todas essas associações e correlações com cento e poucos países do mundo. Ao aumentar o nível de desenvolvimento humano, diminui o nível dos homicídios e aumenta o dos suicídios.

No capítulo de considerações sobre as relações, vejamos evidências internacionais. Temos uma evidência. O que significa para nós que países de alta concentração de renda que não oferece um mínimo de proteção social de acesso a benefícios sociais para a juventude são países de baixo desenvolvimento humano. São países em que o jovem ou a pessoa culpa o outro e o mata. Em cidades onde o indivíduo recebe benefícios sociais, desde criança é protegido, etc., não tem a quem culpar. Se culpa, a si próprio, e se mata. Isso, por exemplo, existem países, países onde o índice..., a mim me causou uma surpresa enorme, comprovar que países, onde o índice de homicídios é superior ao índice de suicídios, são exceção. Não somos uma exceção no Brasil. Na Argentina, somos uma exceção. Na Colômbia, somos uma exceção. De 67 países analisados, só em 11 países do mundo a taxa de homicídio do mundo é maior que a taxa de suicídios. Nesses países, ao invés de se matar, alguém prefere matar o outro. É o caso do nosso país. Primeira causa então, primeira série de fatores estruturais: concentração de renda, etc.

Segunda série de fatores que nós pensamos que incidem em tudo isto tem a ver com crises institucionais. Sabemos que as instituições estão em crise; a família está em crise, a política está em crise. Quando você pergunta ao jovem na população, qual o grau de confiabilidade do

instrumental público, você vê que está no nível do chão. Político, polícia, justiça, etc., praticamente não têm credibilidade na população. Se a gente não acredita no público, em quem vai acreditar? O público é quem solicita o sistema das relações sociais. Quem dá sentido, quem dá projeção. Fica o individual, o egoísmo e aquele *salve-se quem puder*, com todas essas crises institucionais. Estamos vivendo num panorama de enorme crise de futuro de nossa juventude. Enorme crise de futuro. Qual é a crise de futuro? Por mais que se estude, não sabe se vai ter trabalho, não sabe se vai ter renda, não sabe se vai poder constituir uma família. Se isso acontece em geral, imagine nos jovens de classe baixa, nos jovens da periferia, que nem estudam, nem sabem o que é estudo, uma condição indispensável para ter acesso ao mercado de trabalho e renda.

Terceiro nível de fator que não temos que esquecer também não, porque a gente às vezes é muito estruturalista e pensa que a estrutura explica tudo. Existem os fatores individuais. Nós fizemos uma pesquisa um tempo, com 150 internos no Rio de Janeiro. Uma pesquisa familiar: 80% dos jovens tinham família, irmão, que de uma ou outra forma, era bonzinho, etc. e ele estava preso. No meu grupo social, na mesma estrutura social e condição de acesso a benefícios sociais, um é malandro e o outro é bonzinho. São fatores também individuais que influem em tudo isso.

Quanto às conseqüências, vou ter o atrevimento de perguntar: é muita pergunta. Que fazer? Eu penso, e não por dever de ofício, não é porque estou trabalhando numa instituição que tem como foco a educação, que penso que entrei nessa instituição porque é uma instituição que se identifica com o que eu penso. Eu penso que a humanidade não inventou a teoria de hoje, salvo prova em contrário, melhor mecanismo de inclusão social que a educação. Eu não encontro nenhum mecanismo. Vou explicar um pouco alegre, ironicamente, porque penso isto. Na década de 1970, temos em Brasília estudos de gente séria e importante, etc. Carlos Langoni foi o primeiro na década de 1970. Em um país de enorme concentração de renda e olhe que o Brasil é um dos cinco países

do mundo que entraram no Seletto clube de índice de concentração superior a ponto 6. Coisa que só outros quatro países africanos como Serra Leoa e Butana conseguiram concentrando renda. O que explica a nossa concentração de renda. Enorme.

Sabe a que conclusão chega? À diferença de educação. Langoni afirma que: “a partir de estudos econométricos, que 40% da diferença de renda da população se explicam por diferenças educacionais”. Eu fiz um estudo, comprovando uma coisa muito simples: entre os jovens cada ano de estudo significa um terço de salário-mínimo de incremento de renda. Um terço. Entre os jovens cada ano de estudo significa três por cento de melhora na chance de encontrar trabalho.

Educação para mim, primeiro, tem um dado objetivo. Segundo, tem vários outros dados. Como Política Social é a única que não se destrói no consumo. Todo o resto da política que eu conheço, se destrói ao não ser consumida. Eu posso dar uma cesta básica. O cara tem que dar uma cesta básica. Eu dou um salário-família, tenho que dar outro salário-família. São todas políticas sociais que se destroem no consumo. A educação é a única política social cujos usos incentivam a propriedade. Terceiro, é intransferível: cesta básica, eu posso transferir; salário, se sabe que é para o dono da quitanda, se transfere renda para o dono da quitanda. Educação, cada vez que eu transfiro para outro, melhora a minha também. Quarto. Eu tenho sérias evidências de que origem e efeito são pertinentes. E tem uma quinta evidência. Paes de Barros tem um estudo publicado, faz dois anos. Através de modelos econométricos, ele comprovou uma coisa: o famoso *espetáculo do crescimento*. Esse tão comentado *espetáculo do crescimento brasileiro*. Ser gerado na condição atual de exclusão social e exclusão econômica, só vai reforçar a acumulação de renda no Brasil. Tem que haver um programa de educação que nivele a condição de acesso à renda, para que haja crescimento sustentado e crescimento equitativo no Brasil. Temos duas alternativas: podemos crescer, sim. Se crescemos na educação, isso é o que afirmam nossos economistas. Crescemos na educação, crescimento concentrador. Crescimento como

educação, crescimento de concentrador. E eu só tenho, que a nossa única saída é a educação. Que temos no Brasil? Temos 20% de jovens, 20% certamente de 15 a 24 anos que não estudam, nem trabalham. Quando nós perguntamos a esses jovens em outra pesquisa, que fazem no final de semana? O jovem não responde sistematicamente nada. Não quer fazer nada. Para fazer nada, tem que fazer alguma coisa. É rua. É boteco. É barzinho. É bebida. É droga. Nessa situação, o limiar, o patamar entre ócio e violência é muito curto. Temos que dar ao jovem outros tipos de alternativas.

Não só fazemos estudos; pregamos com ações. Por exemplo, aqui temos representante de *Escola Aberta*. Temos 450 escolas em Pernambuco, abrindo final de semana para esportes, cultura, lazer. Acabamos, junto com a Polícia Militar, de começar a abrir os quartéis para os jovens em finais de semana. O projeto se chama Quartéis Abertos. Já temos sete quartéis, pensamos em abrir 27, para dar alternativa de profissionalização, de cultura, de lazer, de esporte, etc., para o jovem. Temos cada final de semana muito mais de umas mil pessoas. Não são só jovens. Cem mil pessoas assistindo à escola aberta em cada final de semana. É pouco, sabemos que é pouco. Sabemos que temos que fazer mais.

Dois pontos bem rapidinhos. Um se refere aos jovens como vítimas e como algozes. Nós concordamos. O que acontece, jovens como vítimas, temos muito mais informações, que jovens como algozes. Como se sabe quem matou a quem se só 2% dos inquéritos policiais no Brasil são aprovados pelo Ministério Público, chegando à Justiça e se sabe quem foi que cometeu esse homicídio. A partir de uma amostra de 2%, é muito difícil ter indício verdadeiro de quem matou. Só temos indícios indiretos. No Sistema Penal Brasileiro, praticamente 33% dos detentos são jovens de 15 a 24 anos. E uma evidência só: por que? Porque detento, vocês sabem, só 10% cometeram crimes. É mais fácil estudar o jovem como vítima do que o jovem como vitimado, porque temos mais evidências, mais dados, apesar de que são problemáticos.

A última questão se refere à metodologia de estudo. Não temos muitas alternativas nesse campo, para estudar. Temos pesquisas pontuais, muito bem-feitas como o que se chama em São Paulo, Rio, Belo Horizonte, pesquisa de vitimização. Elas exigem um tempo grande, etc., e pouca gente se anima a fazer. Só temos três cidades, três Estados: Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte, que fizeram pesquisa de vitimização, com as universidades, etc. é uma forma de saber. São muito pontuais.

Sistemas Nacionais só temos dois: um que Luís Eduardo tentou implantar e não deu certo. O Infocer, do Ministério da Justiça, esse sistema baseado nos boletins de ocorrências policiais, que não deu certo. Não deu certo. Por que? Porque nós dissemos que tem subanotação no sistema de informação de mortalidade. No Boletim de Ocorrências Policiais, não regulamentado por lei, cada um inventa como quer. Segundo, já o próprio público não denuncia. Veja em furtos. Nós fizemos uma pesquisa de vitimização e 10% da população ainda dá queixa sobre furtos e só dá queixa no sentido compulsório. Que quer dizer? Roubaram um talão de cheque, tem que levar a queixa para o banco, para sustar o cheque. Aí faz queixa. Se não, não faz queixa porque sabe que nunca vai recuperar.

GERALDO PEREIRA

Delegado de Polícia, do Alto do Pascoal, Dr. Ademir de Oliveira.

ADEMIR DE OLIVEIRA

Bom dia a todos.

Havia anotado aqui um trabalho, que o professor Jacobo desenvolveu, que é o IDH Juvenil, ao qual se referiu agora há pouco, em que ele fez um perfil do jovem brasileiro, nos diversos Estados da

federação, tendo por base os níveis de educação, saúde e renda dos jovens. Trabalho que teve até uma matéria aqui do jornal local. E, me parece, a professora Argentina Rosas também comunga dessa idéia, de que a gente poderia fazer uma correlação entre esse nível de desenvolvimento juvenil e esse índice de homicídios, que coloca Pernambuco numa situação assim tão difícil, no cenário nacional. Nós sabemos aqui pelo IDH juvenil, que Pernambuco ocupa o penúltimo lugar, fica apenas atrás de Alagoas. E isso, certamente, seria um indicativo desse índice tão alto, que nós temos de homicídio.

O que me chama mais a atenção, até pela nossa experiência e agora mais recentemente na Delegacia do Alto do Pascoal, uma comunidade pobre, carente, é que essa falta de perspectiva do adolescente, do jovem brasileiro, o expõe muito fortemente ao aliciamento por aqueles que vivem na criminalidade, principalmente na questão do tráfico. E a gente observa que esse aliciamento se dá nos homens, para o tráfico, e nas mulheres, nas adolescentes, para a prática da prostituição, a exploração sexual por terceiros. Que se dá em suma por uma falta de perspectiva desses jovens.

Eu tive um contato agora há pouco com o padre Vicente Celestino, lá do Alto do Pascoal, e ele, até numa matéria de jornal, cita que uma das coisas que mais impressionam uma pessoa ao entrar lá, é que ele chega a promover cinco missas de sétimo dia por mês, relativas a adolescentes que são vítimas de homicídios. E a gente chega a uma constatação de que esse homicídio se dá, na quase totalidade, em função desse aliciamento do jovem, normalmente pelo tráfico de entorpecentes. E uma pesquisa que ele fez, que foi tema de seu mestrado, na Universidade de Lisboa, é a visão que as crianças do local têm, da violência e das instituições. O senhor se referiu agora há pouco. Nessa comparação, ele chegou à conclusão de que o único espaço de desenvolvimento humano que o jovem enxerga na comunidade e dos serviços que são prestados, está na escola. Não é a polícia, não é o Judiciário, não são as outras instituições, mas ainda é a escola. Digo ainda é, porque a escola também tem sérios

problemas, inclusive ocasionados, até por tráfico, pessoas que rondam as escolas para fazer tráfico de entorpecentes. Mas a gente ainda vê que a criança, o adolescente vê a escola, ou seja, a educação, como uma saída, como uma possibilidade de desenvolvimento humano. Faço essas observações e gostaria que o professor Júlio Jacobo realizasse realmente uma pesquisa, ou um trabalho, em que correlacionasse essas informações, que ele tão brilhantemente levantou nessas duas pesquisas.

Obrigado.

GERALDO PEREIRA

Com a palavra Luís Henrique integrante do PC do B.

Insisto com a questão dos cinco minutos.

LUÍS HENRIQUE

Fiquei muito feliz quando vi ontem nos jornais a notícia desse encontro, mas ainda quando cheguei que vi o professor Geraldo à frente desse debate, com que já tive oportunidade de conversar muitas vezes, quando aqui no DCE da Federal, há alguns anos.

Queria levantar alguns pontos, que foram colocados aqui, por alguns que já falaram.

É certo que a gente sabe que essa questão da violência entre a juventude tem diversos fatores. Foi falado aqui, e mostrado, que especificamente na Rússia, depois do fim do socialismo, que lá existia, foi dado um salto enorme das ocorrências com armas de fogo, dos crimes e

assassinatos. Uma questão que eu venho colocar: será que não foi por causa do crescimento que se deu na Rússia, através da entrada de novas empresas, de novas formas de comércio, a industrialização que por lá chegou, não só lá, mas também na Alemanha Oriental, da mesma forma?

A maneira com que cresce é que atrai a violência. Eu faço um paralelo com a interiorização da violência, que foi falada também. Quando se aumentam as cidades do interior, quando se tem aumento dos pólos, Petrolina, como você mostrou no mapa. Quando se cresce, da forma que se cresce, você atrai a violência. A forma com que falo, como foi falado, eu sou do PC do B, que é a forma desse regime que é o que a gente vive. De culturação do material, dos videogames, onde quem mata mais ganha, e tal.

O senhor falou também outro dado aí, que é interessante. Que a Ásia é um dos continentes onde existem as menores taxas de crimes com armas de fogo. E na Ásia, existem três países: A China, o Vietnã e a Coreia do Norte, que têm duas coisas em comum. São do oriente e são comunistas. Então, não creio que seja só a questão da cultura, que faz com que eles não tenham esses altos índices. Por serem comunistas, é uma questão da concentração de renda, um fator que não atinge tanto quanto aqui no ocidente. Aqui é que eu coloco como um questionamento em relação ao sistema em que a gente vive hoje.

Um outro ponto, que eu vou falar também, que eu queria deixar, é justamente o que falou Juliana, de Jornalismo. O abismo que existe entre os jovens que estão aqui, com a gente na universidade e os que estão lá fora. Eu tive oportunidade, durante estes últimos dez anos, de conhecer diversas camadas da sociedade do Recife e de fora do Recife também, pelo movimento estudantil. A gente teve através de formação de grêmios nas escolas, na Bomba do Hemetério, Beberibe, em Casa Amarela. E a gente teve acesso a encontros com jovens que estão em escolas municipais, estaduais, e outras realidades da que a gente vive hoje. A gente vem tentando fazer através da integração com os DCEs, com os

diretórios acadêmicos e esses grêmios, para que o povo daqui, os estudantes, os jovens daqui, conheçam outras realidades. E que a gente consiga fazer com que eles vejam que não é só isso aqui que existe. Isso é um trabalho grande. E aí, o que acontece? Eu não acho que a gente deve tratar especificamente aqueles jovens criminosos como vilões. Uma coisa que eu queria colocar é o seguinte: Juliana falou que existe o lado vítima, mas também existem os vilões. E aí, eu quero concordar com Ariano Suassuna, quando ele escreve o *Auto da Compadecida*, e perdoa o capitão Severino de Aracaju, porque, na verdade, ele foi uma vítima. E ele ali, naquela cena da série, matou não sei quantos, tinha não sei quantas mortes nas costas, mas no final é perdoado, porque era instrumento do mal. Era vítima do sistema. Acho que a juventude é mais ou menos esse personagem, na nossa vida.

Queria levantar outras coisas, a UNE, anos atrás, levantou a questão do Sou da Paz. Foi uma campanha de desarmamento também, que foi feita, e acho que podia ser aproveitada aquela iniciativa. Eu acho que aconteceu quando cheguei aqui: professor Geraldo falou, que eu vou ficar ao lado da polícia. Se eu falasse muito, a polícia tomaria minha carteira.

Aí eu falei e já foi citado várias vezes aqui, a questão da polícia. E aí, em que pese, a gente quando está no movimento estudantil, faz manifestações e sempre está ali de encontro com a polícia.

Eu acho que da mesma forma que a gente tem péssimos exemplos na polícia, de gente que trai a farda, a gente também tem. Tem que se dizer que não é uma coisa só da polícia. Existem péssimos exemplos na Medicina também. Médicos que dentro de quatro paredes traem o diploma. Engenheiros, como Sérgio Naya, que acabou de ser solto, que fez o que fez com o seu conhecimento. Não é só exaltando esse ponto, que a gente vai caminhar para a frente. Acho que tem que ser, como falou o professor Jacobo, quartéis abertos, escola aberta, educação. E a gente está aqui para tentar colaborar um pouco mais com isso.

GERALDO PEREIRA

Muito bem. Luzia Chaves Costa, pediatra, presidente do Departamento de Defesa da Criança e do Adolescente, da Sociedade de Pediatria de Pernambuco e membro do Departamento de Adolescente. Chefe do Núcleo de Atendimento Multidisciplinar ao Adolescente (Nama), do hospital da Polícia Militar.

LUZIA CHAVES

Nós gostaríamos aqui de registrar, representando os vários setores em que eu trabalho, inclusive a emergência da Restauração. Estou autorizada a representar a chefe da Emergência de Pediatria.

Sobre a questão de como a gente tem no dia-a-dia, como já foi falado aqui pelo nosso colega João, a incidência grande de violência e essa violência tanto estrutural, como também a violência doméstica. Aqui eu quero de antemão agradecer a oportunidade e ressaltar sempre que é um prazer a gente participar desse fórum e parabenizar hoje. Foram muito bem escolhidas as exposições. Eu também, como estou no HR, faço parte da equipe do núcleo.

O que a gente quer chamar a atenção é a importância de utilização melhor do tempo útil do adolescente, aumentando quanto mais, esses finais de semana em escolas e também em quartéis, mas também a gente fazer uma cultura de não-violência. Conscientizar as famílias, especialmente aquelas que estão com um círculo de violência em casa. A gente vê a repetitividade dessas violências e que geram adultos violentos. E a violência só gera maior violência. Há estatísticas mostrando a incidência da violência na utilização de drogas lícitas, como álcool e outras também não-lícitas. A pesquisa foi feita há pouco tempo e aqui em Pernambuco, no Recife, em torno de 70% dos acidentes automobilísticos estão alcoolizados os motoristas, com o uso de drogas, ou associados. E, lembrando, a importância de as famílias começarem a demonstrar maior

afetividade e maior utilização do pequeno espaço de tempo que têm com os filhos. Está havendo um distanciamento, muitas vezes cada casa tem várias TVs, aquelas de nível médio alto e a família não tem mais diálogo, não tem mais oportunidade de conversar com os filhos e orientar.

Existe também a questão da escola, é uma coisa vital, importante, mas a conscientização de educar todos, para exercer a cidadania também com a denúncia. A denúncia não só das agressões sofridas, mas quando souber que tem alguma suspeita ou casos realmente confirmados de violência, para que geralmente aquela criança, aquele adolescente, tenha uma chance de não ter repetições, para não ficarem seqüelas ou até óbitos. E lembrar, como já foi ressaltado aqui, que a incidência maior é os jovens sofrerem violência do que serem violentos.

Obrigada.

GERALDO PEREIRA

Professor Adônis, com a palavra.

ADÔNIS CARVALHO

Primeiro parabenizar Geraldo, mais uma vez. Geraldo, inclusive, se queixou de que quase não vinha ninguém. Olha, tem um público enorme, sobretudo um público muito bom.

E o Dr. Júlio, eu gostaria de saber como se adquire esse livro. Estou muito interessado nisso. Um comentário rápido. A primeira coisa, eu continuo achando que o mal do Brasil é a corrupção. Essa é a base de tudo. Num país em que já se rouba bilhões, porque eu fui de um tempo em que roubar 10 mil réis, a moeda da época que fosse, era um crime sério. De repente o Brasil não tem dinheiro para fazer seus programas fundamentais e sociais, sobretudo sociais, mas saindo bilhões, e bilhões, e

bilhões, de roubalheira, e fica por isso mesmo. Então, a primeira coisa quando se fala em repressão se pensa na polícia. Polícia, claro, pela sua natureza, tem que ser repressora mesmo. Mas se esquece do Judiciário, e no momento em que aparece o Ministério Público muito ativo e está dando um grande presente ao Brasil, já há idéias de suprimir a ação do Ministério Público. Isso é que são as coisas mais lamentáveis que podem acontecer. Na área de polícia, é evidente que quando eu, eu não estou guiando carro atualmente, estou com um problema no joelho, não posso. Mas, quando estou guiando carro e passo pela cidade, vem um policial e me diz que eu passei de velocidade. Isso é uma coisa antipática. Se o sujeito comete uma infração, vem um policial e diz: “Olhe, você está errado”. É uma coisa antipática. Então, por natureza, a polícia não é simpática. Há uma objeção grande, contraste grande, entre a segurança e a liberdade. Onde há muita segurança, as ditaduras todas são muito seguras. Na União Soviética, por exemplo, era seguríssimo, quando havia o estado policial. Mesma coisa na Iugoslávia. Seguríssimo, não havia crimes. Quando a liberdade entra, o crime aparece. Quer dizer, há uma insegurança. Então, qual é o problema da polícia? Eu, pessoalmente, sou a favor de uma polícia forte. Quando digo polícia forte, digo bem formada, bem paga, sem morar em favela. Eu não posso imaginar como é que um policial mora em favela. Na hora em que ele mora em favela, o vizinho dele é bandido e ele passa a ser vítima.

No Rio de Janeiro, o crime organizado já está pagando prêmios a quem matar policial. Se vocês forem ver noticiário do que acontece na rua, a quantidade de policiais, tanto Polícia Militar quanto Civil, não estou falando daqueles que morrem fora do serviço, mas os que morrem em serviço é um número muito grande. E uma das coisas, já que temos aqui autoridades policiais importantes, o que deveria se fazer é o policial que morre em serviço devia ser divulgado isso ao máximo, sair na televisão, fazer um funeral, que não vai ressuscitá-lo, mas um funeral honroso para esse indivíduo.

Sou contra bandido dar entrevista. É um absurdo, bandido bancar o herói, dando entrevista. Bandido não pode dar entrevista coisa nenhuma, não pode nem aparecer. Ele é bandido, enquanto estiver em julgamento não pode nem aparecer. Sou contra fotografias, reportagens com pessoas assassinadas, com corpo exibido, como sai na televisão. É um absurdo uma coisa dessa. Até o bandido que morre, deve ser preservado a imagem dele, do indivíduo morto. Mas nunca mostrar uma vítima de assassinato toda ensangüentada. O pessoal gosta muito daquilo, é um circo. Devia ser proibido completamente, a mídia tem que entender que não pode fazer isso. Como vai se fazer, eu não sei... E o policial, que tem que ser educado, formado, bem pago, tem que ser respeitado pela sociedade. Claro que a atitude dele em geral é antipática, como o professor, o bom professor, pode ser antipático à classe, porque ele exige do aluno, ele pode reprovar o aluno. Então, é muito comum que o bom professor seja antipático. E o professor bonzinho, aquele que aprova todo mundo, que vai examinar uma tese; a tese não presta e ele bota uma nota 10, é o professor bonzinho. Este indivíduo não leva a nada. Então, eu queria propor aos senhores policiais que estão aqui, o seguinte: quando um policial tiver um problema desses, morrer, que seja divulgado que aquele policial foi assassinado em serviço. Isso é muito importante. E impedir que se use a polícia apenas para criticar naquilo que ela pode fazer e faz de errado, faz também.

Temos que evitar isso. Só isso.

GERALDO PEREIRA

Muito obrigado. O Dr. Júlio Jacobo agora me avisou que ao meio-dia tem que sair impreterivelmente, porque vai viajar. E avião não espera.

Peço que se restrinjam ao tempo que pedi, porque já estamos às quinze para o meio-dia.

Wagner Solano de Arander, estudante de Ciências Sociais da UFPE, Direito da Aeso e estagiário do Centro Dom Helder Câmara. Com a palavra. Restrinja o tempo, por favor.

WAGNER SOLANO DE ARANDER

Bom dia a todas e a todos. Eu gostaria de avisar uma coisa que acredito que muita gente já conhece. Que a pena no Brasil é rígida, ou seja, a gente sabe que officiosamente há altos índices de maus-tratos e de homicídios dentro dos presídios: de presos para presos ou de agentes para presos. Embasando-me nisso, eu vejo como um ponto que, já que no Brasil adotamos isso, essa não é uma medida eficaz de ressocialização.

Em outros países, no caso da Alemanha, a pena restritiva de liberdade tem um índice muito baixo, enquanto no Brasil, é muito alto. Por exemplo, pequenos delitos acabam tendo como penalidade a privação da liberdade, ou seja, o indivíduo entra no sistema e em muitos casos, acredito, sai pior. Eu queria saber como Júlio vê essa questão em relação à recuperação do indivíduo, após entrar no sistema penitenciário. No caso do jovem na Funaben. E, eu queria também saber se ele tem alguma opinião formada sobre algo que eu vi em debate domingo, num programa de televisão sobre a lei da palmada. Em alguns países europeus, proíbem. Vêm como um crime o pai bater no filho para educá-lo.

Obrigado.

GERALDO PEREIRA

Senhores, o tempo corre e o avião do Dr. Júlio Jacobo já está se aproximando.

Major da PM, Wilton, comandante da Cipmoto, representando aqui o Comandante Geral da Polícia Militar.

Major WILTON

Bom dia, Dr. Geraldo Pereira, em nome de quem eu saúdo toda a mesa e o Dr. Júlio Jacobo, pelo excelente trabalho, que apresentou.

Não só como comandante de unidade, mas também como coordenador de segurança das escolas de todo o Estado de Pernambuco, o que observamos diante do trabalho do senhor é uma coisa belíssima. Agora, eu gostaria de acrescentar a possibilidade, eu sei que é meio complicada essa situação, mas o apoio da comunidade. Conforme a própria Constituição, no seu artigo 144, ela diz que o Sistema de Segurança tem esse dever, mas todos nós, como cidadãos, temos a obrigação de também participar dessa situação de segurança.

De outubro para cá, até o mês passado, conseguimos reduzir o índice de violência nas escolas, em torno de 61%. Como foi isso? Não foi milagre. O apoio da comunidade. Então, nessa situação em que a gente vem interagindo com a comunidade. No momento em que determinadas pessoas vêm, no caso, depredando, querendo pular o muro da escola, a própria comunidade vem participando, informando, denunciando, não somente através do disque-denúncia, mas também através do 190. E aqui eu conclamo, não somente a todos que se encontram presentes, mas a todos os ouvintes que estão pela rádio, a participar também dessa empreitada, em observar determinadas pessoas estranhas próximas às suas residências, próximas às escolas, ou qualquer outra organização. Porque uma escola ou qualquer entidade pública não é um prédio do Estado, é prédio de todos nós. E isso é o que a gente vem conversando com os alunos. O prédio não é do Estado, é de todos nós. Nós que pagamos através dos nossos impostos. Então, a partir do momento em que a sociedade começar a participar mais: não é saindo para o meio da rua, levando cartaz. Não é isso. É através de uma denúncia. Ligação anônima. Não há necessidade de a pessoa estar se identificando nessa ligação. Até mesmo dentro de casa.

Cito um exemplo, ao senhor. O fato de alguém na comunidade aqui do Detran estar nos repassando informações e ao mesmo tempo a gente lançando policiamento no local. Apenas isso.

Muito obrigado.

GERALDO PEREIRA

Esse negócio do Detran realmente está sério. Eu passo todo dia por ali com muito cuidado e com muito medo. Tomara que a pessoa transmita para você as informações e a gente tenha isso resolvido.

Eu queria informar, autorizado pelo Dr. Júlio Jacobo, que o Mapa da Violência está à venda na Sudene, no escritório da Unesco, no 1º andar, sala 105, por R\$ 20,00.

Palavra com Fabiano de Oliveira, educador da Gesto, Comunicação e Gênero e também da Atos de Cidadania Positiva (ACP), pedindo que restrinja o mais que puder.

FABIANO DE OLIVEIRA

Bom dia.

Trabalho com jovens já há algum tempo. Eu queria comentar um pouco sobre o que a moça da Prefeitura falou, quais são as causas. A gente fala muito das mortes, dos óbitos que ocorrem entre jovens e tudo. Fazemos estatísticas sobre isso, mas não denunciemos as possíveis causas, além das armas de fogo e a forma de violência com que a morte foi cometida. Por trás disso, existem vários outros fatores que levam a essa violência. E, como diria Karl Marx, “Não adianta combater o efeito, sem modificar a causa”. Então, a violência e os óbitos são o efeito, mais existe uma causa por trás disso.

Se possível, eu queria que alguém da mesa comentasse.

Outra coisa também que eu queria. As perguntas são: O que se pensa para combater essa violência? A outra pergunta é sobre a questão dos quartéis abertos. Eu sou articulador cultural também do Projeto Escola Aberta. Com relação aos quartéis, o que me preocupa assim, eu queria um esclarecimento: se os policiais destinados ao monitoramento dos jovens que vão aos quartéis, estão recebendo um preparo para fazerem isso, se eles estão recebendo uma metodologia de trabalho? Porque a questão da metodologia me preocupa um pouco.

Voltando à primeira pergunta, eu queria saber, pois a primeira pergunta é sobre o que se pensa para combater a violência, falando sobre a questão da redução da idade penal. Será que vocês estão pensando alguma coisa em reduzir ou se são contra isso ou a favor. Só.

GERALDO PEREIRA

Fernando Valença, voltando. Eu pediria a Fernando que fosse o mais breve possível.

FERNANDO VALENÇA

Quarta-feira, dia 7 passado, militares, diplomatas, parlamentares, enfim, todos os perfis sociais, políticos e de governo. A sociedade brasileira padece dessa guerra patife, que lhe penaliza causando prejuízos materiais. Executa milhares de vidas, mutila, cega e torna desequilibradas mentalmente mais de 50 mil pessoas por ano, todo ano, desde 1977.

A impressão é de que não há quem não tenha sofrido algum tipo de agressão, por um lado. E ao mesmo tempo, por outro lado, de que não há entre nós quem não tenha nenhum tipo de criminoso, se não vários, compondo o grupo social. Ou então somos todos uns doidos varridos.

Tem cabimento suportar por tanto tempo o recrudescimento da violência como ocorre no Brasil inteiro sem uma reação urgente, demolidora contra essa guerra covarde interminável?

Existe um poder, o Judiciário, complicado, emperrado, cuja finalidade é assegurar o primado do direito. Punir culpados, impedir que ocorram injustiças. Seus membros dispõem de meios para cumprir sua finalidade, no entanto, o povo assiste a um ridículo desmentido em plena luz do dia. Pois há juízes federais comercializando sentenças condenatórias, desembargadores retendo processos durante anos sem nenhum despacho. Ministros sendo apontados como suspeitos de ligações com criminosos. Enfim, uma desmoralização.

Em relação à administração de presídios, ditos de segurança máxima, incluindo quartéis, continuam rebeliões de presos, sempre fazendo reféns. Fugas na cara do policiamento e até saindo pela porta principal do quartel. Na hora em que o direito à vida é agredido como agora no Brasil, com autoridade fugindo ao dever de fulminar esse cangaço, será preciso derrubar o governo, para poder diminuir a violência? Quantas pessoas devem ser assassinadas e quantas vidas arruinadas para a partir daí resolver o problema? Ou é preciso que seja assassinado, mediante uma escala regular, uma autoridade federal, do executivo e um prefeito. Feitos reféns um parlamentar federal e uma autoridade militar. E depois assaltado um ministro do Judiciário e um gerente industrial, um executivo.

Vamos parar com essa conversa mole de que as Forças Armadas não estão preparadas para combater a criminalidade. Elas estão preparadas para combater o que? Para entrar numa guerra? A guerra está aí, estuprando, assaltando, matando. As mulheres, os pais, os filhos de mais de 300 mil membros das Forças Armadas, cujos quartéis estão cheios, esperando as horas passarem, mas parecem aliados da bandidagem. O que não é aceitável. Vamos guerrear, com a polícia na rua, a pé. No Brasil, não se coloca policiamento a pé. É só de viatura.

Criminoso agindo é o que não falta. Mostrem o que sabem fazer. Estamos em guerra. Chega de falar em paz.

GERALDO PEREIRA

Concedo a palavra agora, para encerrar a rodada, ao promotor público Rodrigo Lima, que já ocupou aqui esta tribuna.

RODRIGO LIMA

Bom dia a todos. Acabei de me formar em Direito aqui pela Universidade Federal, com muito orgulho.

Gostaria de fazer apenas duas brevíssimas colocações. Direito Penal, Processo Penal, Criminologia não são minha especialidade, mas o pouco que eu sei disso, aprendi aqui na Faculdade de Direito, principalmente com a professora Dalva Almeida. Ela me ensinou que muitos dos crimes se devem ao fato, não de que a pena seja mais branda ou mais severa, mas sim pela certeza do cumprimento da pena. Por que? Porque o que impera, na minha opinião, o que gera mais e mais crimes é a impunidade. Se houvesse uma maior certeza desse cumprimento da pena, se os inquéritos policiais fossem concluídos com mais rapidez, se o Ministério Público atuasse, já atua bem, mas atuasse melhor ainda, se o Judiciário julgasse mais rápido e melhor, com certeza, na minha opinião, a criminalidade poderia diminuir. Então, a certeza do cumprimento da pena é um fator.

E o outro, seria uma sugestão. Será que se aqui no Brasil, como nos Estados Unidos, as crianças e adolescentes passassem o dia inteiro na escola e depois participassem de esportes, será que isso não ajudaria também? Só isso. Obrigado.

GERALDO PEREIRA

Muito bem. Encerrando, vou só resumir algumas perguntas que foram mandadas, escritas.

Romero Maia, estudante, do Programa de Educação Tutorial, do Curso de Ciências Sociais, fala sobre a questão da juventude e indaga: é possível comparar a juventude entre países cujos intervalos etários que a definem são diferentes? As pessoas da Prefeitura do Recife: Brígida, Andréia, Patrícia, perguntam a propósito do pensamento sobre o endurecimento da punição a jovens. Alberto, do Mestrado em Ciência Política, trata da especialização da violência no Recife. Fala sobre o Ibura como sendo o bairro mais violento e pergunta se é possível saber quantos indivíduos de uma região morrem nela mesmo, isto é, a questão dos residentes e dos não-residentes, como está na informação. Marta Oliveira pergunta sobre as campanhas da educação de trânsito, que foram realizadas de forma meramente repressivas e não foram voltadas para a construção da cidadania. E entre aspas, diz: “Precisamos repensar as políticas públicas, voltadas ao triângulo seguro”.

Palavra com Júlio Jacobo, sociólogo, representante da Unesco aqui em Pernambuco, para encerrar a reunião.

JÚLIO JACOBO

Não queria sair sem me despedir de todos vocês e agradecer pelo convite ao professor Geraldo, aos outros colegas presentes.

Não tentarei responder a tantas perguntas, não vai dar tempo. Simplesmente, gostaria de colocar duas coisas, fundamentais.

Primeira questão, que parece fundamental, é um pouco começar a diferenciar o que é violência do que é crime. Pareceria que falamos a mesma coisa e não falamos. Quando falamos de criminalidade, quando falamos de violência, o que eu construí foi o mapa da violência, não o

mapa da criminalidade. Não tentei entrar no campo da criminalidade. E não é a mesma coisa. Existem violências que não são criminais e há crimes que não são violentos. Não batem necessariamente as duas no mesmo escopo. Por exemplo, eu não digo que o suicídio, que analisei é crime, porque não teria culpados a quem punir, mediante o processo criminal. Nem poderia dizer que o policial, que no legítimo cumprimento de seu dever enfrenta um bandido é um criminoso, porque matou alguém. Não é a mesma coisa falar de crime e falar de violência. Meu trabalho foca a violência, que quer dizer, um sistema de relações entre seres humanos, em que o instrumento que priva e causa dano ao próximo seja individual, ou grupalmente. Se isso é crime ou não é crime é outra história. Eu não entrei nessa segunda parte de história da criminalidade.

Outra questão que gostaria de colocar, é que me chegaram várias perguntas, aqui na papelada. Perguntando sobre o IDJ, o que é esse IDJ, etc.? Nós fizemos isso, preocupados com uma série de trabalhos, e mais preocupados com a pedra no sapato. Fundamentalmente, publicamos um relatório desse movimento juvenil, que contém um índice desse movimento juvenil. Nossa idéia é muito simples: há governos que se preocupam com isso. Há governos mais políticos, etc. E nesse mapa, ou da violência, ou do IDJ, etc., cada dois anos vamos publicar um novo IDJ, comentando o que aconteceu nesse período. O que melhorou? O que piorou? Onde melhorou e onde piorou? Eu não concordo com quem levantou que *ranking*, etc., é problemático. Que quer dizer?

Eu pessoalmente penso que o público, o cidadão, tem direito de saber exatamente no lugar onde mora, quais são os índices de violência, para qual escola está mandando seu filho, que acontece no posto de saúde, etc., etc. Há uma política da *transparência* que, muita coisa do que acontece, pode ser oculta pela falta de *transparência*.

Dê uma olhada. Eu participei do Conselho da Cidadania, extinto, já que não deu muito certo. É um dos pontos que eu coloquei ao longo de dois anos. Qual é o problema para que no Estado de Pernambuco,

tenhamos: primeiro – quantos homicídios acontecem na polícia?; segundo – o cidadão saber, além disso, mensalmente, de todos esses homicídios, quantos inquéritos foram gerados. De todos esses inquéritos, quantos foram encaminhados ao Ministério Público? Quantos o Ministério Público acatou? Quantos ele devolveu para novas diligências, porque a coisa não estava muito clara? Quanto passou para a Justiça? Que aconteceu na Justiça e quantos desses homicídios foram realmente solucionados? Se o criminoso era posto na cadeia, etc., Que quer dizer? Você pode ver qualquer um, jornalista, meio de comunicação, etc., onde está nos gargalos? Quem ou o que está fracassando? E não somente, pois eu boto uma pedra no sapato da polícia, do Ministério Público, do Judiciário. Que quer dizer? Política de transparência. É nesta área onde menos existe transparência. Sabe por que? Porque viemos de uma era em que segurança era motivo de grande segredo. Grande segredo. Pelo menos nos foi vendido, que temos um dos melhores sistemas de informações geo-referenciados na polícia, anunciou-se etc., comprou-se a preço de ouro há três anos, se trouxe equipes de São Paulo. Eu próprio entrevistei essa equipe. Também se trouxe gente especializada, que instalou tudo. Onde está essa informação? Não sei. Não, existe. Porque eu conheço, você conhece? Ninguém conhece, ninguém sabe. Então, realmente tem que haver o mínimo de democracia na informação, seja do sistema de informação de mortalidade, seja no que acontece na polícia. Dê uma olhada.

Eu sei o que acontece com a violência e com a segurança, não a partir do dado do Ministério da Justiça. Não a partir do dado da polícia. A partir do dado do Ministério da Saúde. Não é um contra-senso? Não mereceria conhecer a partir da polícia, que eu confio se mando um dado à polícia. E ter confiança no dado que ela não passa. Que acontece com nossa segurança? Tenho que dar uma voltinha, ir ao Ministério da Saúde, no Sistema de Informação da Mortalidade e tentar ver o que acontece. É uma teoria que cada um, pode ler no jornal. Olha, aumentaram ou diminuíram os homicídios, aumentaram ou diminuíram os crimes, etc.

E que realmente vamos montar uma sociedade democrática e vamos poder controlar como cidadãos tudo o que acontece pelo lado da segurança. Até esse momento, é uma política de caixa-preta. Acho que temos que abrir a caixa-preta.

Muito obrigado. Eu lamentavelmente, tenho que ir embora.

GERALDO PEREIRA

Não vou comentar mais nada. Tinha muito a dizer, mas ia passar dos cinco minutos. Anotei tudo isso aqui, mas vou deixar para a minha meditação à noite, minha reflexão. Muito obrigado a todos pela presença. No próximo mês, vou repetir os convites. E muito obrigado ao Dr. Jacobo, mas também aos colegas da Restauração pela apresentação aqui da Campanha de Prevenção da Violência, Prevenção do Uso de Armas Infantis.

Muito obrigado.

Modelo de Gestão: Propostas e Ações no Enfrentamento da Criminalidade.

JOÃO BRAGA – SECRETÁRIO DE DEFESA SOCIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO

MESTRE DE CERIMÔNIA

Bom dia, senhoras e senhores, a Rádio Universitária AM, emissora da Universidade Federal de Pernambuco, operando em 820 kHz onda média, neste momento passa a falar diretamente do Centro de Ciências da Saúde, do (Nusp) Núcleo de Saúde Pública e Desenvolvimento Social da Universidade Federal de Pernambuco.

Nós vamos, a partir de agora, para mais uma reunião do Fórum Acadêmico Pensando a Violência. Hoje, com a presença do Dr. João Braga, secretário de Defesa Social, que vai abordar o tema, na sua palestra Modelo de Gestão: Propostas e Ações no Enfrentamento da Criminalidade.

Eu repito, para os ouvintes da Rádio Universitária AM, que esta transmissão externa acontece diretamente do Auditório Jorge Lobo, no Centro de Ciências da Saúde, da Universidade Federal de Pernambuco.

Para dirigir os trabalhos, o professor Geraldo Pereira, presidente deste importante Centro e que coordena as reuniões do Fórum Acadêmico Pensando a Violência.

Com a palavra, o professor Geraldo Pereira.

GERALDO PEREIRA

Senhor secretário de Defesa Social, senhores professores aqui presentes, autoridades igualmente presentes e convidadas, meus senhores, minhas senhoras, convidados especiais que aqui estão representando a Sociedade Pernambucana. O secretário de Defesa Social volta para fazer uma exposição como fez aqui no dia 23 de março, a propósito hoje, de Modelo de Gestão: Propostas e Ações no Enfrentamento da Criminalidade. Como é de praxe, ele fará a sua exposição prevista para 35 a 40 minutos e, em seguida, a palavra será facultada aos presentes, com a finalidade de se fazer comentários, indagações e outras formas de intervenção. Essas intervenções devem ser curtas e não devem ocupar mais do que cinco minutos, haja vista a necessidade de se ter a participação social mais e mais e de se contar depois com a palavra do secretário, respondendo e comentando o que ouviu e o que foi falado. Muito obrigado a todos pela presença. Nós estamos hoje fazendo a XXVIII sessão do Fórum e nós vamos ouvir com muito gosto o secretário de Defesa Social, o Dr. João Braga.

JOÃO BRAGA

Bom dia a todos. Eu agradeço ao professor Geraldo Pereira a oportunidade de outra vez estar aqui junto com vocês. Há três meses eu estive aqui e alinhavava nas questões mais gerais as idéias que nós tínhamos, porque naquela época eu estava assumindo há um mês e pouco a Secretaria de Defesa Social. Hoje, as coisas com os seus contornos mais bem definidos e algumas coisas já em execução, a gente volta, é um prazer enorme, aqui a presença de muitos companheiros de trabalho, presença inclusive de novos policiais que estão em formação na academia, o que é importante. Vai ter também o primeiro contato com o modelo de gestão da SDS. Desse modelo, que eu vou apresentar aos senhores e às senhoras, algumas tarefas já estão sendo tratadas. Algumas coisas vão se iniciar ao longo deste mês, mas eu acho que é uma proposta que muda profundamente a forma de agir das Polícias Civil, Militar e Corpo de Bombeiros. E vai nos levar certamente, é uma proposta, não é minha, é uma proposta que foi amplamente discutida internamente na própria SDS, com a participação dos policiais civis, militares e bombeiros, do corpo técnico da própria secretaria. E que ao longo desses seis meses, a gente foi aprimorando, enriquecendo, algumas idéias básicas que nós tínhamos em relação à defesa social.

Ela procura inovar também a proposta, haja vista que todos os Estados, investiram bastante na questão da segurança da defesa social, mas não lograram êxitos do ponto de vista de queda dos índices de violência. Isso foi verdade para todo o Brasil. Não foi só uma questão de Pernambuco. Todo o Brasil passa por esta dificuldade.

Então, tentamos trazer para dentro do programa uma concepção de que o Estado, embora seja responsável, o gestor da política de Defesa Social, ele não é capaz de sozinho resolver essas questões. Ou reduzir os índices de criminalidade. A gente coloca duas questões básicas, que podem contribuir. E é toda a aposta do novo plano. Primeiro, uma

integração ampla das polícias civil e militar. E depois uma intensiva participação da sociedade. Se esses dois pilares não funcionarem, o plano não logrará êxito. Se funcionarem, nós temos uma perspectiva concreta de melhorar e equacionar a questão da violência, obtendo redução dos índices de violência aqui no Estado.

Vamos ver mais ou menos qual é a idéia: Bom, a missão nossa de reduzir a violência e a criminalidade, como eu falei, ela baseia em três pontos básicos: primeiro, essa participação social, segundo, a integração entre as polícias nas suas ações e operações. Essa é a base de todo o nosso trabalho. Para isso, nós precisamos ter um acompanhamento e avaliação sistemática da análise criminal, o que é um problema hoje em todo o Brasil: a credibilidade das informações. Nós conseguimos já fazer toda uma análise de 2003 e estamos com todo o banco de dados, para compararmos com 2004. E 2004 a gente está com muita convicção na informação que está obtendo. Isso é importantíssimo para auxiliar a ação, inclusive conjunta da civil e da militar.

Nós temos vários índices de violência e vamos focar em seis ou sete desses índices, na questão do homicídio, do roubo de carro, roubo de carga, roubo de banco, e assim por diante. E cada uma das circunscrições do Estado vai definir pelos seus conselhos quais são os índices de violência que interessam àquela região, focando resultados. Claro que há vários outros índices de delitos que preocupam a sociedade como um todo. Mas nós vamos dar um foco para reduzir aqueles dez, a sete, oito itens da violência. Aqueles assuntos são mais importantes em cada circunscrição. E depois, uma central de inteligência que a gente está fazendo, que possa usar tecnologias mais apropriadas. Estão investindo muito nisso. E já começou a produzir resultados satisfatórios.

Pela primeira vez, nós juntamos civil, militar e também a Ceres, que é o presídio, numa central única de informações. As pessoas estão se relacionando e têm produzido resultados importantíssimos. Nós temos conseguido informações antecipadamente. Vários seqüestros, assaltos,

fugas, nós já nos antecipamos porque conseguimos resolver com essa articulação inicial. Mas daqui a pouco, todo o Estado vai estar articulado.

Semana que vem, daqui a 15 dias, nós já vamos ter uma reunião com as unidades de inteligência de todo o Estado. A gente vai fazer, bem focada essa questão, bem articulada, para ver se produz informações de qualidade e possa se antecipar a vários delitos que vão ser cometidos. A outra coisa é a nossa preocupação é com a questão do presídio.

Vocês sabem que nessa reforma que o governador fez, ele trouxe para dentro da SDS os presídios. Foi uma carga maior que nós ficamos para gerenciar, mas tem dado já alguns resultados interessantíssimos. E esses programas de re-socialização, a gente não pode perder de mente, porque essas pessoas que saem dos presídios sem nenhuma oportunidade de trabalho e perspectiva de sobrevivência, a facilidade da reincidência é muito grande. E a reincidência no Brasil é espantosa. Então, é preciso trabalharmos, nós temos trabalhado, nós temos também dirigido, na questão do presídio, sobretudo a questão da alfabetização, da aceleração da escolaridade, formação e qualificação profissional e trabalho dentro dos presídios. Em alguns estabelecimentos prisionais, já estamos chegando a 80% dos detentos trabalhando. Isso é uma longa caminhada, enfrentando uma série de preconceitos, inclusive de empresas da sociedade que não percebem que este tipo de trabalho é importante.

E como é que se daria nos dois eixos, participação e integração policial? Como é que se daria a participação da sociedade? Primeiro, o Conselho Estadual da Paz. É um conselho em que o Estado é amplamente minoritário. O professor Geraldo Pereira é quem preside o conselho. Aqui da Universidade, Jorge Zaverucha também foi chamado para participar do conselho. É um conselho que tem 35 membros, podendo até aumentar, dependendo da decisão do conselho. O Estado só tem sete membros. Nós somos amplamente minoritários.

Esse conselho vai se reunir uma vez por mês para acompanhar os índices de violência, saber os acertos, os erros, os tropeços que nós

cometemos, mas também verificar os avanços que nós produzimos. Isso é uma relação ampla com a sociedade. Isso em nível de Estado. Em nível de cada circunscrição, já estamos criando os conselhos de paz. Cada circunscrição do Estado vai ter o seu conselho. Mesma coisa, com um desenho parecido com o Conselho Estadual. Participam em nível de município: a Polícias Civil, Militar e Bombeiros. Participam também a prefeitura e outras como a Câmara Municipal, o Ministério Público, o juiz da cidade. Participarão também o Lions ou um Rotary, uma OAB se tiver lá, uma universidade se tiver no município, associações de idosos, associações, sindicatos. Quer dizer, quem define esse perfil é a própria população. Isso todos os meses também vão se reunir a partir de outubro. Vai ser obrigatório. Essas reuniões são obrigatórias. Eles produzem um relatório que já tem um predesenho do relatório, para que a gente possa também daqui acompanhar a evolução de cada município. Conselho de Paz. E esses conselhos vão estimular os colégios, os condomínios, qualquer coisa. E quanto mais gente tiver pensando na cidade, na cultura da paz, melhor será.

Ouvidoria 24 horas. Vai ser ligada inclusive ao Conselho Estadual. Ouvidoria. Você foi atendido ou não foi atendido devidamente pelos nossos órgãos operativos? Liga para a Ouvidoria. É importante que a sociedade, que a própria polícia saiba da qualidade do atendimento que a gente está prestando na ponta.

Programas preventivos, isso é importantíssimo. Vou dar informações para vocês. A polícia, sobretudo a militar, trabalha solta. Trabalha muito com esses programas preventivos de combate às drogas. É nosso principal problema hoje.

Se você pega, por exemplo, a questão de homicídio, você vai observar que 70% deles aqui na região metropolitana estão ligados a drogas. São jovens de 17 a 21 anos, ou adultos jovens de 21 a 34 anos que morrem todos os dias na conta da briga de *gang*, disputa de ponto de tráfico, queima de arquivo e assim por diante. Claro, isso também

demonstra a falência das políticas públicas para os jovens. Aqui na região metropolitana, só aqui, nós temos 43 mil jovens que estão fora da escola e de qualquer programa de trabalho: 43 mil jovens na idade de 17 a 21 anos fora da escola e sem nenhuma atividade produtiva. Isso, claro, dá o caos que a gente está vendo aí. E nós ficamos como enxugadores de gelo. Quer dizer, essa é a tarefa. Falta em nível nacional um programa para a juventude, um amplo programa, que possa absorver essa juventude, possa criar desenhos de futuro diferenciado do que eles têm hoje. E esse povo sem desenho, sem futuro, sem projeto, começa a trilhar os atalhos do crime, da criminalidade, morrer cedo, a ir preso cedo.

Basta dizer que quando você visita um presídio desses, sobretudo esse Cotel, que é a entrada dos presos no sistema penitenciário, o sentimento que você tem é que está numa escola de segundo grau, haja vista que você não encontra lá pessoas de cabelo branco, pessoas com rugas na testa. São jovens, jovens entre 18 e 25 anos que lotam os presídios aqui, pernambucanos.

Telemarcativo: a gente vai implantar isso só no ano que vem, quando esse trabalho tiver mais desenvolvido. Telefonou, você volta para ver se tem uma resposta correta. E esse 190 vai ser realmente daqui para o final do ano, o grande diferencial.

Veja esses dados, que impressionante! Hoje, ainda hoje, já começou a diminuir. Mas em junho foi a última vez que eu medi, o tempo de resposta média por 190 é de hora e meia. Quer dizer, você liga e daqui que a polícia chegue, você tem esse espaço de hora e meia. Médio. Ou seja, em média, você não resolveu nenhuma questão, em média. Nenhuma emergência agüenta uma hora e meia. Então, se em média é uma hora e meia, nenhuma questão foi resolvida na média. Isso tem que mudar. E a gente já começou a mudar em alguns bairros, de uma forma impressionante. A nossa meta é audaciosa. É chegarmos a dezembro em dez minutos. Em dez minutos a ligação do 190. E eu acho que dá para chegar, senão em toda a região metropolitana, mas em boa parte dela.

Então, nós vamos trabalhar isso com muita determinação. Primeira coisa: vamos fazer aqui, digamos, um convite para a universidade. Vamos pré-cadastrar as pessoas no 190. Quando Geraldo Pereira ligar, ele não tem que dizer que é Geraldo Pereira, que é professor da Universidade, que é presidente do Conselho da Paz Estadual, nada disso Geraldo Pereira tem o número dele, tem uma senha e ele ao ligar a informação dele é tida como válida. Não tem que ser checada e vai exigir uma operação policial. Ou seja, um deslocamento de uma viatura para a informação que ele está dando.

Por que isso? Hoje nós recebemos diariamente 22 mil ligações no 190. Seis mil são trotes. Então, 25% das ligações são trotes. Depois, as ligações às vezes são por besteira. Não são ocorrências policiais emergenciais. A maior parte, às vezes depois das 10h da noite, é de som alto. É perturbação ao sossego.

Então a gente está dando um trato diferenciado para cada uma dessas questões. Para realmente ficarmos com a atenção especial em cima da emergência policial. É a tentativa de estupro, é a invasão a domicílio, é a perspectiva iminente de um tiroteio, de uma morte e assim por diante. E depois, a gente já conversou com as grandes parcerias na sociedade.

Nós fizemos agora um projeto, que pode ser montado aqui para a universidade, que tem um êxito absoluto, que é uma parceria simples, feita com o Cecov, não nos exige volume de recursos, apenas uma estrutura mínima que a gente está dando aos policiais, que é a implantação de rádio-comunicação nas portarias de edifício.

Imaginem que o Recife deve ter cerca de 3 mil ou 4 mil prédios. Esses prédios têm os seus porteiros, que já são pagos pelos prédios. O que é que nós fizemos? Treinamos esses homens, ou essas mulheres, e ao serem treinados eles ficam com a possibilidade de uma comunicação direta com a polícia do bairro. Primeiro, o policial os conhece. Eles conhecem os policiais, porque foram treinados numa mesma sala. Nós demos um curso de 12 horas, quatro horas para bombeiros, quatro para a

Polícia Civil e quatro para a Militar. E esses homens ficam treinados. E depois não ficam sós. Quando alguém, numa rua, vê a presença estranha de uma pessoa ou com atitudes suspeitas, ele liga para o porteiro vizinho e todos ficam acompanhando. João fala com José, fala com Joaquim, fala com Rita, fala com Antônio, e assim por diante. E se eles notarem que a questão é mais séria, eles mudam o canal do rádio e este canal começa a falar diretamente com o policial que está comandando o bairro. Isso tem sido um sucesso absoluto, onde nós implantamos. Nós já implantamos em Piedade e em Candeias. Treinamos e testamos por 45 dias. Obtivemos um ótimo resultado. Onde nós implantamos você reduz a quase zero a invasão a condomínio e baixa muito o conflito de rua, porque na rua mesmo uma senhora é roubada, ou há uma confusão na rua. Há uma comunicação direta e instantânea, com credibilidade, não precisa ser checada, porque quem está ligando é uma pessoa que faz parte do esquema de comunicação da polícia.

Começamos agora a implantar nessa área-dois do Recife, que vai de Campo Grande até Iputinga. Espero que, daqui a mais uns dois meses, todas essas áreas daí, já estamos hoje com 850 pessoas listadas para o treinamento pela polícia. E acho que mais uns 15 a 20 dias, as pessoas já estão recebendo os rádios e já estão fazendo esse conjunto de equipes, que se comunica com a polícia.

Amanhã eu vou a Brejo da Madre de Deus e a Santa Cruz do Capibaribe, vamos inaugurar lá um outro projeto interessantíssimo: é na base da comunicação, porque não são apartamentos, nem há os vigilantes. Qual a idéia? A idéia é um telefone celular, uma idéia simples, mas com efeito realmente que eu acho que vai ser o maior instrumento da nossa luta contra a violência aqui em Pernambuco. Vai ser essa idéia agora, que eu vou contar para vocês.

Nós vamos entregar um aparelho de telefone celular a quem está na viatura daquela região, no interior. Mas também aqui na capital vai ter isso.

A população local vai se cadastrar, para ter acesso àquele telefone. Aquele telefone é bloqueado, ele só recebe ligação das pessoas cadastradas. Quem está lá cadastrado é o juiz do local. Aquele telefone só recebe aquelas ligações. Ele fica bloqueado para qualquer outra ligação. E só liga para o superior ou o subordinado e a Polícia Civil. Ele é bloqueado.

Então, o telefone não pode ser de uso pessoal. Não serve para gente namorar, contar fofoca, é um telefone de uso exclusivo da polícia. E para os cidadãos que querem se relacionar com a polícia, nas horas de emergência. Imagine se em toda a cidade eu tenho isso, em Pernambuco. Se em cada bairro aqui do Recife, da região metropolitana, eu posso ter isso. E aquele celular fica com o sargento ou com o tenente que está ali no comando daquela viatura. No bairro da Mustardinha, vai ser o primeiro a ser lançado aqui.

Então ele chega em três ou dois minutos em qualquer evento. Porque ele é de uso exclusivo da população de Mustardinha. O bandido da Mustardinha não vai usar porque não tem acesso: ele é bloqueado. É bloqueada na própria operadora. Aí eu faço Mustardinha, depois eu faço Mangueira, depois Vila São Miguel, Ipiranga, aí vou para o Barro, para a Estância, vou entrando. Daqui a pouco cada cidade ou cada bairro de cada cidade de Pernambuco vai ter um instrumento desse, de fácil acesso da população. E o que é que significa? Você começou a limitar os espaços do bandido. Ele vai ficar sem espaço para trabalhar. Como hoje não tem nas áreas residenciais que têm edifícios, e nós implantamos.

A mesma coisa nós vamos cadastrar qualquer que seja as pessoas no 190, como eu já falei para vocês. Essas pessoas pré-cadastradas vão ter acesso. Então imagine que daqui para o final do ano, nós tenhamos 50 mil pessoas no Recife, cadastradas no 190.

Eu tenho o *Big Brother* da cidade. Em qualquer canto que acontecer, tem algum cidadão de bem que está pré-cadastrado no 190. Que ao ligar para o 190, a sua informação é válida. E esse pré-cadastramento vai ser

feitos por entidades. Para haver o controle social da própria comunidade sobre quem está cadastrada. A universidade pode cadastrar. As próprias associações mandam para a gente, a partir agora de uns 15 a 20 dias. Vai sair uma propaganda na mídia, convocando a população para isso, dentro de uma perspectiva. Nós, na nossa população, 1% é delinqüente, 99% são pessoas de bem. A postura de refém-passivo da sociedade não contribuem nada. A gente pode mudar o jogo, se nós nos articularmos. Esse é o ingrediente da nossa política de segurança. Vamos dar os meios de comunicação ou de participação da sociedade, para que a gente vire o jogo.

Nós pertencemos aos 99% da população. Não podemos ser reféns, a não ser que sejamos os reféns passivos desse procedimento. Se a gente vira o jogo, a gente vira também os espaços onde a gente tem o direito de ir e vir, e não o bandido estar dando a regra.

Então, eu acho que isso é essencial. E vai mudar um pouco, ou muito talvez a história da violência aqui em Pernambuco.

Outra coisa aqui que eu acho muito importante isso, por isso me prolonguei. Outro ponto é a delegacia interativa. Hoje a polícia tem poucas, eu não sei avaliar quanto, mas eu digo muitas das ocorrências policiais não são informadas à polícia. Porque não quer ir à delegacia, você acha constrangedor ir à delegacia. Nós temos a perspectiva de quase tudo ser feito via internet. Já está acontecendo isso, vamos ampliar mais ainda agora, até para furto de veículos. A gente quer ver se a grande maioria das ocorrências, você pode fazer pela internet. Não somente quem tem computador, mas em qualquer computador da sua área de trabalho, você pode fazer sua notificação.

O interesse nosso é que quanto mais você tenha notificação e em face da notificação já sai a certidão válida como resposta do próprio computador dele.

Então, é uma forma interessante de você cada vez mais ter informações das ocorrências policiais. Porque muita gente não informa, e a gente fica com as estatísticas vulneráveis. Vamos falar das brigadas de bombeiro.

A gente está dando aqui um apoio muito grande a bombeiro, fizemos uma reestruturação dos bombeiros, até às 11 horas hoje eu tenho uma solenidade lá dos bombeiros, mas a gente quer ver se expande lá para o interior, e onde nós não tivermos brigadas de bombeiro, criar um sentimento de prevenção nas comunidades, através de brigadas voluntárias de bombeiro.

O disk denúncia, o 190 é informação para uma emergência policial. A denúncia é disk denúncia. Aqui a gente bina, aqui a gente não bina. Aqui a gente sabe quem é, aqui a gente não sabe quem é.

A denúncia não é o 190. a denúncia há de ser feita pelo disk denúncia, para que a gente preserve a identidade de quem quer denunciar.

O gabinete de gestão integrada, que é uma articulação nacional, estadual e municipal. É uma coisa também importante, que tem me dado muita tranquilidade agora foi quando nós criamos aqui o princípio da permanência para delegado de polícia. Hoje ninguém manda, hoje tem uma polemica no jornal, porque pediram para tirar um delegado, eu não tirei o delegado. Acabamos com isso. Hoje o delegado tem mandato. A partir do dia 11 de julho assinei uma portaria que o delegado só sai da delegacia sob sindicância. O que deu a ele autonomia.

Tive muitas dificuldades, de 11 de julho pra cá. Foi quando saiu a portaria. Que muitos políticos, prefeitos do interior, por conta das eleições quiseram mudar delegados. Eu não mudei. Tinha uma portaria e não podia romper a portaria. Isso foi muito bom, isso é salutar. Dá mais confiança ao profissional que exerce a sua atividade lá de delegado de polícia, e ele sempre foi um joguete na mão dos políticos aqui. Toda a história, sempre foi um joguete. Muito embora os meus antecessores na

gestão de Jarbas também já caminhavam por essa perspectiva, mas nós tínhamos muita dificuldade ainda. Então a partir de agora tem mandato, só sai sob sindicância e foi muito importante que isso acontecesse até num ano político, que me evitou muitas dificuldades.

E os programas de re-socialização, eu já falei.

Aqui a Rádio Universitária está transmitindo. Pediram para eu fazer sempre esse comentário. É importante esse debate via Rádio Universitária.

A outra coisa que nós falamos, da participação popular, social. E agora da questão da integração das policias.

Em qualquer nível, ou estratégia tático-operacional, que nós dividimos o estado, nós colocamos em qualquer nível, que foi dividido em cinco territórios, 26 áreas, 217 circunscrições.

Em qualquer instância você tem um oficial da Polícia Militar e um delegado responsável ou um oficial também de bombeiros.

Então nós fizemos que a gente chamou de compatibilização das áreas. As áreas eram assim, cada um tinha sua área de atuação. A gente fez isso, montou. A mesma área do bombeiro é a mesma área da civil, é a mesma área da militar. Com essa área única nós podemos fazer comandos únicos, que a gente já tem hoje. Isso é verdade até a partir de 11 de julho; a implantação com suas dificuldades naturais, de uma reforma grande que está sendo produzida. Mas nós aqui produzimos uma possibilidade de você ter a responsabilidade individualizada.

A possibilidade de você ter a responsabilidade individualizada em qualquer instante agora eu sei quem é A, B e C que dirige aquela região. Isso é muito importante. Não é só o secretário, não é só o comandante de A, de B e de C. são todos responsáveis. E a gente está preparando agora um documento muito bom, com os nomes de todos os responsáveis com os seus telefones, sua forma de acesso, os dias que ele tem que reunir com

a comunidade, para que cada vez mais o povo possa se integrar no trabalho com a polícia. Para isso, nós tivemos que mudar o quadro. Você veja que o quadro funcional, a forma funcional de gerenciamento da polícia. Você veja que aqui eu tenho os mesmos níveis da civil e da militar.

Se aqui eu tenho cinco caixinhas, aqui eu tenho cinco caixinhas; se aqui eu tenho seis, aqui eu tenho seis.

Nós demos a mesma compatibilização na estrutura, o mesmo nível de, isso também para bombeiro. Bombeiro é mais leve porque ele não tem a estrutura tão pesada como tem a polícia Civil e Militar, mas permanece o mesmo princípio, o mesmo nível de hierarquia.

Isso é muito importante porque a gente conseguiu com isso fazer essa divisão, que vocês vão ver como é interessante, que nós começamos aqui pra fazer essa compatibilização, nós começamos com aquela divisão clássica de território, capital, metropolitana, agreste, mata e sertão. Mas digamos, pegar a capital. Aqui da capital você pega uma região como a capital e divide em cinco áreas. Eu tenho 26 áreas e 217 circunscrições. E cada área dessa aqui, área dois, três e assim por diante, ela é dividida em circunscrição. Cada um com um oficial da Polícia Militar e um delegado responsável. E aqui dá, você que tem acesso à internet, se quiser saber quem é Roberto Carvalho, bote aqui: Roberto Carvalho. Tem o currículo dele, do Jardim, que é nosso delegado. E a mesma coisa para o bombeiro que está respondendo. Se você quiser ir mais adiante, qual é essa área aqui? Área quatro. Quem trabalha na área quatro é o Paulo Lapenda. Também tem o currículo dele. Tem também o Coronel Adilson, da Polícia Militar. Então, todas elas, até o nível de circunscrições a gente faz isso.

Então, a informação que tem mais a população para saber quem é realmente seus gestores. Tudo vai estar disponível, tanto em documentos próprios da secretaria, como também na própria internet.

A idéia básica é que a gente faça também um sistema de informação. Ainda está montando isso, que é de suma importância, de avaliação de resultados. Isso vai ser inclusive gerenciado parte dele pelo próprio Conselho da Paz, que vai ter todas as informações para fazer seus relatórios, procurar cada mês chamar e convidar um membro da Polícia Civil para explicar melhor o que está acontecendo. Se existe na área quatro um aumento da violência, de roubo de carro, por exemplo, ele chama o delegado de roubo de carro, chama os dois chefes da área quatro para discutir com eles o que é que está fazendo. Ou, se ele não sabe o que está havendo, como é que vai ser investigado e comparar aqueles dados com próximo mês. Vai saber que o que nós fizemos foi correto.

Quer dizer, entrosa a comunidade junto com a polícia. Claro, dá mais poder de fiscalização por parte da sociedade, mas isso é bom para o trabalho da polícia, mas também permite que a polícia coloque para a própria comunidade as suas dificuldades e as suas limitações, às vezes de ordem financeira, às vezes da ordem de equipamentos, de estrutura, que às vezes não dispõe, porque nós somos como um estado pobre, um país pobre, sobretudo que tem muita dificuldade.

Essas reuniões mensais são um instrumento de controle externo e depois que possa fazer esse planejamento de operações comunitárias, como foco em situação de risco. Então, o povo é quem vai dizer. Eu quero que esse item aqui, olhe, lá em Bezerros, o roubo de gado é prioritário. E aqui não é, no Recife. Mas em Bezerros, é. Então esse foco que é dito pela própria comunidade vai prestar um grande trabalho.

Vamos trabalhar assim. Aqui é o indicador de homicídio do ano passado. Foram 4.503 homicídios. Vamos trabalhar. Esses dados todos estarão na internet, já estão sendo colocados.

A maior transparência possível. Eu fui à reunião recentemente com colegas meus de outros estados. Há realmente uma grande confusão de informações. Muitos estados estão sonhando informações. E a gente está expondo as informações.

Eu não quero ser campeão da sonegação de informação. Eu queria ter informações corretas e que pudesse ao longo dos meses verificar o perfil desses índices de violência do estado. Eu posso lhes assegurar que de janeiro a julho, nós tivemos uma redução em média de homicídio, que chega a 16%, 15% basicamente.

O mês de agosto a gente não compreendeu ainda e não está dando uma redução sensível. Vai ficar em 2 a 1%. Talvez nem isso. Não sei se foi a questão eleitoral, houve um acréscimo de mortes no interior e me parece que a gente não vai ter esse mesmo índice de redução que a gente tinha tido de janeiro até agora. Eu estou achando que foi o clima eleitoral. Tanto é que estou pegando já, tentando ver se pego dados corretos, de agosto e setembro de 2000, quando houve eleição, para prefeito, para saber se também houve algum acréscimo de violência naquele mês das eleições municipais. Ao mesmo tempo, houve olimpíadas, muita gente mais nas ruas, se divertindo. Então, a gente viu que este mês a gente vai ter uma redução muito pequena, não vai acompanhar a média das reduções que nos tínhamos tido até então.

O importante é isso, é que cada circunscrição tenha a coragem de fazer isso. Bota homicídio, com seu dado certo. Estipula uma meta, cada ano. Você pode achar que é pouco 20%, mas se a gente conseguir 20% aqui, são quase 900 corpos a menos no final do ano. É uma vitória. A gente não pode comemorar, porque é muito alto ainda você ter 3.500 corpos, mas de todo jeito é uma vitória. Quem sabe se a gente não tem 3.500 este ano, não vai ter 3.000 no outro, dois mil e tanto no outro e vai baixando isso.

Nós temos um problema sério, que já falei para vocês, na questão do homicídio. Essa vinculação dos jovens a drogas. O interior, o sertão. O sertão está muito bom. O sertão deu uma queda vertiginosa em todos os índices de violência. Os homicídios no sertão estão baixando de uma forma espetacular. Não acompanhado na mesma velocidade pelos agrestes. Porque no sertão já foram dizimados os grupos de extermínio

quase todos. Nós prendemos recentemente vários deles. Estamos prendendo agora no agreste um grupo grande de extermínio que envolvia inclusive um grande comerciante, envolvia policiais civis, sete policiais militares. Estão todos presos. O que já deu uma queda interessante nos índices de homicídio no agreste. Quer dizer, a gente já começa a ver essas quedas no agreste. Caindo de uma forma até vertiginosa, o que mostra que esse grupo tinha uma influência muito grande nos homicídios naquela região. Carro roubado, que é muito alto aqui ainda. Já começou a diminuir. Em Boa Viagem que a gente começou a fazer o cerco, já teve uma redução de 40%. Mas o bandido migra, você aperta aqui, ele corre para lá. Você tem que fazer o cerco permanente e constante. Assalto a ônibus, nos tínhamos sete por dia, a gente está na base de 3,5 hoje por dia, muito embora esse assunto mereça todas as manchetes do jornal de todos os dias, nós somos uma das capitais de região metropolitana menos assalto a ônibus no Brasil, se comparado com Fortaleza, com a Bahia, com Salvador, quer dizer, com esses estados que têm mais ou menos o mesmo, assim parecidos com Pernambuco em dimensão econômica e também populacional. Nós temos um menor índice de homicídio, de assalto a ônibus. E esse 190, que é o que a gente mais almeja, é passar isso de hora e meia para 10 minutos até dezembro.

Agora veja, isso aqui cada região vai fazer esse tipo de painel e vai acompanhar as intervenções. Por isso que eu disse: em Bezerros, vai ter o roubo de gado; em São Francisco, vai ter o roubo à fazendinha lá do Vale São Francisco, que está muito alto. E em algumas regiões vai ter o problema da maconha, do plantio da maconha. Aliás, está quase se acabando aqui em Pernambuco, graças a uma parceria da Polícia Militar, sobretudo com a Polícia Federal. A gente está a cada três meses fazendo uma operação no interior. A gente arranca quase tudo que tem de maconha plantada. Isso a gente faz sistematicamente, de três em três meses quando a plantinha cresce, está na hora de ser tirada. Nós entramos numa parceria com a Polícia Militar de todos os estados e fazemos uma

grande erradicação de pés de maconha. Isso tem produzido uma queda muito grande na violência daquela região.

Então, veja, os índices não ser feitos por cada circunscrição e nós vamos acompanhar com a Polícia Civil e a sociedade o percurso desses índices de violência para avaliarmos sistematicamente o poder das ações que estamos enfrentando.

Por fim, é exatamente isso que a gente está pensando. Repito, 1% da população pernambucana é delinqüente, 99% da população pernambucana são pessoas de bem. Se nós tivermos a capacidade, e vamos ter, de nos organizarmos, de nos reunirmos. O Brasil já foi capaz de promover campanhas memoráveis. Já houve uma campanha de ouro para o bem do Brasil, já houve uma campanha de o petróleo é nosso, que todo o povo se mobilizou, já houve uma campanha das diretas. Foi uma grande mobilização. Já vimos uma campanha de impeachment, que foi outra grande mobilização. Por que é que o povo não tem capacidade de fazer uma campanha pelo seu direito de viver em paz, com segurança e com harmonia? Pode ser feito.

Agora, repito, nós temos a responsabilidade da gestão da política de segurança de Pernambuco, ou do estado, mas nós somos incapazes de dar saltos de qualidade, se nós não obtivermos o apoio da população. E vamos ter, o que a população não pode é entrar num processo de participação e ser frustrada da sua participação. Mas no primeiro programa que nós fizemos da participação que é o Rádio Comunicação, nós não frustramos a população. E Josele que está aqui presente, com Marcos Coelho, estão começando agora a implantar em toda a região norte a oeste da cidade. São 23 bairros que nós queremos conseguir dentro de um mês essa marca de dez minutos. E vamos conseguir, porque a gente está se articulando. O povo está se articulando. Somente ontem tinham inscritos, para ser treinados 850 zeladores, imagine! Só ontem já tinham 850 zeladores inscritos para ser treinados, para esse processo de rádio comunicação que o povo está participando, através dos

condomínios. E quando nós lançarmos esses outros caminhos agora, com o apoio da mídia, que é o 190 pré-cadastrado, o telefone celular também bloqueado, etc., com os telefones bloqueados, eu acho que a gente vai dar um avanço grande, e sobretudo finalizando com esse trabalho em parceria com a população, que são os conselhos de paz, tanto em nível de estado, como em nível de município. Essas coisas acontecendo, creio eu que a gente vai dar um salto de qualidade na gestão da política de segurança do Estado de Pernambuco. E vamos obter, já em breve, uma redução vertiginosa em todos os nossos índices de criminalidade. Muito obrigado.

GERALDO PEREIRA

Muito obrigado ao Secretário de Defesa Social, Dr. João Braga, pela exposição que fez e pela clareza com que apresentou o assunto, a temática. Acho que ficou muito claro para todos que o Estado sozinho não pode resolver a questão, segundo constou da exposição do secretário. É preciso existir, além da integração das polícias, a participação ativa da sociedade. Participação que já está se dando através de um Conselho Estadual da Paz e que eu estou presidindo. No conselho há uma representação de governo, mas há, sobretudo uma representação da sociedade. Talvez falte um pouco naquele conselho a representação de certas e determinadas comunidades, que são periféricas e vítimas da violência, talvez mais do que a classe média.

O estado foi dividido, como mostrou em circunscrições, e os gestores têm mandatos. É importante também que os gestores tenham mandatos. É importante também que os gestores tenham mandatos porque dessa forma podem exercer a atividade de gerenciamento sem o risco de que os políticos, sobretudo no interior, possam mexer com essas autoridades assim colocadas.

Muito importante também esse acompanhamento da informação e a questão da avaliação. Eu acho que é uma forma também diferente de

administrar, na medida em que se planeja, são determinadas metas e a avaliação se dará agora pelo Conselho da Paz, mas também pela população.

Acho que é importante a população participar e vem participando através do conselho, como eu disse, mas também através da integração de alguns edifícios ao sistema de rádio.

Eu tinha anotado aqui para indagar a respeito da integração também das comunidades periféricas, mas ouvi aqui claramente, inclusive o exemplo da questão de bairros periféricos da Mustardinha, por exemplo, que podem se integrar com líderes comunitários ou outras pessoas selecionadas, que tenham acesso ao 190. Infelizmente muita gente liga para o 190 e é trote. É lamentável! Eu não sei como é que as pessoas têm coragem de fazer isso. Seja pelo receio de serem punidos, seja porque é um dono social muito grande fazer essas coisas.

O cadastramento de pessoas, de pessoas reconhecidas da sociedade e de pessoas de todo o lugar do Recife, que possam dar uma informação, solicitar a presença da polícia, sem que estejam mentindo, sem que estejam dando trote.

Vem sendo experimentada uma queda. Eu acho que talvez essa queda precise ser mais bem analisada especialmente sob o ponto de vista estatístico, analisando-se a valia da significância estatística disso.

Eu já disse na primeira sessão do Conselho da Paz, que a universidade com toda a certeza colaborará e contribuirá no sentido de cálculo preciso dessa queda, para julgar se isso tem significado ou se não tem sob o ponto de vista da estatística. Isso é importante que se faça.

Enfim, vamos começar a discussão. Eu agradeço as inscrições que tenho aqui. Tenho várias.

Lembro também aos ouvintes da Rádio Universitária AM, que é possível indagar, comentar, enfim, fazer qualquer forma de intervenção

através do telefone 2126.8068. Telefone para que se receba qualquer forma de intervenção dos nossos ouvintes da Rádio Universitária AM, 820Khs.

Eu queria fazer uma observação que me chega do ilustre mestre Eudes de Souza Leão Pinto, a do compromisso social que tem o Rotary internacional, mas também o Rotary local, o Rotary de Pernambuco com a paz universal. É verdadeiro, e este fórum está mantendo uma parceria salutar com o Rotary. E o Rotary, já saiu inclusive no cartaz que nós divulgamos o assunto de hoje, a logomarca do Rotary, os cem anos de Rotary.

Eu queria só lembrar que as inscrições podem ser feitas através de um papel desses que as meninas distribuem com facilidade. Não precisa fazer a pergunta no papel, mas apenas aludir ao nome, para usar da palavra.

Eu só penso que sejam concisos, que consigam resumir em cinco minutos o desejam falar.

A palavra vai ao Dr. Chagas Pontes, Rotary Largo da Paz.

CHAGAS PONTES

Senhor secretário, primeiramente gostaria de parabenizar o senhor a sua equipe pelo trabalho tão bonito e tão bem feito que tem sido efetuado nos últimos meses, com relação à defesa social do Estado.

Gostaria de falar também o que o Rotary vem fazendo nesse sentido de defesa.

Nesses últimos anos o Rotary tem feito alguns fóruns muito importantes em termos de paz.

A minha pergunta é: nesse conselho estadual de paz, como o Rotary realmente está integrado de maneira formal, já que o senhor falou que ele

se integra. Mas eu gostria de saber qual a formalidade, como é o Rotary diante do Conselho Estadual.

Muito obrigado.

GERALDO PEREIRA

Palavra com o Dr. Fernando Valença, lembrando o tempo de cinco minutos para a intervenção.

FERNANDO VALENÇA

Pois não. Quero cumprimentar o secretário pela exposição que fez e manter a coerência da minha presença aqui em outras reuniões, dizendo o seguinte, que eu considero o auditório e todos nós como não destinatários de tudo o que se ouve aqui, desde o início dos eventos.

Eu vou esclarecer. Nenhum de nós é ex-presidiário, eu creio que não. Nenhum de nós tem nenhum mandato de prisão, para ser executado daqui a pouco.

Portanto, nós somos uns convertidos. Nós somos a paz da sociedade

Uma pregação como essa, digo pregação, secretário, que Vossa Excelência fez de uma série de passagens, Conselho Estadual da Paz, é um dos elementos criados agora na gestão de Vossa Excelência para cuidar desse assunto: diminuição, redução da criminalidade.

Conselhos da Paz, é outro, que atende a 217 circunscrições.

Comissões dos construtores da paz. Caravana da Paz. Operação paz na comunidade.

Quer dizer, secretário, nós estamos numa guerra. E estamos fazendo pregação de meios para viver em paz. Eu insisto nisso. Naquele mapa da

Unesco, que até a Unesco está cuidando disso também, o Mapa IV, que foi apresentado aqui há três reuniões, dizia que em 1997, o número de assassinatos no Brasil, pela violência, urbana ou do campo, foi de 40.507 companheiros e companheiras nossas que sucumbiram à violência.

De 1997 até 2002, isso só cresceu. Não houve um ano que fosse menor do que quarenta mil mortos.

Em 2002, que é quando terminou esse estudo, deu 49.007 mortos, pela violência.

E de 2002 para cá, nós sabemos que ela só cresceu, secretário.

Nós todos somos em potencial vítimas dessa situação. Nenhum de nós sabe, se saindo daqui, após essa reunião, chega em casa ou no escritório, ou para onde for, em paz, ou sem seu carro.

Quer dizer, é todo tipo de risco que nós corremos.

E eu pergunto: o que é que está sendo feito no Brasil? Não é uma crítica a Pernambuco não.

Aliás, Pernambuco ocupa o primeiro lugar em homicídios, 14 de abril deste ano. Temos essa marca a mais.

O prêmio para reduzir a violência, que eu considerei uma coisa ridícula, foi criada na Secretaria de Educação de Pernambuco, para premiar quem fizer alguma coisa para reduzir a violência. Não é secretário? Reduzir a violência é alguma coisa que tem que ser feita, como foi feito na década de 1920 e 1930, na de 1930 principalmente, quando se acabou com o cangaço no Brasil. Que vinha, Vossa Excelência, há anos e anos com uma situação de quase impossibilidade de ser combatido, porque o combate era equivocado. Se o grupo de Lampião, ou de Corisco, qualquer um deles, dissesse assim, vamos atacar Pombos, a polícia estava orientada para ir para Vitória de Santo Antão. Vamos atacar Belo Jardim, ia para Pesqueira.

Quer dizer, era uma mancomunação: Até que um dia o governo disse assim: “Olha, a repercussão no exterior está enorme”. E tomou a seguinte providência, isso reduzindo rapidamente. “É preciso acabar com o cangaço”. Numa noite acabou com o cangaço.

O tenente Antônio João foi a Angico e degolou todo mundo.

Estou pregando aqui violência contra violência. Tratar a violência, secretário, não como elementos de paz, dessa situação tranqüila, de nós honestos, pacíficos, pessoas boas, se formando, uns querendo crescer lá dentro. Não, tem que ser cacete, quer dizer, tem que fazer alguma coisa, secretário, para que os sicários, os violentos, nossos irmãos que viraram criminosos se intimidem e vejam que não vale a pena ser criminoso no Brasil.

É preciso fazer alguma coisa para acabar coma violência no Brasil, atacando a violência, e não pregando a paz, por enquanto. Depois sim, vamos viver em paz. Obrigado.

GERALDO PEREIRA

Com a palavra, o Padre Vicente Celestino.

Padre VICENTE CELESTINO

Primeiro, eu gostaria de parabenizar esse conselho e também iniciativa do secretário de segurança de colocar em ação este programa e não um programa que venha simplesmente de cima para baixo, mas de que a sociedade é convidada a participar.

Sabemos, e gostaria de ver contemplado também nesse conselho, a questão da rede de grupos e projetos afins.

Existem muitos trabalhos bonitos que estão sendo feitos, executados aqui na nossa cidade e em outras e que gostaria de ver, por parte desse conselho a iniciativa de também incluir nos seus trabalhos e em sua dinâmica algo em favor de unir esses grupos, porque muitos trabalham com este tema, e que muitas vezes são trabalhos isolados. E uma vez que o conselho. Ele pode ajudar a criar esse conjunto e uma rede daqueles que trabalham pela paz.

Segundo, a necessidade também de dar uma atenção, nesse conselho, e já foi citado pelo então presidente de dar uma atenção às representações das periferias.

É preciso ver também nesse conselho representantes dos bairros periféricos porque eles junto com outros organismos, outras entidades aqui já representadas, também deveriam ter acesso para poder junto contribuir na formação dessa política.

E, terceiro, a necessidade de se pensar também na questão da educação. É prioridade o trabalho com a educação. Nós estamos tendo nas periferias, especialmente nas escolas, uma situação de violência muito forte, as ações têm dado pouco resultado nesse sentido e é necessário que haja também dentro do programa desse conselho, além de tantos outros temas que com certeza deverão ser contemplados para estudos, para avaliação, mas que se possa também incluir essa questão da violência na escola.

Nós levantamos essa questão nos bairros da periferia. Estamos observando esta realidade da violência e é preciso que haja, entre os temas a ser tratados, por esse conselho, também, a questão da escola, que se faz necessário trazer essa discussão e até criar uma possível política voltada para essa questão da violência na escola, sem desmerecer outras áreas, as outras ações que também precisam de uma certa intervenção.

Então, a escola, diante desse ponto, precisa de uma intervenção, porque a realidade, o trabalho que eu estou levando nessas escolas, nas

comunidades, dão conta: primeiro, do desconhecimento das causas e raízes da violência. Segundo, dão conta da falta de discussão. Isso é pedido pelos pais, pelos professores, pelos alunos. Esse tema não é discutido, ou às vezes só é discutido quando na escola acontece um ato de violência maior. Era essa minha observação.

GERALDO PEREIRA

Queria aproveitar a intervenção do padre para dizer a importância das igrejas na prevenção da violência é muito grande. Refiro-me às igrejas em geral, seja na promoção da saúde, exatamente, educando o povo como vem fazendo, seja também na demonstração de certas regras e de certas normas da ética que as igrejas, com exceção de algumas que têm surgido há pouco tempo, refiro-me às igrejas tradicionais, essas igrejas têm uma valia muito grande. Tanto é que todos sabem que o alcoolismo, por exemplo, é uma questão que só se seleciona quando se pode ir ao AA, ou quando se tem uma adesão religiosa.

De forma que, seja bem-vindo aqui ao Fórum Acadêmico Pensando a Violência.

Dr. João Rufino do Egito Filho, Sindicato dos Bancários de Pernambuco, diretor de Saúde do Trabalhador.

JOÃO RUFINO DO EGITO FILHO

Ao saudarmos o ilustre secretário de Segurança e o professor Geraldo Pereira, queremos cumprimentar todas as senhoras e senhores aqui presentes.

No dia 13 de agosto passado, tivemos a grata satisfação de ser recebido pelo secretário João Braga e fazer a proposta da criação de um fórum permanente de discussão, para que pautemos a violência nas

instituições bancárias de forma definitiva e permanente dentro das discussões de paz, das discussões que estejam norteando a segurança no nosso Estado.

É lamentável o Sindicato dos Bancários vir em público e denunciar as instituições financeiras todas pela violência a que os seus funcionários são submetidos, pela falta total de sensibilidade e de compromisso em buscar formas de combater e prevenir a violência. Por exemplo, o Unibanco, o Banco Itaú e o Bradesco são as instituições que mais submetem os seus funcionários a um grau de violência, estresse e discriminação. Por que? O Unibanco, ao comprar o Banco Bandeirantes, que comprou o saudoso Banorte, retirou todas as portas de detectores de metais, conseguidas a duras penas por leis municipais e intervenções dos sindicatos dos bancários. E os outros bancos, esses dois últimos, principalmente o Banco Itaú e o Bradesco, ao terem os seus executivos vítimas de atentados, como a SDS chama, “seqüestro sandalinha”, que é onde o cidadão é pego em casa de sandália ou de bermuda é feito refém e é obrigado ao risco de os seus familiares serem vitimados por esse monstro que devora vidas no país afora, violência, eles vão e se submetem a ameaça dos ladrões e tiram dinheiro dos bancos e pagam o seqüestro. Essas pessoas, pasmem, são demitidas por justa causa, o que gera um grau de violência ainda maior, a esses funcionários. Essa denuncia é preciso levar a público e o fórum que foi proposto pelo sindicato dos bancários, é um fórum que visa reunir na mesma mesa profissionais da área de banco, sejam vigilantes, bancários, através das suas entidades de classe. Os donos das empresas de vigilância, os donos de bancos, através dos sindicatos dos bancos, as polícias civil, militar, federal, para discutirmos a questão da insegurança. E o Estado, principalmente, porque da forma que está não dá para continuar. Os bancos de pagamentos, para concluir, os bancos que são usados como forma alternativa ao serviço bancário, esses hoje são campeões de assaltos. E a questão do seqüestro, é preciso ser combatida, é preciso ser

denunciada sempre. E principalmente a postura dessas instituições. Obrigado.

GERALDO PEREIRA

Eu vou passar a palavra ao secretário, para respostas, não sem antes ler aqui a pergunta da Dra. Melba Martins, advogada: Como o Sr. vê neste momento eleitoral as propostas de criação de secretarias municipais de segurança pública, em detrimento da missão do Condern e do Conselho da Paz? Quais são os indicadores para a avaliação das ações da SDS em relação ao combate à violência?

Com a palavra, o secretário.

JOÃO BRAGA

Vou tentar ser bem rápido porque deve ter outras perguntas, e eu tenho um compromisso às 11 horas, lá nos bombeiros. Tenho que estar lá, representando o governador do Estado.

A primeira pergunta que saiu aqui foi de Sr. Chagas Fontes, do Rotary, que já tem um trabalho sobre a questão da paz e como essas entidades estarão representadas no Conselho da Paz. Foi uma determinação nossa de que todas as circunscrições tivessem a participação do Rotary ou Lions, clubes de serviço. A associação de idosos. Quem decidiu isso foi a própria comunidade em cada região. Existindo vai ser convidado porque geralmente são pessoas influentes que fazem serviços importantes, são órgãos que são representativos da sociedade, e certamente eles serão convidados.

Já participei de uns três ou quatro eventos desse, esse final de semana, e em todos eles vi a presença dessas entidades, desses clubes de

serviço. Isso é importante, porque cria essa perspectiva de um apoio grande da sociedade.

Eu tive recentemente duas palestras, no Rotary. Uma eu fiz no Cabanga e outra no clube Português. Acho que repetiu, no Clube Português. E lá o Rotary, inclusive, pediu, lá solicitou, que ele quer ser uma das primeiras instituições a participar desse pré-cadastramento do 190. A gente já está aprontando esse sistema. Já ficou pronto, a gente só está testando lá o sistema de computação. Então, eu acho que mais 15 dias a gente vai mandar para as entidades. É mais uma forma de o Rotary ou de qualquer entidade participar.

A outra aqui, o Fernando Valença, que fala sobre o que está sendo feito no Brasil e diz que violência só se combate com violência.

Eu discordo, me permita discordar desta linha. Esta linha vai descambar numa grande violência. O governador do Rio de Janeiro se permitiu criar uma gratificação far-west. Deu no que deu.

O estado, que hoje está mais difícil de resolver a violência, é o Estado do Rio de Janeiro. E isso decorrente, inclusive boa parte, daquela estrutura ou daquele pensamento na época do governador quando ele criou a gratificação far-west. Descambou para a pancadaria, para a violência mais geral possível. Eu não acredito nessa perspectiva. Eu acho que a gente tem que ser duro, tem que fiscalizar, tem que prender, tem que investigar, como a gente tem feito. Os presídios estão aí superlotados, por conta disso; a polícia tem tido uma atuação eficiente. Agora, tudo o que você disser para o campo da violência e pedir mais violência, você tem aplauso da população.

Eu quando falei aqui que quase 3 mil jovens estavam sem emprego e sem estar na escola e era necessário e urgente um programa nacional para a juventude ninguém aplaudiu, mas aplaudiu o senhor quando disse que a violência era para tratar com violência.

Então, veja, essa leitura que a sociedade faz é equivocada. Eu não posso dirigir a Secretaria de Defesa Social fazendo o conselho da guerra, um conselho da violência. Isso vai descambar numa pancadaria.

O professor, o padre Vicente Celestino, eu ouvi falar essa semana lá no Burity, sexta ou quinta-feira, lá no Burity. Ele dizia uma coisa que eu acho importante que a gente pense: “a violência está dentro dos homens, está dentro das pessoas, e já começa em casa, no trato com a mulher, no trato com o filho, com a empregada, e assim por diante. No trato com o colega de trabalho. A gente cura isso também em casa. O João Veiga, que é conselheiro, não está aqui João Veiga me disse certa vez, numa pesquisa que ele fez, que 21% das pessoas que são vitimadas por violência chegam no hospital e foram operada já por ele, pelos médicos lá do hospital, 21% são vítimas em suas próprias residências. E 18% são vítimas em bares. Veja, ou a gente trata isso com muito cuidado, ou a gente descamba para uma violência que fica incontrolável. Então, eu acho que o governo não pode incentivar a violência criando conselho de guerra. Não pode criar conselho da violência. Ou a gente cria da paz, e começa a criar uma cultura da paz. Porque essa banalização do crime, essa banalização da vida, em que hoje se mata antes de roubar, se mata por um real. Se mata por cinquenta centavos. Essa banalização tem um pouco disso também. Essa cultura que a televisão criou, que a imprensa criou, é a glamourização do bandido. É a apologia do crime, tudo isso. Tem muito. Nossa sociedade está doente. E a gente não conserta isso apenas criando mais instrumentos de violência. Eu acho que até a paz mesmo. Você criar a cultura da paz, cobrar políticas públicas que tirem essas crianças do meio da rua, que tirem esses jovens que estão na pré-marginalidade, que dê a eles um apoio. Nem você, nem eu, nenhum de nós estaríamos aqui se não tivesse tido oportunidades que foram negadas a esse garotos. Então, a gente não pode desconhecer isso. Que a sociedade nega oportunidades a milhares de pessoas. E cobramos a ela um comportamento que nós não temos.

Então, eu acho que isso tem que ser refletido, para que a gente não pegue o bonde errado e termine criando um clima de pior violência ainda.

Eu acho que o padre Vicente diz bem, ele reclama quando o próprio, nosso presidente está sugerindo maior participação popular. Pode ter. O próprio conselho é quem define. Agora, já antecipadamente nós convidamos uma liderança da área sul, outra da norte. Aliás, são duas mulheres: Angela e Sandra, do Ibura e da Vila Santa Luzia, respectivamente. Já convidamos.

Agora, o próprio conselho pode sugerir novas lideranças, a convocação das lideranças. O João Rufino, essa questão você já me pediu e você ficou de marcar, não foi? Vai ser um fórum lá na Assembléia Legislativa, que eu vou participar. Eu ontem inclusive (e a lhe procurar hoje por coincidência) visitei algumas instalações de bancos lá no shopping que me chamou atenção, onde eu acho que pode reduzir um pouco a questão do assalto ao cliente, que ele está sendo copiado pelo bandido. O bandido sai, fica vendo quem tira dinheiro, vai copiando para assaltá-lo três ou quatro dias depois. Eu peguei algumas informações junto com as que você me deu. Ouvi falar ainda essa ainda essa semana porque tem algumas propostas que a gente pode criar projetor, mandar para a Assembléia e essas coisas serem já obrigatórias para todos os bancos aqui, salvaguardando não somente os funcionários, mas também os clientes.

E, por fim, a professora Melba Martins, advogada, pergunta exatamente qual a minha posição sobre a secretaria municipal de segurança. Olhe, ontem mesmo no debate lá na TV Universitária com o professor Zaverucha, eu dizia. Eu não acredito em secretaria de segurança municipal armada. Eu acho isso uma extravagância. Isso vai virar milícia de prefeito do interior. O senado, já reduziu, fui ver ontem a lei quando sai de lá. E para 20 mil habitantes já pode ter. Isso vai descambar para a violência. Vai virar milícia de prefeito, para mandar dar pau em gente, matar gente no interior. Vocês vão ver que vai acontecer.

Então, eu não gosto da idéia de armar guarda. Eu acho que uma secretaria ou uma Guarda Municipal pode ser uma grande parceria na fiscalização dos prédios públicos, das praças municipais, das praças públicas, dos nossos logradouros, dos nossos campos, quer dizer, são coisas interessantes. Isso pode ser tudo ligado com rádio comunicação, com a polícia. Isso que a gente já começou agora.

Essas parcerias podem ser cometidas pela prefeitura, que seja com a guarda, o professor ontem mesmo questionou, para fazer isso precisa de uma secretaria. É verdade. Pode ser que não precise. Mas tendo uma secretaria certamente o prefeito se revela com mais obrigação um parceiro nessa área de segurança.

Eu acho que pode acontecer e se acontecer essa linha, eu acho recomendável.

E por fim, ela perguntou aqui quais são os indicadores da SDS.

Olhe, eu tenho oito indicadores para observar, mas quem vai decidir é o conselho.

Nós colocamos como prioridade a questão do homicídio, violência contra a mulher, violência contra a criança, eu digo homicídio com latrocínio também, tudo junto seqüestro a banco, roubo de cargo e roubo de carro. Agora já vai botar os outros indicadores aí, para a gente observar junto com o conselho, que a gente vai acompanhar. Isso no Recife. Já em outra cidade é diferente. Já em Caruaru é outro grupo. Outro grupo de índice que nós vamos trabalhar. Cada circunscrição vai ter o seu índice, que melhor reflita a necessidade daquela região.

GERALDO PEREIRA

Já recebemos duas perguntas de ouvinte, do Manoel Freitas de Sousa, do bairro de Casa Amarela, e de Leandro Dantas de Azevedo, de Casa Caiada, Olinda. Estou deixando para a próxima rodada.

Agora, eu peço que sejam mais breve ainda, porque o secretário disse que vai sair às 11 horas.

JOÃO BRAGA

Não, às 10:45. Às 11 é o evento lá.

GERALDO PEREIRA

Márcia Gama com a palavra.

MÁRCIA GAMA

Obrigada, muito bom dia, senhores. Bom dia, Dr. João Braga, eu fiquei muito feliz com a sua exposição; realmente cheia de esperança. A estrutura proposta nos anima muito, mas é preciso que a gente tenha nela uma alma diferente. Quando diz a missão, reduzir violência e criminalidade, eu proponho uma reflexão sobre essa missão, fazendo um comentário: onde é que está essa alma que cria possibilidade de um modelo desse funcionar? Nós tivemos agora a olimpíada, um evento fantástico muito bonito, cheio de momentos gloriosos para a humanidade. Para mim essa olimpíada foi muito especial porque eu flagrei três situações dignificadoras dessa alma que pode criar a cultura da paz e tornar possível um modelo como esse proposto aqui. Um nadador austríaco ganhou a medalha de prata e o americano a de ouro. E os juízes, depois de analisarem algumas coisas, mudaram o resultado. Tiraram a

medalha de ouro do americano para dá-la ao austríaco, porque o americano teria cometido um erro na virada. O austríaco estava na raia ao lado. E foi o próprio depoimento desse jovem que fez com que os juízes mudasse a situação de novo e devolvessem a medalha de ouro ao americano. E o jovem explicou-se, dizendo: “mais vale um amigo do que uma medalha”. Valeu a integridade.

Mais adiante nossa Diane errou. Pulou fora. A repórter entrevistando provocativamente disse: “Você não acha que os jurados foram muito rigorosos?” Ela disse com aquela candura dela, com aquela lindeza: “não, eu errei”. Então agora é torcer para as outras errarem também, porque aí quem sabe. Não, isso é pior do que perder, torcer contra o outro. E aí foi o nosso Vanderley que deu a lição maior. Atrapalhado, perdeu a sua medalha de ouro, mas quando perguntado sobre aquilo, ele disse somente assim: “Minha alegria era tão grande que não tinha espaço para ter raiva daquele homem”.

É assim que se constrói a paz, onde não há espaço para a violência. Muito obrigada.

GERALDO PEREIRA

O telefone da Rádio Universitária AM é 2126.8068.

A palavra com Sóstenes, estagiário meu no NUSP, aluno de Sociologia. Sóstenes, se você demorar, a nota do estágio é mais baixa.

SÓSTENES

Bom dia, ao secretário de Defesa Social, Dr. Geraldo Pereira também e todos os presentes.

O prefeito João Paulo afirmou à revista *Isto É* em junho de 2003, que as causas da violência são de natureza antes de tudo sociais. Ou seja,

a pobreza fecunda a violência. Eu diria que antes de tudo a criminalidade não é apenas fruto disso, mas também é de um crescimento desordenado das cidades o que criou o inchaço, dos centros urbanos, os chamados bolsões de miséria. Prova disto é que dados do IBGE de 2000 e também dos indicadores sociais também do IBGE 2003 apontam o crescimento demográfico de jovens na faixa entre 15 e 24 anos, de 34 milhões de habitantes. Isso equivale a 1/5 de toda a população brasileira. Aliado a isso também estão os altos índices de desemprego, que o Dieese apontou para a Região Metropolitana do Recife no período de abril, agora de 2004, 24,7% de desempregados, nessa faixa de jovens.

A minha pergunta é a seguinte, inclusive eu acho que o senhor já respondeu uma boa parte. Que políticas públicas a Secretaria de Defesa Social pretende adotar junto aos CCDSs, conselhos comunitário, visando minimizar mais ainda o atual quadro de violência nos bairros mais pobres, a exemplo do Ibura, com mais 43 mil habitantes. Obrigado.

GERALDO PEREIRA

Bem, a presença neste auditório da ilustre pesquisadora da Fundação Joaquim Nabuco, professora do curso de pós-graduação de polícia, Dra. Ronidalva Melo, uma das estudiosas mais importantes do Recife, na questão.

Com a palavra o padre Inaldo.

Padre INALDO

Bom dia para todos. Eu sou vigário, cooperador do padre Edvaldo de Casa Forte, e estou aqui porque eu me preocupo com a paz. E os

depoimentos que eu escutei, vão nessa direção de formar a paz e que criem em todos nós a cultura da paz.

Eu queria dizer, levando em consideração o que disse o padre Vicente, eu tenho uma preocupação um pouco obsessiva sobre a questão da educação. A orientação especialmente do profissional que trabalha com a violência, que é o policial civil, militar ou o funcionário da secretaria.

Eu queria saber que se a secretaria tem uma preocupação humana ou ética em relação a esse policial, a esse ser humano, que é um irmão nosso, que passa pelas mesmas dificuldades, que tem as mesmas emoções e insegurança como qualquer ser humano tem.

A segunda questão é o aspecto da informação. Nós que somos um pouco obcecados pelos meios de comunicação, percebemos que não há muito sigilo na questão dos inquéritos policiais se passa com forma muito fácil e muitas vezes servem de aprendizado para o meliante. Eu tenho essa preocupação.

E último, eu tenho uma confiança profunda no trabalho da Secretaria de Pernambuco, porque eu tive o privilégio de passar 15 anos como padre em Campina Grande e conhecer os pais do Dr. João Braga, seu Epaminondas e dona Lozinha, de saudosa memória. E acredito piamente que a cultura da paz se forma na família. Eu aprendi nos bancos da escola a respeitar o ser humano. E estou aprendendo de Jesus a acreditar na paz. Obrigado.

GERALDO PEREIRA

A questão da educação é muito importante, é básica, no enfrentamento da violência. Tanto a correção das distorções econômicas e das injunções sociais quanto à educação e à profissionalização da juventude.

Quando o secretário falou aqui na profissionalização do preso, do apenado, acho que é preciso fazer mesmo, porque essa gente fica preguiçosa lá dentro, ociosa.

Com a palavra, Dr. Honório Justino, médico, diretor técnico do Hospital Agamenon Magalhães.

HONÓRIO JUSTINO

Bom dia a todos, bom dia, excelentíssimo Dr. João Braga. Parabéns pela exposição da proposta da Secretaria de Defesa Social.

Eu gostaria aqui na verdade de não repetir as palavras dos meus antecessores, até porque com exceção da que fez um fomento à violência, combatendo a violência, eu faço minhas as palavras deles.

Gostaria de fazer um paralelo com as políticas públicas. Desde 1988 nós criamos o SUS, o Sistema Único de Saúde, com os três princípios, da universalidade, da integralidade e da Participação Popular.

Em que pese as dificuldades, hoje dá acesso a toda a população a fazer qualquer tipo de cirurgia, qualquer tipo de exame, ou seja, grande o acesso universal, apesar das dificuldades de uma política pública nesse país, em que algumas coisas acontecem que não deveriam acontecer; como por ex.: desvios de recursos e por aí vai.

Mas está sendo criado também o SUAS, O Sistema Único de Assistência Social. E o paralelo que eu quero fazer é que a exposição que o ilustre secretário fez monta na verdade um arcabouço de uma política pública que garante a integração do atendimento pelos policiais, militares e civis e corpo de bombeiros. Garante a universalidade e garante a participação popular.

A grande dificuldade que nós tivemos no SUS foi criar um conselho paritário em que tivesse 50% de usuário, 25% de trabalhadores da área e

25% dos prestadores, ou seja, os três níveis de esfera de governo: Federal, estadual e municipal.

E a nossa dificuldade, justamente, foi construir esses conselhos. A democratização.

Preocupa-me quando dizem assim: “Vamos cadastrar cidadãos de bem para ter acesso e a ser fiel à informação que ele prestar”.

Isso daí rompe com a universalidade.

Eu acho que tem que criar uns conselhos paritários e esses conselhos têm que criar comissões técnicas capazes de dizer quais os critérios para as pessoas se cadastrarem. Porque daqui a pouco vai ter gente usando de forma incorreta até porque foi indicado por um determinado conselho, se cadastrou nessa questão nessa questão da segurança e porque um determinado bandido pode no momento dar uma informação precisa, que sirva à segurança pública, que sirva à defesa social.

Então, na verdade, para garantir o direito universal de cadastramento, tem que criar alguma comissão, tem que criar alguma coisa democraticamente para que se garanta critérios para quem vai se cadastrar. Para que seja fidedigna a informação, para que seja recebida diretamente, através de telefone.

Por outro fim, tem um dilema na área de saúde, principalmente, que é o seguinte: Nós temos de partir nesse momento para fazer e ousar cumprir a lei.

É a vigilância sanitária nos bares. É o bombeiro garantindo que o mezanino não caia, porque não tinha estrutura legalizada. Então, as políticas públicas têm legislação. É preciso fazer cumpri-las.

GERALDO PEREIRA

Muito obrigado. Infelizmente eu vou ouvir duas pessoas mais e vou encerrar as perguntas porque o secretário está com hora. Eu queria que os dois fossem breves, absolutamente breves.

MIGUEL DHOERTY

Pode ficar tranquilo, Geraldo, não vai levar mais de três horas.

Na verdade elogiável a apresentação e o trabalho que vem sendo desenvolvido por Dr. João Braga, denunciando o que ele já vinha fazendo anteriormente em seus trabalhos públicos.

E elogiável também é o trabalho do Dr. Geraldo Pereira, conduzindo o programa e a discussão do problema da violência, ou seja, da paz.

Concordo inteiramente com essa visão que foi dada de que violência não se combate com violência, haja vista o exemplo do Iraque.

A violência se combate com educação e com a integração e um adequado planejamento, como Dr. João Braga vem fazendo.

Sobre esse aspecto, eu só estranhei uma coisa, João Braga, é em relação a que você orientou toda a sua ação em termos de departamentalização e regionalização das estruturas das Polícias Militar e Civil, atendendo a regiões.

Isso de modo geral é necessário que seja feita uma identidade de linguagem para que você possa cotejar dados estatísticos.

Na área de saúde, nós tínhamos isso antigamente, que nós conseguimos debelar quando fizemos a regionalização de saúde do Recife. Mas isso nós fizemos com o IBGE, com a Fideu, com as duas

universidades, com as estruturas de saúde: Inamps, Secretaria de Saúde, para que fosse feita a mesma linguagem.

Isso é extremamente importante, então, eu indago: por que não utilizou as regiões administrativas que o IBGE utiliza e a URB e a Fideu usam para o Recife, para o Estado, porque não utilizou a mesma linguagem.

Segundo: o problema da educação eu acho que é básico. Isso é um sistema de cadastros comunicantes.

O grande problema da violência está no jovem, o futuro transgressor. Se você fizer a área de educação dele, estimular que as secretarias de educação estimulem o horário integral do jovem, que já foi parcialmente resolvido quando o da creche só podia ter acesso à escola pública depois que completasse 7 anos. E ele saía da creche com 6, isso criava um problema.

Então, tanto no setor de ensino, ocupando todo o horário, como na área de lazer dos bairros, como na área de formação do futuro trabalhador, com as escolas técnicas.

E, finalmente, separar, eu sei disso porque eu trabalho com o problema da violência, não esse tipo de violência, mas o problema de acidentes em crianças. Esse é um problema sério, tem que separar dos agentes externos a incidência de acidentes e de violência.

No Recife, até os 14 anos, a primeira causa de óbito não é violência, é acidente. Depois dos 15 anos é que passa a ser violência, baseado nos dados do Ministério da Saúde. Muito Obrigado.

GERALDO PEREIRA

Obrigado. Eu discordo disso, mas só depois.

Encerrando, Carlos Eduardo de Vasconcelos, Centro de Mediação e Arbitragem.

CARLOS EDUARDO DE VASCONCELOS

Secretário João Braga, gostaria de parabenizá-lo pelo excelente trabalho que vem realizando. Eu estou convencido também de que a cultura da paz é a base para a solução do problema da violência. E a paz está associada à ética. Então é muito importante também uma grande campanha, dentro e fora da polícia, pela ética, para que os bons policiais, os bons cidadãos estejam sempre atentos para a manipulação daqueles que são os agentes da violência, através dos instrumentos da corrupção. Porque a violência e a corrupção estão associados, assim como a paz e a ética estão do outro lado.

De modo que temos que ser lutadores pela paz e pela ética, porque esses dois valores estão absolutamente juntos. Um dos problemas que eu vejo em relação a tudo isso é a questão da educação das crianças.

Eu perguntaria ao secretário João Braga. Eu quando encontro uma criança no sinal e paro o meu carro e a criança pede uma esmola eu digo: eu não dou esmola, ajudo a escola. E a criança olha surpresa. Sim, vá para a escola e lá daremos a sua ajuda.

Eu gostaria de saber se não seria interessante uma campanha da Secretaria de Defesa Social junto com a de Educação no sentido de conscientizar as crianças e o cidadão de um modo geral sobre a importância de não dar esmola, mas ajudar a escola.

GERALDO PEREIRA

Muito boa a intervenção. Palavra de João Braga, para sair daqui para uma solenidade.

JOÃO BRAGA

Exatamente. Eu estou hoje com as promoções dos oficiais bombeiros. Vejam bem. Professora Márcia: eu concordo com você integralmente. Eu acho que essa linha de abordagem é muito importante. E esses exemplos que você nos deu das olimpíadas foram fantásticos.

Eu vou passar a incorporar aos meus discursos, agora. Muito obrigado pelas suas idéias.

A questão do estudo de Sociologia proposto pelo poder público para verificar melhor esses dados da violência.

Nós estamos estudando, estamos com um setor específico agora trabalhando e montando um setor específico para tratar e fazer análise criminal.

Vocês vejam, eu não sei se é verdade não, mas começam a aparecer coisas assim: Quando chove, tem mais mulher agredida. Aí alguém supõe, é porque o marido passa mais tempo em casa. Ele não vai beber na barraca, vai beber em casa. Então, agride mais a mulher.

Começa a observar, você vê, uma cidade como Fortaleza, de que eu peguei a informação, fizeram uma análise dos bares naquela rua onde tinha mais violência. Verificaram que eram os bares onde não tinha banheiro. A pessoa ia fazer suas necessidades, tinha alguém com a mulher, com a irmã, com o marido, daqui a pouco criava um tumulto.

Quando colocaram banheiro nos bares, reduziu a violência.

Então, essas questões precisam realmente de um estudo mais aprofundado. E aí, sem dúvida, eu trago a tese novamente, sem uma política para a juventude fica difícil.

Honório me deu uma grande contribuição, médico voluntário. Quando nós montamos, eu era secretário da outra Secretaria da Cidadania, nós montamos um trabalho para jovens. Durante um ano, 400

jovens de ruas foram retirados das ruas e a eles se deu escolaridade, alfabetização e profissionalização.

Vê esses jovens de um ano e os jovens de hoje. Fisicamente, a postura, a forma de falar. Demos oportunidade a essas pessoas.

Estão agora ociosos, porque está terminando um ano e vão agora para o mercado de trabalho, que está sem empregar. Mas já vão com outra postura. Eles voltaram para suas famílias, pois todos estavam fora das famílias. E só 17 não fizeram o caminho de volta. Porque nós criamos uma oportunidade.

Eu gosto sempre de citar professor Fernando Valença. Naquele livro de Scott Gerald, O Grande Gatsby. O narrador do livro, começa a primeira página do livro, dizendo (ele já era bem formado, bem de vida, um homem rico): “Nos tempos mais vulneráveis da juventude, meu pai me deu um conselho que jamais esqueci, sempre que se foi criticar alguém, lembre-se das oportunidades que eu lhe dei. O mundo e a vida é uma questão de oportunidades”.

Quando você nega sistematicamente a um segmento as oportunidades, depois fica difícil cobrar desse segmento, que nunca teve oportunidade, um comportamento diferenciado.

Por isso que eu digo, em todo o canto que eu vou, as reuniões do Secretário de Defesa Social deveriam ser juntas com as secretarias da área social. Porque uma coisa está ligada a outra.

Nós somos enxugadores de gelo. Isso não vai diminuir o nosso empenho. Nós todos que fazemos a polícia, de combater o crime.

Eu sei que a gente pode dar essa contribuição, mas sempre vai ficar um residual, não sei se de 30 a 40%. Chega a um limite. Se não resolverem questões sociais, um programa, sobretudo para a juventude, fica muito difícil você dar um salto de qualidade. A gente tem que cobrar

isso. É isso que falta muito ao Brasil e o governo não enxerga. Nem esse nem os outros enxergaram não.

O padre Inaldo, sobre a questão da formação do policial. Nós temos investido nisso, nós treinamos muitos policiais, estamos treinando mais ainda. Esses rapazes vão se formar tudo agora. É um ano de formação, quase um ano. Custa caro a formação. São três anos. Os novos que a gente está formando agora, só para entrar na polícia, é um ano, quase um ano. Vamos botar mais mil homens. São três anos de formação. São pessoas em estudo, a gente informa, a gente investe muito nisso.

Agora, eu concordo com o senhor. A gente tem que cada vez mais ter essas políticas e tem tido. Não foi só agora na minha gestão não. Os outros secretários desse governo de Jarbas têm investido bastante na formação e capacitação. E temos tido, para esse assunto realmente, o apoio do Governo Federal.

Sim, Honório, não se incomode não, que esse cadastramento do 190, a gente não vai ter nenhum critério de rigidez para cadastrar. Quem der informação errada, no outro dia a gente tira do cadastro. A única coisa que ele pode fazer de errado é dar informação errada.

Não dará mais, porque ele vai ser cancelado. Então, a gente não esta com muito critério. Quanto melhor. Se ele der informação errada, no outro dia a gente comunica a associação de que ele faz parte, que faz o controle social sobre ele, e cancela o registro dele.

Então, a única coisa que a gente pode fazer é o que já faz hoje. São 6 mil trotes todo dia, e a gente vai reduzir. Então, não tem muita dificuldade.

Miguel Doerte falou aqui sobre a regionalização. Olhe, nós não aproveitamos a regionalização do IBGE, porque não fizemos uma outra divisão do ponto de vista das facilidades da operação da Polícia Civil com a Militar.

Então, isso foi feito com a equipe técnica, que estudou bastante. Então, as vezes você tinha um município ligado a outro, quer dizer, dentro da própria região, porque tinha uma estrada ligando.

A rádio me perguntou aqui quando é que se misturam policiais com bandidos. É a questão ética aí.

A polícia é uma grande instituição. Como em qualquer profissão, existem também pessoas equivocadas e erradas. Mas nós vamos, viu Carlos Eduardo, nós estamos propondo ao governo fazer uma campanha na mídia sobre isso, levantando o astral das polícias. Foi o caso de Zoroastro, dizendo que a instituição tem que ser respeitada e não tolera padrões fora de um procedimento normal.

Manoel Ferreira de Sousa, de Casa Amarela, pergunta como explicar que aqui está diminuindo a criminalidade se em todo canto cresce?

Vai diminuir muito mais, viu Manoel Ferreira? Já começou a cair. Eu tenho certeza que esse plano de compatibilização, a participação social, vai nos permitir sair do estado que está no principal item de violência para o grupamento lá de baixo. Se Deus quiser. Até junho do ano que vem a gente consegue isso.

E o Leandro Dantas, de Casa Caiada, orienta os condomínios para participar dessa ação. É fácil, liga para a Secretaria ou liga para o SECOV. É rapidinho, a gente já liga para você de volta. E a gente vai começar, nesses 15 dias, já fazendo essa mesma ação por Olinda, sobretudo em Jardim Atlântico e Casa Caiada, onde morei lá durante 12 anos.

Lúcio, da Iputinga: “Como reduzir, se ninguém acredita mais na polícia?” Vamos acreditar. Se ninguém acreditar em nada fica difícil de trabalhar. “E esses programas televisivos que exploram a violência?” É verdade, eu sou contra, eu acho que é uma banalização. O inferno que eu enfrento aqui às vezes. Qualquer crime que existe, a turma quer ir ao

presídio para levantar a vida do preso, fazer matéria com o preso. Se deixar, a televisão fica o dia todo dentro do presídio filmando o preso, filmando morte.

Eu vi foi um preso dizer: “A gente hoje mata um e tem que escandalizar, para poder pegar a primeira capa do jornal porque se não, ninguém pega jornal bom, ninguém pega a primeira capa”.

Quer dizer, essa banalização... Eu tive há pouco tempo aqui, na Católica, um debate com aquela menina, Ana Paula Padrão. Eu digo, vocês são culpados também, a televisão. Vocês banalizam o crime, vocês fazem apologia do crime, vocês glamourizam o bandido. Esse *Beira-Mar* não tem um vigésimo da periculosidade de que falam. Quem inventou foram vocês. Eu até brinquei: Com todo o seu charme e beleza, se tivesse uma palestra aqui, ao lado de *Beira-Mar*, ninguém estava aqui, estava tudo pedindo autógrafa para *Beira-Mar*, porque virou ator de televisão.

É verdade. Isso tem que ser combatido.

Quando morreu aquele casal de jovencinhos em São Paulo, que foi um mocinho bem jovem que mataram lá, os bandidos mataram, o que a imprensa fez e eu não deixei. Para entrar na FUNDAC, que na época eu estava lá na Secretaria de Cidadania, para fazer entrevista dos meninos, para cada um contar um crime.

Não entra. Foi uma confusão. Não entra. Não vou glamourizar o crime, nem vou permitir que um rapazinho desse agora cresça. Tem que ter cuidado. Essas coisas têm que ser tratadas com muita determinação, se não você banaliza. E você fica cada vez mais...

Quando o cara dá uma entrevista dessa, ele volta a rei, líder: “Meu crime está sendo ouvido pelo Brasil todo”. Quer dizer, já volta com esse tipo de coisa.

Sugerimos uma segurança, com educação, com desportos. É exatamente. Eu acho que tem razão, Ademilson Moura de Brito. A gente

está fazendo já muita coisa com a educação. Tem que avançar um pouco mais. Vamos fazer agora com saúde. Vai ser um parceiro grande nosso, sobretudo nos presídios, comprando cadeiras de rodas, bata para enxoval, roupas de cama e mesa e também a saúde está com uma campanha de trocar arma, arma de brinquedo, foi Robalinho quem me deu essa idéia. Trocar arma de brinquedo. Foi apresentado aqui.

Ele mandou, gostei muito da idéia.

Mas amigos, eu vou ter que me despedir. Foi ótimo aqui. Eu já sugeri a Geraldo, que esse ambiente é tão bom, porque tem também a platéia para ver, que as reuniões que a rádio pode transmitir, a Rádio AM, que as reuniões do Conselho de Paz devem ser feitas aqui. Eu sei que é um pouco mais distante, mas porque cabe todo mundo aqui.. São 35. E ainda fica mais o pessoal que quiser assistir.

FERNANDO

Secretário, permita uma sugestão.

Existe hoje a campanha de desarmamento da sociedade civil. Eu sugiro ao senhor uma campanha de desarmamento dos criminosos.

JOÃO BRAGA

Já estão desarmando, viu Fernando?

FERNANDO

Esses continuam armados.

JOÃO BRAGA

É, continuam armados. Olhe, porque você não tem também dados. Sabe quantas pessoas nós prendemos este ano, só este ano, está chegando a mil pessoas. Mil pessoas são três presídios. Só por porte de arma. Estamos prendendo muito.

Agora, a questão é muito mais ampla. Não é só o bandido. Sei que a arma circula, é muito contrabandeada, há muitos interesses econômicos na questão da produção de armamentos. Eu sou contra ter fábrica de armas aqui no Brasil, o plebiscito vem aí para a gente se pronunciar daqui a um ano, mas a polícia está fazendo.

Olhe, todos os dias nós fazemos quatro ou cinco flagrantes de porte de arma. São mais de mil pessoas presas durante um ano e mais de três mil armas apreendidas. E vamos agora mandar para a Assembléia um projeto, em que nós vamos bonificar o policial que apreender armas, para estimular uma maior apreensão de armas. Eu acho que vai dar mais resultados.

Pessoal, muito obrigado. Geraldo, meu presidente, muito obrigado também.

GERALDO PEREIRA

Eu vou dar uma informação apenas. Queria agradecer ao secretário, pedir a Edione e a Mariza que acompanhe ele e dar uma informação a vocês. A reunião foi muito boa. Tinha aqui ainda um longo comentário de Fausto Ferraz Gominho, da Polícia Rodoviária Federal, que trata da necessidade de se trabalhar as causas da violência. Isso é indiscutível sem dúvida nenhuma. A questão dos finais de semana da juventude e finalmente o incentivo à educação física. Isso é verdadeiro também, pois é uma forma de se tirar da violência.

Eu queria informar a vocês que eu estou trabalhando a possibilidade de trazer ao Recife, para falar neste fórum, a Dra. Socorro Lemos, do Ministério da Saúde, para apresentar aqui o novo plano de prevenção da violência do Ministério da Saúde. Esse plano é arrojado e está sendo discutido com a sociedade, está disponível numa página do Ministério da Saúde.

Aliás, eu tentei acessar antes de ontem, e não consegui. Mas, está disponível na página e eu vou ver se trago agora no mês de setembro. De forma que, se trouxer, eu ficaria muito satisfeito se pudesse contar com uma assistência assim tão seleta, tão capaz de discutir e debater os problemas. Muito obrigado a todos.